

ISSN 1518-3769

# PONTA VERDE 26

JUNHO DE 2011

PUBLICAÇÃO DA  
ASSOCIAÇÃO DE  
DOCENTES DA  
UNIVERSIDADE  
DO ESTADO DO  
RIO DE JANEIRO  
<ASDUERJ>

NELSON  
CAVAQUINHO  
100 ANOS

**PONTO DE VISTA  
DEMOCRACIA UNIVERSITÁRIA**

Mas o sambista vive eternamente  
No coração da gente  
Mas o sambista vive eternamente  
No coração da gente

(Nelson Cavaquinho e Geraldo Queiroz - "Sempre Mangueira")

# Expediente

## REVISTA ADVIR

Publicação da Associação  
de Docentes da Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro - Asduerj.  
Registro ISSN 1518-3769  
Rua São Francisco Xavier, 524,  
1º andar, Bloco D, Sala 1026, Maracanã  
Rio de Janeiro/RJ - CEP 20550-013.  
(21) 2264-931421 / 2334-0060 / 2334-0511  
www.asduerj.org.br • asduerj@asduerj.org.br

## CONSELHO CONSULTIVO

Antônio Carlos da Silva (Biologia)  
Antonio Celso Pereira (Direito)  
Carlos Alberto Mandarim (Biologia)  
Décio da Rocha (CAP-Uerj)  
Eurico Zimbres (Geologia)  
Gustavo Krause (Letras)  
Heliana Conde (Psicologia)  
Jader Benuzzi Martins (Física)  
José Augusto Quadra (Medicina)  
Lená Medeiros (Ciências Sociais)  
Lilian Nabuco (Comunicação)  
Luiz Sebastião Costa (Engenharia)  
Maria Beatriz David (Economia)  
Pedro Luiz de Souza (Desenho Industrial)  
Rose Mary Serra (Serviço Social)

## CONSELHO EDITORIAL

Decio da Rocha  
Deise Mancebo  
Inalda Pimentel  
João Pedro Vieira  
João Araujo Ribeiro  
Luiz Claudio de Santa Maria

## DIRETORIA BIÊNIO 2009/2011

**Presidente:** Cleier Marconsin (FSS)  
**I Vice-Presidente:** Luiz Claudio de Santa Maria (IQ)  
**II Vice-Presidente:** Ademir Figueiredo (FCM)  
**I Tesoureiro:** Guilherme Locks (IEFD)  
**II Tesoureiro:** Guilherme Mota (IME)  
**I Secretário:** Inalda Pimentel (FFP)  
**II Secretário:** Antonio Coscarelli (*In Memoriam*)

## EDITORA RESPONSÁVEL

Inalda Pimentel

## FICHA TÉCNICA

Jornalista responsável: Sérgio Franklin  
Revisão de textos: Carolina Barbiere  
Produção Editorial: Leila Braile  
Edição Visual: Leila Braile  
Impressão: RA Mandula Gráfica e Editora  
Tiragem: 1.800 exemplares

## SECRETARIA DA ASDUERJ

**Secretária**  
Arlete Cândido  
**Agentes Administrativos**  
Erick Cândido  
Marcelo Teixeira  
**Apoio**  
Zita Alves

## DISTRIBUIÇÃO (GRATUITA)

Aos filiados da Asduerj; Associações  
e Seções Sindicais filiadas ao Andes-SN;  
Institutos de Pesquisa e Ensino Superior;  
Bibliotecas Públicas; Câmara de Vereadores  
do Rio de Janeiro; Assembleia Legislativa  
do Estado do Rio de Janeiro.

---

**Nota de esclarecimento:** Em reconhecimento à legitimidade da solicitação feita pelo professor José Eustachio Bruno à redação da revista, informamos que, em seu depoimento sobre os 30 anos da Asduerj, publicado em Advir 24, aparecem erros formais de linguagem, cometidos durante a transcrição de seu testemunho oral, e que, portanto, são de inteira responsabilidade de nossa equipe de produção. Como tais erros não comprometeram a compreensão geral do texto, em concordância com o próprio autor do depoimento em questão, não foi necessária a elaboração de uma errata.

# Orientação aos Colaboradores

## REVISTA ADVIR

É uma revista semestral e publicará, preferencialmente, artigos de professores da Uerj que abordem temas relacionados à Universidade em todos os seus aspectos: político, administrativo, acadêmico, científico e cultural. Por ser uma publicação que se propõe a atingir um público abrangente, ADVIR **não publicará** artigos científicos especializados. Contudo, **serão aceitos** artigos de divulgação científica, que deverão ser escritos de forma a permitir o entendimento por leitores de outras áreas do conhecimento.

## ENTREVISTA

Os Conselhos Editorial e Consultivo definirão o tema desta seção e indicarão nomes dos possíveis entrevistados.

No entanto, serão aceitas sugestões de temas e nomes.

## PONTO DE VISTA

Serão publicados artigos assinados, com a defesa de pontos de vista acerca do tema central daquela específica edição da revista, previamente definido e divulgado.

## ACADEMIA

Publicará artigos não-especializados de tema livre, objetivando, com isso, apresentar um demonstrativo da produção acadêmica dos professores da Uerj. A cada número, ADVIR procurará contemplar diferentes áreas do conhecimento.

## ENSINO, PESQUISA & EXTENSÃO

Publicará textos que analisem e divulguem projetos e experiências de interesse nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão.

## ARTE & CULTURA

Publicará textos, sob as formas de resenha, crítica ou artigo, sobre temas relacionados aos campos da arte e da cultura.

## OPINIÃO

Publicará textos que expressem a opinião pessoal do autor sobre tema de livre escolha.

## CÁ ENTRE NÓS

Publicará cartas recebidas, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial.

## DOCUMENTO

Publicará material de caráter histórico e documental, no todo ou em parte, preferencialmente relacionado ao tema central da revista.

## CRITÉRIOS PARA O ENVIO DE ARTIGOS

1. Artigos de alunos de graduação devem, **necessariamente**, ser acompanhados de parecer de um docente com formação na área de conhecimento do texto.

2. Notas e referências bibliográficas deverão ser colocadas ao final do texto, conforme padrão da ABNT.

3. Todo artigo recebido será submetido ao Conselho Consultivo, que decidirá, em caráter definitivo e com base em critérios científicos, sobre sua publicação ou não, ficando a critério do Conselho Editorial definir em que edição da revista isto ocorrerá, tendo em vista apenas critérios de adequação editorial.

4. Fotos e ilustrações serão aceitas como contribuição **espontânea**, mesmo que não se façam acompanhar de artigos. As fotos e ilustrações que vierem a ser utilizadas trarão os créditos de seus autores. ADVIR **não se responsabiliza** pela devolução do material recebido.

5. Os artigos deverão, **necessariamente**, ser enviados já digitados e acompanhados do(s) crédito(s) do(s) autor(es).

6. A dimensão total dos textos não poderá ultrapassar o limite de 08 (oito) páginas, incluindo-se referências bibliográficas, notas, gráficos, etc.

7. O texto deverá vir, necessariamente, acompanhado do nome completo de seu autor, instituição e setor onde trabalha, última titulação, *email*, telefone e endereço completos.

8. Independentemente dos prazos divulgados nos editais de convocação de artigos, os textos enviados, desde que aprovados pelo Conselho Consultivo, passam a fazer parte do Banco de Artigos da revista, aguardando publicação em número subsequente.

## IMPORTANTE

Os artigos que não obedecerem aos critérios aqui divulgados não serão recebidos pela assessoria editorial da Asduerj.

# *Chamada de artigos para Advir 27 Universidade e Diferença*

O Conselho Editorial da Revista ADVIR (ISSN 1518-3769), publicação semestral da Associação de Docentes da Uerj, comunica a abertura de prazo para o envio de artigos que comporão a edição de número 27, com publicação prevista para dezembro de 2011.

**Prazo:** 20 de junho a 05 de agosto de 2011.

## **Formas de envio:**

**Email:** [asduerj@asduerj.org.br](mailto:asduerj@asduerj.org.br)

**Assunto:** ARTIGO ADVIR 27; ou entrega direta ou via postal (01 cópia impressa e 01 cópia eletrônica)

## **para o seguinte endereço:**

Associação de Docentes da Uerj – Asduerj  
Rua São Francisco Xavier, 524 – Pavilhão  
João Lyra Filho – 1º andar – bloco D – sala  
1026 - CEP 20550-013 (A/C Assessoria de  
imprensa da Asduerj).

**Importante:** Só serão considerados para avaliação os artigos que vierem acompanhados da identificação de autoria (nome completo, IES/unidade acadêmica, última titulação, telefones e e-mail) e estiverem de acordo com os critérios de publicação (ver “Orientação aos Colaboradores” na página anterior).

**Avaliação:** Os artigos serão submetidos a parecer do Conselho Consultivo da revista.

**Divulgação dos artigos aprovados para publicação:** 02 de setembro de 2011, na página da [asduerj \(www.asduerj.org.br\)](http://www.asduerj.org.br).

**Os artigos deverão ser formatados em até 08 páginas e estar em conformidade com as NBRs/ABNT.**

## **Elenco temático das seções:**

### **PONTO DE VISTA**

Serão avaliados para publicação nesta seção exclusivamente artigos sobre o tema “**Universidade e Diferença**” (Diversidade de gênero, racial, religiosa, orientação sexual e outras.)

### **ACADEMIA**

Serão avaliados para publicação nesta seção artigos referidos ao trabalho de pesquisa acadêmica desenvolvido por docentes em qualquer área de conhecimento.

**Atenção:** Artigos produzidos por discentes só serão aceitos para avaliação se acompanhados de um parecer emitido por docente orientador da pesquisa.

### **ARTE E CULTURA**

Publicará textos, sob as formas de resenha, crítica ou artigo, sobre temas relacionados aos campos da arte e da cultura.

### **ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

Serão avaliados para publicação nesta seção artigos referidos ao desenvolvimento de projetos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

**Para outras informações,** entrar em contato com a Assessoria de Comunicação da Asduerj (Leila Braile ou Sérgio Franklin) pelos telefones: 2264-9314 - 2334-0060 ou pelo *email:* [asduerj@asduerj.org.br](mailto:asduerj@asduerj.org.br)

## **Editorial 5**

## **PONTO DE VISTA (Democracia Universitária) 6**

**A democratização das universidades públicas no contexto da contrarreforma do ensino superior do país.** (Marina Barbosa Pinto) 6

**Os conselhos das universidades e o seu papel na garantia da liberdade e da autonomia universitárias.** (Pedro Luiz Santiago Senne) 12

**Universidade e democracia: repensando o fazer democrático.** (Inalda Pimentel) 15

## **ENTREVISTA 20**

**Uma reconfiguração invisível? Diretores de unidade respondem sobre o papel do dirigente na vida universitária hoje.** 20

**ISRAEL FELZENSZWALB** (Diretor do Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes/UERJ) 22

**MARCO JOSÉ DUARTE** (Diretor da Faculdade de Serviço Social/UERJ) 24

**MARIA TEREZA GOUDARD TAVARES** (Diretora da Faculdade de Formação de Professores/UERJ) 27

## **ACADEMIA 30**

**Discussões sobre Jogo e Comicidade: conceito e aplicação no teatro antigo e contemporâneo** (Jorge Henrique Nunes Pinto) 30

**A sociologia compreensiva, individualista quanto ao método, de Max Weber** (Valter Duarte Ferreira Filho) 40

**A diagramação epigráfica na inscrição honorária pompeiana de M. Holconius Rufus** (Carlos Alberto Sertã) 50

## **ARTE E CULTURA 60**

**Nelson Cavaquinho: as flores, após a vida** (José Novaes) 60

## **ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO 70**

**Faculdade de Educação da Baixada Fluminense: ações, desafios extensionistas e suas articulações com a pesquisa e o ensino** (Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão e Icléa Lages de Melo) 70

**Aproveitamento de água de chuva para fins não potáveis: estudo de Caso em Instalação na Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, RJ** (Antônio Pedro Fernandes Coscarelli, Gandhi Giordano e Thereza Rosso) 77

**O uso de um fanzine no ensino de gerontologia para crianças** (Neusa Batista Eiras e Laura Cristina Eiras Coelho Soares) 84

## “Há que se reinventar a democracia”

O processo de escolha de dirigentes que a Uerj vivenciará em 2011, sem dúvida, esteve entre as motivações do Conselho Editorial da Advir ao definir a democracia universitária como tema da seção Ponto de Vista deste número da revista. Porém, para além do periódico ritual em torno de candidaturas, chapas e alianças com vistas à disputa de cargos, a discussão que interessou à Advir fomentar tem como centro o sentido da representação democrática na universidade hoje.

Três décadas após a luta pelo direito a eleger diretamente seus dirigentes e representantes nos conselhos superiores, qual o grau de participação da comunidade universitária em seus espaços de representação?

Quão adequados são os regramentos da universidade à sua realidade atual? Qual a real dimensão dos cargos de direção em um cotidiano acadêmico cada vez mais atomizado? Que papel cumprem dirigentes e conselhos com a inexistência efetiva de autonomia da universidade? A quem representa, afinal, a reitoria: a comunidade junto ao governo ou o inverso?

Se não são exatamente novas, tais questões têm se tornado cada vez mais relevantes na Uerj, e a ausência de respostas configura um quadro que beirou à crise institucional nos últimos anos. A greve realizada pela Uerj em 2008 – que teve como estopim o desrespeito do governo e da reitoria a uma resolução do Conselho Universitário que criou um plano de carreira docente – talvez tenha sido o momento em que os sinais desta crise se expressaram da forma mais aguda. Porém, seus desdobramentos não cessaram de se produzir, evidenciando cisões e vazios políticos, que levaram, de um lado, ao descumprimento das regras de convocação dos conselhos superiores e à gestão por decreto – os famosos Atos Executivos de Decisão Administrativa (Aeda)

– e, por outro, à judicialização da luta política, que produziu mais de 300 ações na justiça contra a administração da universidade. Mesmo que o recente esforço de pactuação conjunta em torno da implementação da dedicação exclusiva – remontando o que seria o último ato daquela contenda – tenha aparentemente arrefecido a crise, seus pilares continuam intocados.

Um dos personagens dessa história recente, por sua atuação nas duas últimas composições do Conselho Universitário (Consun) da Uerj, o professor Pedro Senne (IFCH/Uerj) faz na seção Ponto de Vista uma avaliação do papel dos conselhos superiores na garantia da autonomia da universidade. Para pensar o papel e a função do executivo na universidade, Advir entrevistou três diretores de unidade acadêmicas da Uerj: os professores Israel Felzenszwalb (IBRAG), Marco José Duarte (FSS) e Maria Thereza Goudard (FFP). Um resumo dessas conversas está publicado na seção Entrevista.

Cientes da necessidade de uma análise que extrapolasse os muros da Uerj, convidamos a presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), Marina Barbosa Pinto, a fazer, na abertura da seção Ponto de Vista, uma análise da gestão universitária a partir da intersecção entre o público e o democrático.

Advir não pretende - nem poderia, evidentemente - dar respostas definitivas às questões aqui propostas. No entanto, não havia como se esquivar à proposição deste debate em um momento tão oportuno, quando mais uma vez o processo eleitoral força a exposição de projetos em disputa.

Esperamos, por fim, ao tentar qualificar o debate, não ver reproduzida, também na universidade, a baixa política do “toma lá, dá cá” eleitoral a que assistimos temerosos na política nacional. Nossa pretensão maior com esta edição é convidar para a tarefa gigantesca expressa nas palavras José Saramago, citadas pela professora Inalda Pimentel no artigo que fecha a seção Ponto de Vista: “Há que procurar a maneira de reinventar de alguma forma a democracia, de arrancá-la à imobilidade a que foi condenada pela rotina e pela descrença...”

*Há que procurar a maneira de reinventar de alguma forma a democracia, de arrancá-la à imobilidade a que foi condenada pela rotina e pela descrença...”*

# A DEMOCRATIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

NO CONTEXTO DA CONTRARREFORMA  
DO ENSINO SUPERIOR DO PAÍS

*Marina Barbosa Pinto*

Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN / Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juíz de Fora

## **Universidade Pública e Democrática**

Discutir a gestão democrática da coisa pública nos leva a considerar, em primeiro lugar, a intersecção entre público e democrático, bem como identificar os componentes da conjuntura que acabam por interferir nesse debate.

Definir os campos opostos do autoritarismo e da democracia está vinculado à resposta à seguinte questão: *a serviço de que estão os procedimentos que se inscrevem numa dada prática?* São os interesses que norteiam as ações e que também definem seu conteúdo democrático ou não.

No caso dessa instituição social – a universidade – seu sentido é estar a serviço do público, entendido como a essência que constitui a relação social, com prevalência do interesse coletivo, sob a responsabilidade do Estado, financiado pelos recursos públicos, gratuito na prestação do serviço e pleno na qualidade.

A conjuntura desse debate é marcada pelo processo de reformulação da educação superior e de desconstrução desse direito social,

na medida em que é transmutado em “serviço público não estatal”. Por essa via, são diluídas as fronteiras entre público e privado e, consequentemente, amplia-se o empresariamento da educação superior o que, por natureza, distorce o funcionamento democrático da sociedade.

Nossas análises partem da hipótese de que essa reformulação está inserida em um processo mais amplo de reordenamento do Estado capitalista, considerado como uma das principais estratégias da burguesia internacional para o enfrentamento da crise estrutural do capital.

No Brasil, esse processo tem seu início com o governo de Fernando Collor de Mello, é consolidado no governo de Fernando Henrique Cardoso e aprofundado, de modo inédito, no governo Lula da Silva, pelo que se convencionou chamar de uma segunda geração de reformas neoliberais e que segue sendo a agenda do atual governo.

Esse reordenamento do Estado pauta-se na redução das políticas sociais e dos direitos do mundo do trabalho e na reestruturação do

modelo de gestão da coisa pública. A efetivação de tal processo objetiva difundir e consolidar um novo projeto de sociabilidade burguesa pela utilização da noção “público não estatal”, como fundamento político para:

- (a) diluir as fronteiras entre público e privado;
- (b) legitimar o perverso processo de privatização em larga escala dos serviços públicos e, assim,
- (c) viabilizar a constituição de um lucrativo campo de exploração para o capital em crise: a educação superior.

A repercussão desse processo nas IES, especialmente por intermédio de seu “componente inovador”, sintetizado na concepção da educação como um “bem público”, faz com que o ensino superior seja compreendido como um serviço que é definido a partir de uma série de regras, de orientações e diretrizes que caracterizam o que é uma atividade de educação; nela há uma transmissão de conhecimento por um tipo de serviço prestado a um segmento da população que vai sendo construído em torno de alguma idéia, de algum conhecimento, de algum procedimento, de alguma ocupação profissional.

Nessa lógica, o “bem público” é definido pelo fato desse serviço ser executado para um segmento da população, e isso o torna público. Não entra nesse cenário o debate sobre como ele é executado, para quem ele é executado e com que dinheiro ele é executado. Aqui, ao substituir-se a universalização dos direitos e das políticas públicas pela focalização e fragmentação das políticas sociais, dilui-se a noção de direito como perspectiva de retornar aos trabalhadores parte da riqueza social

por eles produzida e que só pode ser garantida de forma pública.

Desse modo, está posta a perspectiva do empresariamento da educação; isso é possível ao transformá-la em um serviço e em um “bem público”, que pode ser executado por qualquer cidadão, por qualquer grupo empresarial ou por qualquer segmento da sociedade. Ao Estado, redefinido o seu papel, cabe supervisionar esse processo. Do ponto de vista do direito social, as perguntas fundamentais sobre o papel da universidade brasileira têm que ser: Para quê? Por quê? Como? Com que verba?

**A luta pela  
democracia  
combinou-se com  
a resistência  
ao autoritarismo,  
tanto interna como  
externamente.**

Pensar a universidade hoje é pensar o seu caráter público e, nessa medida, é decisiva sua localização como política pública, seu financiamento e sua gestão. Estes componentes, no quadro de um sistema capitalista, dão a formatação clara e evidente desse direito.

O caráter público só se materializa sob a égide da democracia.

Democracia que não pode ser vista como algo

que se estabelece para além do real, como se fosse um manto sobre ele, mas sim como a substância que dá contornos às relações sociais ao mesmo tempo em que é delineada por elas. De fato, é necessário ver a democracia como constitutiva e constituída pelo real que, num dado lugar, tempo e pelo modo de ação dos sujeitos, ganha um corpo e interfere na história e é por ela determinada.

Na educação, a luta pela democracia ao longo dos anos combinou-se com a resistência ao autoritarismo, tanto internamente, no âmbito das instituições, como externamente, na sociedade. Essa luta transformou a democracia em princípio de uma educação comprometida

com os interesses da maioria da população e, no caso da universidade, além disso, com a produção de conhecimento para esse fim.

José Saramago, em entrevista sobre seu livro *Ensaio sobre a Lucidez*, afirma que a democracia na atualidade é algo que se cultua, mas não se discute. É verdade. E a explicação pode estar no fato de prevalecer, na visão hegemônica pós-moderna, a noção de democracia como uma formalidade ritualística, atemporal e não histórica, desprovida do real.

A democracia necessita ser substantivada, pois ela é a forma pela qual se concretiza, em um dado contexto social, a relação de forças entre os sujeitos. A retórica do ápice da democracia na atualidade é a construção de consensos que de fato encobrem e mascaram as diferenças. Um exemplo claro da retórica democrática é o uso indevido do poder de votos que elegem representantes, os quais, em nome dessa representatividade, julgam-se no direito de aplicar qualquer ação.

Hoje a democracia é reduzida a procedimentos supostamente participativos, fragmentados e que passam a idéia de alteração da ordem autoritária como, por exemplo, as cotas de vagas, os conselhos tripartites, as equipes do chão de fábrica, pluripartidarismo, eleições parlamentares periódicas. São procedimentos que de fato não efetivam a democracia, já que o seu conteúdo não altera as condições que geram o preconceito, a exploração, o poder das elites. Aqui não desconhecemos a importância de conquistas dos setores organizados dos movimentos sociais, que, com muita resistência e organização, arrancaram conquistas democráticas que fortalecem a luta es-

tratégica pela alteração do ponto central de autoritarismo das sociedades capitalistas – a exploração do trabalho do homem e a apropriação privada das riquezas sociais.

O centro da análise deve deter-se a uma pergunta: *a democracia aplicada inverte a lógica da acumulação, que é a base do autoritarismo na nossa sociedade?*

No nosso caso, *a democracia hoje vivida nas universidades públicas fortalece a inversão do uso da educação como mercadoria?*

**A gestão democrática da administração pública deve, em primeiro lugar, resgatar o caráter público da administração da coisa pública.**

Só é possível responder a essa indagação, considerando as concepções de educação e democracia, que devem estar estreitamente vinculadas a um projeto de sociedade, onde os que vivem do seu trabalho possam usufruir das riquezas produzidas socialmente.

Essa conjuntura sinaliza um duplo viés antidemocrático nas universidades públicas na atualidade: um que restringe sua condição de política pública e outro que limita e

ressignifica a democracia interna, na medida em que se altera o modelo de gestão; ambos subordinados aos movimentos de alteração do papel social da universidade, na atual etapa de acumulação do capitalismo.

Nas universidades públicas, a democracia deve viabilizar a autonomia didático-científica que possibilite a construção do conhecimento, para a superação dos problemas da maioria da população, bem como a formação de profissionais nas mais diferentes áreas, com capacidade de análise crítica sobre as condições sociais, teóricas e técnicas; e, também, projetos de atuação junto às comunidades; manutenção do financiamento público para as universidades, evitando que a lógica de mercado

determine a sua condução, assegurando, assim, a gratuidade deste serviço público a seus usuários. Somado a isso, deve também compor um sistema de avaliação dos trabalhadores em educação, dessa instituição, de modo a possibilitar que os critérios para a avaliação correspondam ao projeto de educação que se defende.

Portanto, a gestão democrática da administração pública deve, em primeiro lugar, resgatar o caráter público da administração da coisa pública, cujo objetivo é estabelecer o controle social (da sociedade civil) sobre o serviço público. Para tanto, podem ser utilizados diversos instrumentos como eleições para dirigentes, conselhos deliberativos e consultivos, liberdade de expressão e organização, liberdade de organização coletiva para fortalecer a luta por melhores condições de trabalho, mecanismos de transparência. Mas estes, ou quaisquer outros instrumentos, só ganham sentido estando o poder de decisão nas mãos dos que realizam o trabalho e dos que usufruem do serviço.

Atualizando o debate sobre gestão democrática, consideramos: a) não se pode restringir o reconhecimento das contradições e dificuldades, entendendo-as como inevitáveis e assumindo uma postura fatalista diante da realidade, fazendo escolhas pela lógica do “menos pior”; b) necessita-se de uma concepção de democracia e de coisa pública que embase sua condução, superando a visão comum que vincula democracia à racionalidade e eficácia na prestação do serviço e a divulgação de resultados, predominando uma noção de democracia de acesso, pautada no conceito individual de cidadania, restrita ao consumo individual de bens e mercadorias e que submete a

coisa pública a tudo o que pode ser considerado como de interesse público, sem necessariamente estar vinculado à sustentação financeira pelos recursos públicos estatais; c) não pode favorecer as condições para o fisiologismo, consolidando o poder das elites, nem para a perpetuação da exclusão social de parcelas importantes da população, seja pelo fim do critério universal de acesso às políticas sociais, seja pela implementação de uma “política social pobre para o pobre”, em que a qualidade passa a ser um privilégio de quem pode pagar por esse aporte no mercado.

**A democracia deve ser usada como um poderoso instrumento para a formulação e execução de uma concepção de educação.**

Nas universidades, a democracia deve ser usada como um poderoso instrumento para a formulação, consolidação e execução de uma concepção de educação, que, partindo da base já construída pelo movimento organizado dos trabalhadores desta área, possa enfrentar a precarização do trabalho – salários aviltantes, avaliações produtivistas, déficit de pessoal –; da mesma forma, enfrentar o cerceamento da autonomia e da pes-

quisa condicionada pelo financiamento privado e combater a restrição do papel dos hospitais universitários na pesquisa de ponta, na formação de profissionais e, também, na prestação de assistência, com sua privatização já em andamento pelo MP 520.

A tarefa é a luta unificada dos trabalhadores da educação com os demais trabalhadores da sociedade, na defesa de seus direitos e da manutenção do caráter público de nossos serviços e políticas sociais, aprofundando, no desenvolvimento da democracia do movimento, a luta pela efetiva democratização da sociedade e da prestação dos serviços públicos.

A gestão democrática da administração pública, reivindicada pelos movimentos soci-

ais durante o período da ditadura militar, abriu uma perspectiva para resgatar o caráter público da administração da coisa pública. A gestão democrática visa estabelecer o controle da sociedade civil sobre o serviço público, introduzindo mecanismos participativos, fortalecendo a organização coletiva, a fim de fortalecer a educação como política pública, universal e gratuita.

Porém, a atualização do debate sobre a importância da democratização das relações de trabalho no interior das administrações públicas não pode dar-se sem o reconhecimento das contradições que se manifestam nessa conjuntura e suas repercussões sobre a própria noção de democracia e de coisa pública, uma vez que as propostas construídas nos anos 80, ocorreram sob o forte impulso das forças sociais e políticas que se unificaram para lutar contra os componentes autoritários da ordem burguesa. Nesse contexto, os trabalhadores e estudantes constituíram-se nos principais sujeitos responsáveis pelo debate da gestão democrática, em oposição ao autoritarismo, à exclusão e ao fisiologismo que, historicamente, caracterizaram as marcas da relação entre Estado e sociedade, no Brasil. Na verdade, um Estado privatizado pelo interesse das elites.

A conjuntura na qual estamos mergulhados, com a implantação do neoliberalismo, aponta para alguns desafios aos sujeitos deste debate.

### **Um recorte emblemático**

Elucidativo do cerceamento à democracia nas IES é o SINAES, sistema de avaliação que, na forma como está realizado, fere princípios caros à universidade. Autonomia – fere essencialmente o princípio de autonomia didático-pedagógica, pois não se trata de uma decisão tomada nos colegiados internos à universidade, como os colegiados de curso, que tratam dos currículos de cada curso; ressalta-se ainda que as comissões assessoras por área sejam escolhidas pelo MEC, o que também fere a autonomia e força o direcionamento da

formação de acordo com o perfil de prova, construído no Exame. Democracia – o princípio de democracia encontra-se ameaçado, visto o caráter de criação do SINAES, por meio de medida provisória, tão criticada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no governo Fernando Henrique Cardoso, e pelo fato das IES serem obrigadas a participar do exame.

A presente noção de avaliação recusa-se a aceitar a idéia de que antes

de avaliar é preciso ter um projeto definido. Essa recusa baseia-se no fato de que não se deseja discutir o projeto em andamento e implantação, minimizando a possibilidade de identificação clara da sua natureza. Avaliar significa abrir o debate a respeito de, para quem e para quem deve estar dirigida a universidade, o que significa procurar compreender porque os governos têm buscado transformar o conhecimento produzido em negócio a serviço

**A avaliação deve ter como foco a qualidade do trabalho universitário, visando ao estabelecimento de um padrão de qualidade.**

do capital e, mais especialmente, requer debater e organizar ações, para impedir o desmonte do sistema universitário público e de qualidade.

Defendemos, no movimento docente, a avaliação permanente, como instrumento de aprimoramento do papel da universidade na sociedade e de avanços no trabalho de seus profissionais; uma avaliação que leve em conta todos os componentes do processo de trabalho e sirva para detectar lacunas e apresentar soluções.

Defendemos que os mecanismos de avaliação do desempenho universitário devem ser plenamente democratizados, como condição para evitar que a autonomia seja subordinada à lógica do mercado ou ao clientelismo político.

A avaliação deve ter como foco a qualidade do trabalho universitário, visando ao estabelecimento de um padrão de qualidade para o ensino, a pesquisa e a extensão, que deve ser cultural e cientificamente significativo, além de socialmente comprometido com os interesses e necessidades da maioria da população.

Assim, para o movimento docente, avaliar não é punir ou premiar, mas conhecer os problemas e encontrar formas de superá-los, objetivando o aperfeiçoamento das instituições, em busca do padrão unitário de qualidade. A construção da proposta final de avaliação passa, necessariamente, por amplo debate na instituição sobre sua identidade e projeto acadê-

mico global, enfim, pela explicitação e/ou definição do modelo que se quer para a IES. Além disso, para o movimento docente, a avaliação deve ser participativa, envolvendo todos os segmentos da universidade e representantes da sociedade, incluindo os movimentos sociais, constituindo-se, pois, em instrumento de democratização.

Segundo essa concepção, a avaliação deve ser geradora de um projeto de desenvolvimento acadêmico, científico e tecnológico voltado para a solução dos graves problemas sociais, políticos e econômicos enfrentados pela maioria da população brasileira. Para tanto, é preciso que esse processo

seja realizado nas diversas instâncias onde se realiza o trabalho institucional e acadêmico, tendo caráter público e democrático, levando-se em conta as condições concretas sob as quais o trabalho é produzido.

O ANDES-SN tem uma responsabilidade enorme na atual conjuntura: lutar pela retomada da democracia interna nas universidades, o que pressupõe fortalecer a luta pela democratização

da educação no país, e assim reafirmá-la como direito social, garantindo o caráter público da universidade e resgatando seu papel histórico.

**Os mecanismos de avaliação devem ser plenamente democratizados, para evitar que a autonomia seja subordinada à lógica do mercado ou ao clientelismo.**

#### BIBLIOGRAFIA

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a Lucidez*. SP. Companhia da Letras, 2009

# DA LIBERDADE E DA OS CONSELHOS DAS UNIVERSIDADES E O SEU PAPEL NA GARANTIA **AUTONOMIA** **UNIVERSITÁRIAS**

*Pedro Luiz Santiago Senne*

**Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Uerj  
Representante do IFCH-Uerj no Conselho Universitário da Uerj**

Os conselhos superiores das universidades são seus legislativos e como tais têm por função dispor os limites de ação que cabem a cada parcela dos seus componentes, regrando não só a administração em geral, mas ainda indicando uma moralidade desejada no convívio entre seus membros. Tão alta função só tem legitimidade se eles representarem a diversidade de pensamento e garantirem a sua expressão contra o açambarcamento de um discurso dominante, que procure impor o silêncio aos demais.

O arranjo institucional da universidade é similar aos sistemas de organização estatal no Ocidente, cuja origem está nos ordenamentos medievais que previam um príncipe e uma assembleia do reino, na qual aquele ouvia os súditos. O modelo corporativo, corporação de alunos e corporação de professores, denuncia a gênese dos interesses que dominam o conflito dentro das universidades e pedem um instrumento mediador: o governo da universidade.

Esse governo subentende a posição dependente da instituição universitária frente à sociedade maior onde se abriga, mas não ao governo geral da sociedade. É tradição que ela esteja relativamente a salvo da submissão aos interesses exclusivamente exteriores e tenha autonomia para trilhar o caminho da pro-

dução da alta cultura científica, filosófica e artística.

Tal como as formas estatais modernas, também possuem um sistema de governo que biparte o poder de decisão entre um executivo e um legislativo, reproduzindo aqui as tensões inerentes a esse compartilhamento. As funções executiva e legislativa disputam a supremacia, mesmo que as competências estejam definidas em estatutos e regulamentos. Os cabos de guerra expõem as qualidades próprias, exclusivas a cada uma delas: o executivo é o detentor do controle imediato dos meios materiais de administração, tem ao seu lado o que alguns chamam de “o poder da caneta”, para a ordenação de despesas e nomeações de todo tipo; enquanto o legislativo tem a autoridade para criar as balizas para o exercício da administração, impondo limites ao arbítrio do primeiro. O conformismo não é, contudo, a base do equilíbrio entre eles, mas a própria tensão e o exercício de suas competências respectivas, impedindo a usurpação de funções.

As características específicas do sistema universitário no Brasil incluem privilégios constitucionais de exercício da autonomia nos planos didático-científico, administrativo e de gestão financeira e patrimonial, mas indica que elas devem estar orientadas pelo princípio da

indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (artigo 207 da Constituição Federal). O reconhecimento da singularidade da universidade no meio social garante seu escopo institucional privilegiado; aceita que seu funcionamento proveitoso só opera quando lhes são garantidas certas faculdades não passíveis de serem estendidas a outros corpos da sociedade. Isso significa liberdade para explorar outros caminhos, que não os convencionais ditados pela cultura estabelecida ou disposições morais há muito cristalizadas.

O entendimento, porém, de qual instância do governo universitário é a sede desse privilégio de poder agir com autonomia e liberdade não parece tão bem determinado quanto se poderia supor, pois constantes são as desavenças de reitorias, conselhos e comunidades universitárias inteiras entre si. A principal causa é a tendência do executivo, reitoria, de afastar-se do contato e da prestação de contas. A oitiva da comunidade,

contra a de alguns poucos grupos mais ligados aos interesses encastelados na administração, deixa de ser prática recorrente para ser esporádica e eleitoreira. A universidade reduzida aos grupos de apoio, quando não somente aos assessores mais imediatos, é a maneira comum de agir de muitos executivos universitários e caminho em que parte deles encontra o seu fim. A pouca transparência administrativa, a duras penas algum demonstrativo formal, aumenta o fosso que vai se construindo e quanto maior é o afastamento, também maior é a tensão e a disputa. O resultado é o enfraquecimento da universidade como um todo, diante daquelas forças externas que, incapazes de cooptar inteiramente a universi-

dade ou vetadas de fazê-lo procuram dentro dela quem possa representá-las, reduzindo a capacidade de efetivar a autonomia.

Toda repartição pública, hoje, faz parte do espólio dado aos vencedores das eleições numa democracia de massa. Os partidos ou coligações vencedores apossam-se dos comandos dos órgãos estatais e dirigem suas ações visando o interesse temporariamente posto no topo. Também as universidades públicas no Brasil não escaparam ao destino, sendo as administrações universitárias, via de regra,

indicação de governadores ou da presidência da república, atendendo a relações e interesses pessoais e partidários, que se fazem fora do âmbito universitário. De pronto, isso cria uma tensão, uma duvidade quanto ao propósito a que servem os executivos das universidades, se ao poder exterior que os instalou ou à comunidade em que está inserido. Quando há regras que, como as listas múltiplas votadas pela comunidade universitária, limi-

**A submissão da universidade dá-se, amiúde, pela sujeição de sua administração às pressões do exterior, tornando-se incapaz de exercer a autonomia.**

tam a escolha de governantes, é possível e frequente que não o mais votado seja o escolhido, mas o que melhor se conforma com as diretivas externas. A submissão da universidade dá-se, amiúde, pela sujeição de sua administração às pressões do exterior, tornando-se incapaz de exercer a autonomia inscrita no corpo da constituição brasileira. A ingerência do poder político nas universidades é sempre rechaçada, mas sem muito sucesso na prática, ela vem com frequência através do executivo. Contudo, é necessário fugir ao maniqueísmo de sempre ver a virtude de um lado e o vício de outro. Quando há um desenvolvimento institucional sadio e voltado para os interesses gerais da comunidade, os dois

pólos coincidem e trabalham unidos pelo bem comum.

Onde, então, assentar a defesa da autonomia e da liberdade da universidade na consecução dos seus princípios? O baluarte dessa defesa deve ser a própria comunidade universitária, seus alunos, seus funcionários administrativos e seus funcionários docentes interessados no desenvolvimento das suas atividades plenas, voltadas para o bem geral da sociedade. Essa seria a maneira ótima de evitar o mal-entendido das representações e das decepções. Não é essa, porém, a solução rotineira, e talvez a possível ainda, para dar consistência à autonomia. Os conselhos superiores devem aí exercer um papel mediador e fortalecedor, sendo o elo de comunicação entre as várias partes e a cabeça da universidade. Sua postura em auscultar é fundamento da sua função de legislar, pois, legisla-se para agregar e dar sentido ao avanço e ao desenvolvimento do todo de modo harmônico.

A teoria política moderna há muito identificou o poder de legislar como o poder supremo, derivado da comunidade e institucionalizado com o fito de codificar os direitos inerentes ao pertencimento e à existência nela. Os conselhos superiores também possuem esse atributo de definir o direito interno, respeitadas as leis maiores, e modificá-lo para o bem geral. Essa responsabilidade não é delegável e a recusa em exercê-la macula a legitimidade das leis internas, pois, o procedimento legislativo tem como suposto a representação dos interesses gerais e a sua con-

vergência através do debate e do jogo de forças e acomodação num espaço público acessível aos membros da comunidade. Neste contexto, valores são discutidos como base de uma existência comum: justiça, equanimidade, reciprocidade, etc. Tão destrutiva quanto a delegação formal, explícita, é a delegação subreptícia de ignorar ou aceitar a usurpação de seu direito pelo executivo, sob o argumento da urgência ou de interpretações inconsistentes com as leis universitárias, mas aceitas sem protestos. Vil, ainda, seria se as posturas nesses conselhos fossem ditadas por conveniências de negócios que não tivessem em conta os interesses maiores da universidade.

**Os conselhos são o alicerce da organização da vida universitária autônoma, dotada das condições de liberdade que possibilitam um modo de vida favorável ao desenvolvimento da reflexão.**

Os conselhos são o alicerce da organização da vida universitária autônoma, dotada das condições de liberdade que possibilitam um modo de vida favorável ao desenvolvimento da reflexão sobre as artes, as ciências, as técnicas, a sociedade. E embora as condições materiais sejam condição fundamental para o exercício dessa liberdade com orçamentos adequados, há algo que não pode ser contabilizado, mas sentido como o

espírito da universidade, que é o sentimento de honra, que deve permear os seus membros, e a defesa dos valores que, apenas a força sem razão, tem a ilusão de derrotar: a verdade, o conhecimento, a justiça, a moderação, o desprendimento, a coragem genuína que não se rende aos preconceitos. Não há outro lugar onde tais qualidades devam estar mais evidentes e operar como espelhos de uma universidade, que nos seus conselhos superiores.

# REPENSANDO O FAZER UNIVERSIDADE E DEMOCRACIA: DEMOCRÁTICO

pontodevista

*Inalda Pimentel*

Professora da Faculdade de Formação de Professores da Uerj

Membro da diretoria da ASDUERJ (Biênio 2009/2011)

Muito se tem discutido sobre a questão da democracia na universidade, principalmente quando nos voltamos à questão do ingresso e da permanência dos denominados “menos favorecidos” aos bancos acadêmicos. Porém, o que se pretende debater neste texto são outros dois pontos primordiais que interferem, inclusive, na questão anterior.

O primeiro se refere à prática da democracia, no que tange às eleições de seus dirigentes e conselheiros, bem como a participação da comunidade no processo de decisão/gestão da universidade. O segundo ponto visa a discutir o papel da academia na formação de cidadãos, quer para a atuação interna, quer para a vida cotidiana.

Portanto, para darmos início ao debate, como bem nos propõe Saramago (2004) – visto que não pretendemos finalizar o assunto como se fosse uma verdade única –, vamos recorrer a algumas comparações entre a instituição universidade e a estrutura societária em geral, para, assim, termos a possibilidade de repensarmos nosso papel como participantes do processo de construção perseverante da democracia.

## **Do debate sobre democracia no Brasil às práticas universitárias**

“Dos votos tudo pode sair, inclusive serviço.” (Romano: 2006, p.139)

Apesar de considerarmos o processo de escolha de dirigentes peça fundamental no exercício democrático, há muito se tem certeza de que eleições, por si sós, não garantem a democracia, como bem nos afirma Romano (2006).

Assim sendo, realizaremos, neste momento, um paralelo entre o que historicamente se configurou como democracia no Brasil e sua prática no mundo acadêmico, sem riscos de cairmos em digressões, pois como afirma Chauí (2003, p. 5) “a universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o funcionamento da sociedade como um todo”.

Romano (2006), ao refletir sobre a soberania negada ao povo brasileiro, afirma que existe um centralismo-excessivo e excessivos poderes na presidência no Brasil, e cita texto de

Fabio Konder Comparato<sup>1</sup> onde o mesmo assevera que “aqui a hipertrofia dos poderes presidenciais gerou um monstro macrocefálico; cujos membros são todos absorvidos pela cabeça” (Romano: 2006, p.161).

O nascedouro desta concepção está na criação, por José Bonifácio, do “poder moderador”, que se inseria entre o imperador, no caso Pedro II, e o parlamento. Este poder, mesmo após o advento da república, permaneceu nas mãos do presidente, fazendo com que a câmara e o senado sempre estivessem “a serviço” do governante e não como uma estrutura republicana exige: o executivo tendo o papel de administrar os interesses públicos emanados dos representantes do povo na assembléia.

Assim, Romano (2006) alerta que:

No Brasil é comum se dizer que o povo assistiu inerte aos grandes fatos políticos... este ponto alicerça a certeza de que entre nós os indivíduos (sobretudo os ‘negativamente privilegiados’, na expressão de Max Weber) não encontram respeitos, direitos, segurança, porque o coletivo não é visto pelos dominantes como soberano, mas apenas como ampla massa de manobras para a manutenção ou conquista do poder governamental ou estatal. (Romano:2006, p.134)

O que se quer alertar aqui é que ao longo da história brasileira o eixo do processo democrático se concentrou nas eleições para presidente, e que, como bem nos afirma Chaui (1997), trazemos a marca ainda arcaica da figura dos governantes:

As lideranças políticas são sempre imaginadas como chefes salvadores da nação, verdadeiros messias escolhidos por Deus

e referendados pelo voto dos eleitores. Na verdade não somos realmente eleitores (os que escolhem), mas meros votantes (os que dão voto a alguém)... a linguagem messiânica dos governantes indica que a concepção teocrática não desapareceu: ainda se acredita no governante como enviado das divindades... e que sua vontade tem força de lei. (CHAUI: 1997, p. 436)

Muitos irão afirmar que isto não ocorre na academia - principalmente os docentes -, pois todos que têm acesso ao ensino superior possuem formação e não se

enquadram na qualidade de “negativamente privilegiados”; fazemos parte do grupo dos “intelectuais” - conforme denominação de Gramsci (1991) - e, portanto, só poderíamos ser considerados “positivamente privilegiados”. Isto não deixa de ser verdade, afinal o ingresso na universidade é restrito, particularmente quando falamos da esfera pública.

Primeiramente é interessante comentar observações realizadas ao

acompanhar<sup>2</sup> reuniões dos Conselhos Superiores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro<sup>3</sup>. Em várias ocasiões pudemos presenciar atitudes de recuo, receio, reverência e até subalternidade por parte de conselheiros, inclusive docentes, perante falas e posturas de reitores eleitos diretamente.

Por outro lado, a reforma do Estado, implantada inicialmente no governo Collor e acentuada no governo Fernando Henrique, baseada nos preceitos do capitalismo neoliberal, retirou da educação o estatuto de “direito”, passando a encará-la na qualidade de “serviço”, reduzindo ao máximo o investimento nas universidades e, como afirma Santos (2003, nota 6, p.20), levou “no Brasil... a pro-

**A reforma do Estado, baseada nos preceitos do capitalismo neoliberal, retirou da educação o estatuto de “direito”, passando a encará-la na qualidade de “serviço”.**

liferar fundações, com estatuto privado, criadas pelas universidades públicas para gerar receitas através da venda de serviços”.

Esta reestruturação produziu também outro caráter na organização universitária<sup>4</sup>. Chaui (2003, p. 7) o denomina de “universidade operacional”, por ser: “regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível... estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional”.

A autonomia universitária se transformou, nos dizeres de Chaui (2003), em uma heteronímia. Isto gerou, principalmente para nós, docentes, uma situação de que, aos poucos, tomamos consciência: os salários se mantêm em patamares exíguos, há cobrança pelo aumento das horas/aula, ocorreu uma diminuição do tempo para realização de mestrados e doutorados, sofremos avaliação diuturna pela quantidade – e não qualidade – de publicações, bem como a busca insana de recursos financeiros para realizarmos nossos projetos de extensão e pesquisa. Chegamos ao ponto de, através de editais, disputarmos verbas até para obras e melhorias do espaço físico de nossas universidades. A universidade encontra-se hoje pautada pela ideia de produtividade, o que tem gerado níveis de competitividade que só trazem divisões e segregações, inclusive de saberes.

Seremos ainda “*positivamente privilegiados*” ou nos tornamos trabalhadores a serviço do capital?

Chaui (2003, p.8) afirma que esta “sociedade do conhecimento”, na qual o fator de maior importância é “o uso intensivo e com-

petitivo dos conhecimentos”, nos tornou “forças produtivas”, sendo que “o conhecimento e a informação passaram a compor o próprio capital”.

Vivemos - docentes, discentes e técnicos administrativos - a realidade do atual modelo, onde:

Trata-se de produzir o pacote de competências adequadas à formação do ‘cidadão produtivo’ ajustado à técnica e socialmente às demandas do capital. Um cidadão que acredite que a ele não compete ser sujeito político. (FRIGOTO:2006, p.266)

**A “sociedade do conhecimento” nos tornou “forças produtivas”, sendo que “o conhecimento e a informação passaram a compor o próprio capital”.**

Nosso tempo de participação ficou reduzido. Nossas críticas e posicionamentos políticos foram engolidos por uma série de relatórios e fichas a serem preenchidas. Pouco tempo resta para nos mantermos informados. E, assim, por imposição, e por que não dizer, por submissão, deixamos nas mãos dos administradores e dos governantes, que são eleitos através do voto, os rumos de nossa universidade<sup>5</sup>.

O Plano de Carreira Docente é um dos exemplos de interferência do executivo na UERJ. Em 2006, o Conselho Universitário aprovou um plano que foi completamente ignorado e, em seu lugar, surge, em 2008, um projeto apresentado pelo governador. O discurso do governante era de que o mesmo fora elaborado pela própria instituição universitária e negociado com a reitoria. Lembramos que à época os docentes se dividiram: havia os que negavam a interferência, defendiam a proposta elaborada internamente<sup>6</sup>; e os que realizaram um movimento de apoio incondicional ao governo e à reitoria. Esse embate chegou à Assembléia Legislativa, porém o projeto “dos executivos” foi aprovado. Somente

uma emenda, a que propunha a dedicação exclusiva, foi conseguida pelo grupo que lutou pela autonomia da universidade.

Precisamos reeditar a democracia na universidade. Isto começa pela exigência da real autonomia, que hoje é impossibilitada pela falta de recursos financeiros e pela ingerência do executivo nos projetos e metas da instituição.

Necessitamos também revalorizar o papel dos Conselhos Superiores, ampliar a informação<sup>7</sup> e impulsionar a participação efetiva de toda comunidade acadêmica, não só nos momentos eleitorais, mas no cotidiano da Universidade.

### **A universidade e a formação de cidadãos**

Não ignoro que a principal incumbência assinada ao ensino em geral, e em especial ao ensino universitário, é precisamente a formação. A universidade, diz-se, prepara o aluno para a vida, transmite-lhe os saberes adequados ao exercício cabal de uma profissão escolhida entre o conjunto de necessidades manifestadas directa ou indirectamente pela sociedade... (Saramago, 2004)

Passaremos ao segundo ponto, não menos importante, pois o mesmo depende diretamente da reestruturação que vivemos atualmente nas Instituições de Ensino Superior: o que se entende por formação na universidade?

Como dito anteriormente, a universidade se tornou, não só para seus trabalhadores, um espaço onde o produtivismo impera. O corpo discente igualmente se vê, impulsionado pela realidade atual, instado a buscar, cada vez mais, uma formação rápida que o leve, o mais breve possível, ao mercado de trabalho.

Por outro lado, a universidade se vê empurrada, como já observamos, a responder à velocidade do que se denomina de “*explosão do conhecimento*”. Isso nos leva a ter a sensação de que todo e qualquer saber é efêmero; de que tudo é incerto e disperso; de que nada permanece no espaço e no tempo, gerando uma insegurança que acaba por tornar o próprio conhecimento algo descartável.

Chauí (2003, p.10) nos alerta: “sabemos que a insegurança não gera conhecimento e ação inovadora, e sim medo e paralisia, submissão ao instituído, recusa da crítica, conservadorismo e autoritarismo”.

Diante deste quadro, o que se tem na academia atual é a formação de “mão de obra” que também será efêmera, dispersa, insegura e, por que não dizer, descartável.

Sendo assim, é urgente revalorizar os saberes e retomar para a educação em geral, e para a universidade em particular, o papel de formação de cidadania que foi perdido neste mundo de espaço e

**É urgente revalorizar os saberes e retomar para a educação em geral, e para a universidade em particular, o papel de formação de cidadania que foi perdido neste mundo de espaço e tempo curtos.**

tempo curtos.

Precisamos, como diz Saramago (2004), compreender que, para além da formação profissional, a universidade:

(...) sendo como é, lugar privilegiado da pluralidade e encontros, congrega todas as condições para suscitar, estimulando-a, uma aprendizagem prática e efetiva dos mais amplos valores democráticos começando pelo que me parece fundamental: o questionamento da própria democracia. (Saramago, 2004)

Quem sabe, assim, consigamos realizar o que, de forma instigante, nos propõe um autor que nunca viveu os meandros da academia, em seu discurso, ao receber o título de “*doutor honoris causa*”:

Há que procurar a maneira de reinventar de alguma forma a democracia, de arrancá-la à imobilidade a que foi condenada pela rotina e pela descrença, bem ajudadas, uma e outra, pelos diversos poderes políticos e econômicos a quem convém manter a decorativa fachada do edifício democrático, mas que têm impedido de verificar se por trás dela ainda algo existe. Se quereis a minha opinião, o que ainda resta é, quase sempre, usado muito mais para armar de eficácia as mentiras que para defender as verdades. O que chamamos hoje de democracia assemelha-se tristemente ao pano solene que cobre a urna onde já está apodrecendo o cadáver. Reinventemos, pois, a democracia antes que seja demasiado tarde. E que a universidade nos ajude. Ela pode, vós podeis. (SARAMAGO: 2004)

### Bibliografia

- CHAUI, Marilena. *A nova perspectiva universitária*. Revista Brasileira de Educação, nº 24, 2003.
- CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- FRIGOTO, Gaudêncio. *Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho educação no Brasil de hoje*. In LIMA, Júlio Cesar França (org.) *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- ROMANO, Roberto. *Papel Amassado: a perene recusa da soberania ao povo brasileiro*. In LIMA, Júlio Cesar França (org.) *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2004
- SARAMAGO, José. *Democracia e universidade*. Discurso proferido quando doutorado *honoris causa* na Universidade Carlos III de Madrid em 19 de janeiro de 2004, in “[josesaramago.org/Saramago/detalle.php?id=31](http://josesaramago.org/Saramago/detalle.php?id=31)”
- SAVIANI, Demerval. *Ensino Público e algumas falas sobre universidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

### Notas

<sup>1</sup> Encontrado em <[http://www.dhnet.org.br/diretos/militantes/comparato/comparato\\_requiem.html](http://www.dhnet.org.br/diretos/militantes/comparato/comparato_requiem.html)>

<sup>2</sup> A autora acompanhou várias reuniões de conselhos ao longo dos últimos oito anos.

<sup>3</sup> A universidade do Estado do Rio de Janeiro realiza eleições diretas para reitores, diretores de centros e de unidades desde 1987.

<sup>4</sup> Chaui afirma que a universidade perdeu o caráter de instituição e se torna a partir da nova égide Estatal uma organização. Ver CHAUI, Marilena. *A nova perspectiva universitária*. Revista Brasileira de Educação, nº 24, 2003.

<sup>5</sup> Sobre a UERJ, basta observarmos o quanto dependemos atualmente dos decretos do Governador e quantos Atos Executivos foram emitidos pela Reitoria nos últimos anos.

<sup>6</sup> A Associação de Docentes apoiou o projeto elaborado pelo Conselho Universitário.

<sup>7</sup> Só podemos participar de discussões e decisões políticas se possuímos informações corretas sobre aquilo que vamos discutir e decidir. (CHAUI:1997, p. 435)

Quando a democracia universitária foi definida como tema desta edição pelo Conselho Editorial da Advir, uma questão surgiu de imediato: três décadas após a conquista da escolha dos dirigentes pelo voto direto, qual o papel do dirigente universitário, especialmente do diretor de unidade, na comunidade acadêmica hoje?

A ideia original de construir uma análise a partir das entrevistas de, pelo menos, dois diretores de cada centro foi sendo minada pelo tempo exíguo e pelos desencontros de agendas. Muito gentilmente, porém, três dos diretores consultados atenderam ao nosso convite e responderam, por *email* ou presencialmente, às seis questões propostas.

É em retribuição a essa gentileza que publicamos a seguir um resumo das respostas que – se não possibilita a análise almejada, devido à insuficiência dos relatos em relação à diversidade do conjunto – revela algumas constantes indicativas da mudança de função e de perfil, não apenas dos dirigentes, mas das unidades acadêmicas da Uerj.

Entre estas constantes, parece evidente a importância assumida pelos programas de pós-graduação e pesquisa no dia a dia das unidades. Seja por sua capacidade de captar recursos em um momento de retração do financiamento público, seja em função do apelo que exercem sobre docentes e discentes em busca da ascensão na carreira acadêmica, os programas parecem muitas vezes se constituir como um poder paralelo ao da direção. É o que se pode deduzir das repostas de dirigentes de unidades tão distintas, como o Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes (Ibrag) e a Faculdade de Serviço Social (FSS). Uma situação que, por vias diferentes, parece estar redimensionando a importância e reconfigurando a função do dirigente nestas duas unidades.

O crescimento do número de bolsas e programas de pesquisa e a qualificação dos docentes também são dados da nova realidade apresentada pela direção da Faculdade de Formação de Professores (FFP). Porém, muito provavelmente por sua história e condição de *campus* externo, a FFP parece ainda dispensar à figura da direção o papel de representante maior dos anseios de sua comunidade.

Em todos os entrevistados uma avaliação em comum: seus principais problemas decorrem do fato de o financiamento público da universidade não acompanhar o crescimento de suas unidades.

Aos professores Israel Felzenszwalb, Marco José Duarte e Maria Tereza Goudard Tavares, diretores do Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes/UERJ, da Faculdade de Serviço Social/UERJ e da Faculdade de Formação de Professores/UERJ, respectivamente, nosso agradecimento por terem possibilitado a composição desse pequeno, mas significativo painel. Ao leitor, o convite à reflexão sobre a reconfiguração quase invisível dos mecanismos de tomada de decisão em nossa universidade.

entrevista

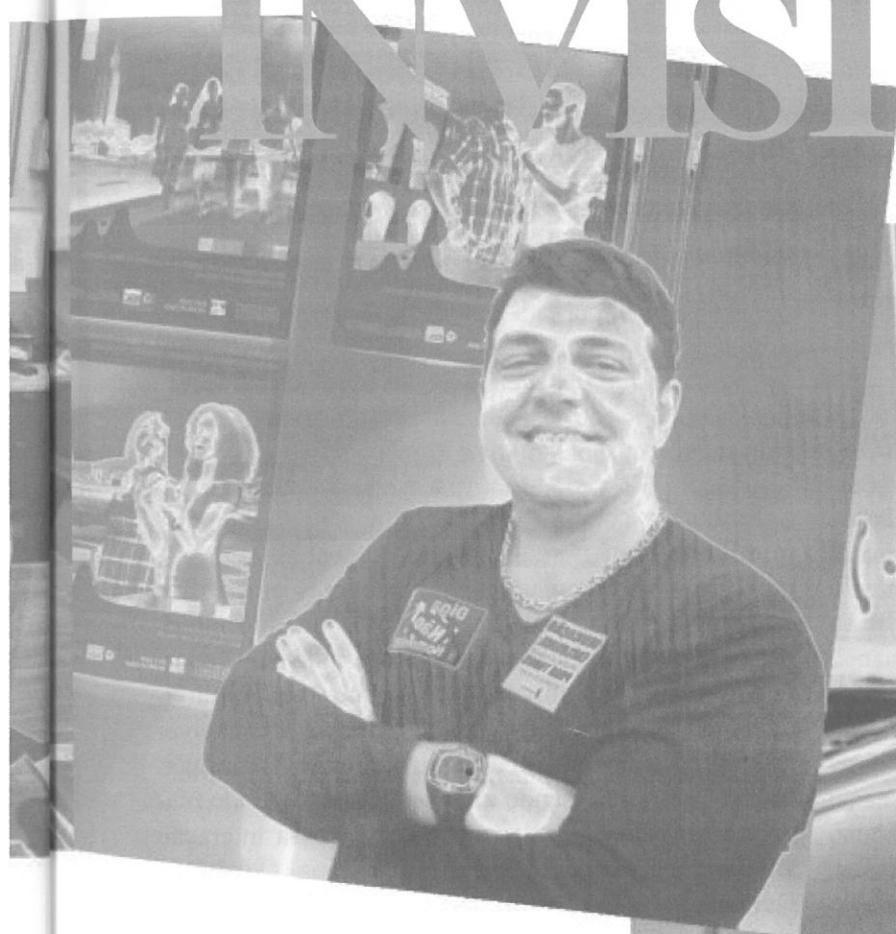
# RECON



**ISRAEL FELZENSZWALB**  
**Diretor do Instituto de Biologia Roberto**  
**Alcântara Gomes/UERJ**  
Foto: Sérgio Franklin

**Diretores de unidade  
respondem sobre o papel  
do dirigente na vida  
universitária hoje.**

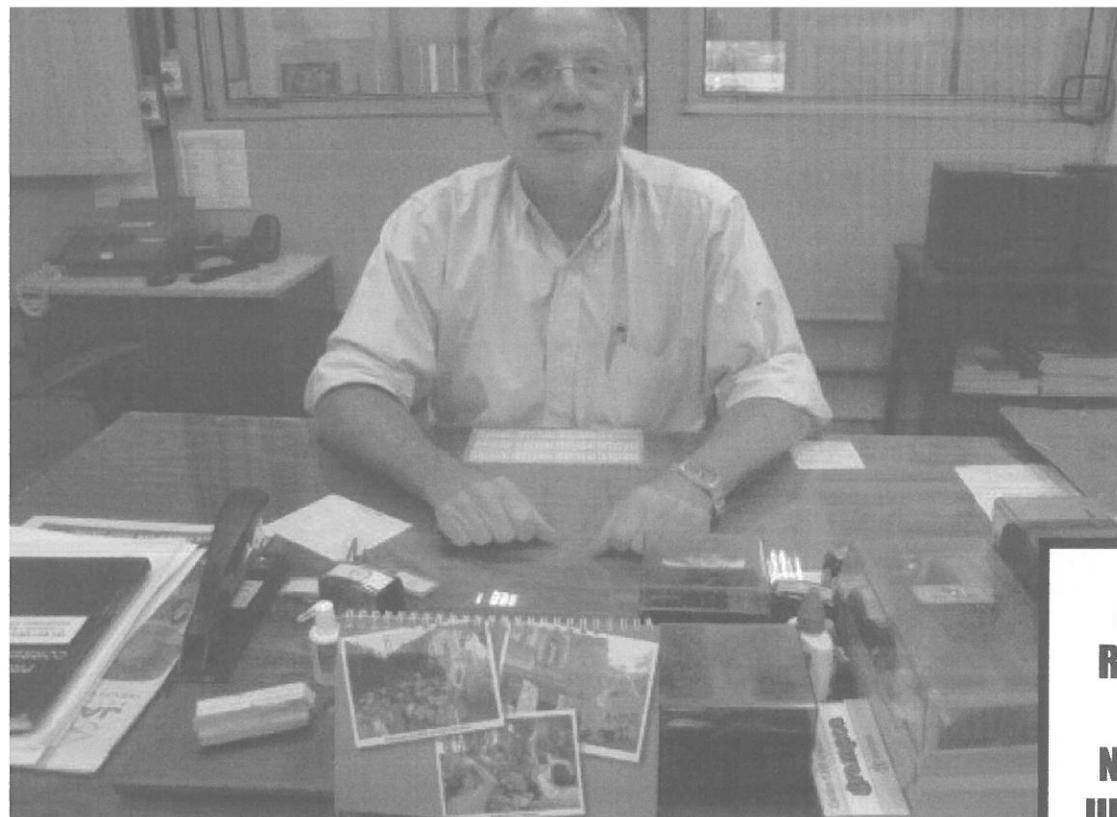
# UMA FIGURAÇÃO INVISÍVEL?



**MARCO JOSÉ DUARTE**  
Diretor da Faculdade de Serviço Social/UERJ  
Foto: Sérgio Franklin



**MARIA TEREZA GOUDARD TAVARES**  
Diretora da Faculdade de Formação de Professores/UERJ  
Foto: Átilas Campos



Professor Israel Felzenszwalb, Diretor do Ibrag • Foto: Sergio Franklin

## “A cultura da instituição aponta para o individualismo”

O diretor do Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes (Ibrag), Israel Felzenszwalb, respondeu por *email* às seis questões propostas por Advir. Na mensagem, acrescentou ainda a proposta de um novo organograma para gestão das unidades acadêmicas, que reproduzimos no final de sua entrevista.

*Advir* - *Quais os principais conflitos e problemas que o senhor enfrenta como diretor de sua unidade?*

A Universidade não responde, por vários motivos, às necessidades de uma unidade que possui um corpo docente qualificado e dedicado, com um bom número de pesquisadores CNPq, CNE, JCNE e Procientistas e, por consequência, demanda um corpo técnico e administrativo que o acompanhe. A não resposta a essas necessidades é o grande gerador de conflitos internos que demandam a interferência da direção. Os principais conflitos e problemas que o Ibrag enfrenta são originários da sua capacidade de responder muito bem aos indicadores de produtividade acadêmica. Assim, identifico a morosidade e a não definição de metas institucionais como intensificadores de conflitos e problemas.

*Advir* - *A comunidade de sua unidade colabora e compartilha suas preocupações? Como se dá essa interação?*

Embora a comunidade com-partilhe as preocupações (deficiências em: infraestrutura, pessoal, salário, segurança), pelo dito anteriormente, a cultura da Instituição, repetindo o que ocorre externamente à universidade, aponta para o individualismo, isto é, cada um busca, muitas vezes, resolver o seu problema/conflito diretamente junto à Administração Central, passando a Direção a um segundo plano e assim até prejudicando outros. Nossa interação atualmente, além dos fóruns tradicionais, Conselhos Deliberativos dos Departamentos e Conselho Departamental, se faz através de comunicações por correio eletrônico.

*Advir* - *O que hoje em sua unidade apresenta-se como principal foco do interesse de professores e alunos?*

O reconhecimento profissional, uma reforma curricular para a graduação; melhor infraestrutura física de

**A UNIVERSIDADE NÃO  
RESponde, POR VÁRIOS  
MOTIVOS, ÀS  
NECESSIDADES DE UMA  
UNIDADE QUE POSSUI UM  
CORPO DOCENTE  
QUALIFICADO E  
DEDICADO, COM UM BOM  
NÚMERO DE  
PESQUISADORES CNPQ,  
CNE, JCNE E  
PROCIENTISTAS**

trabalho (salas de aula, laboratórios), pessoal (docente, técnico e administrativo), a busca da excelência acadêmica pelos programas de pós-graduação refletindo uma melhor graduação e possibilitando a prática extensionista.

*Advir - Tem sido possível coadunar esses interesses com as demandas e pressões de órgãos externos à unidade?*

Os que dependem do nosso esforço, sim. Nossos Programas de Pós-graduação são avaliados com bons conceitos pela CAPES, indicando portanto nossa boa produtividade acadêmica, tanto no que diz respeito a publicações como orientações. Dessa forma, conseguimos junto às agências de fomento contratos temporários, através de bolsas, de pesquisadores e técnicos. Temos, assim, obtido excelentes resultados nos Editais Faperj, CNPq, Finep, e outros. A nossa reforma curricular para a graduação do curso de Ciências Biológicas já se encontra no Csepe e apresenta não só uma adequação ao mercado mas, principalmente, traz uma mudança de paradigma, uma visão moderna do que é e como pode atuar um biólogo na atualidade e futuro próximo. A unidade tem também conseguido atender a demandas externas através de laboratórios de prestação de serviço.

*Advir - Toda essa problemática (interna e externa) reflete-se (ou reaparece) nos processos eleitorais?*

Com certeza. Essa é uma tendência natural do processo, muitas vezes deixando em segundo plano a discussão do perfil acadêmico.

*Advir - Como o senhor definiria o papel do diretor hoje? Que importância esta função tem para o desenvolvimento acadêmico da universidade?*

O diretor é um agente administrativo importante e necessário para atender aos rituais de interlocução, tanto da gerência interna como a externa. A direção de uma unidade acadêmica deveria ser a escuta da administração central da universidade e ser a interlocutora dessa administração com a sua comunidade. Com uma estrutura como esta, a direção poderia

**CADA UM BUSCA  
RESOLVER O SEU  
PROBLEMA/CONFLITO  
DIRETAMENTE JUNTO À  
ADMINISTRAÇÃO  
CENTRAL, PASSANDO A  
DIREÇÃO A UM  
SEGUNDO PLANO E  
ASSIM ATÉ  
PREJUDICANDO  
OUTROS.**

“reger” muito melhor uma unidade com excelentes “orquestras”, “bandas de rock”, “conjuntos de samba”, e outros, mantendo, mesmo com suas diferenças “harmonia” na apresentação das demandas coletivas e prioritárias. No entanto, este papel fica prejudicado pela cultura interna de atendimento a demandas individuais. Este ciclo precisa ser rompido, pela saúde e crescimento institucional.

#### Proposta de organograma

**NR:** Na mensagem em que respondeu às questões propostas por Advir, o professor Israel Felzenswalb descreveu um organograma de gestão de unidade administrativa, que, do seu ponto de vista, beneficiaria a atuação da direção do seu Instituto. Por esta proposta, os departamentos seriam extintos.

#### Segundo o professor Israel Felzenswalb, sua unidade deveria ter:

(i) uma Coordenação de Graduação pautada em função do seu projeto pedagógico, para atender às disciplinas de Graduação da unidade obedecendo às diretrizes curriculares do MEC e optativas pela capacidade comprovada de seus docentes; (ii) Coordenações de Pós-graduação (que atendem diretamente às diretrizes da Capes) onde as linhas/grupos de pesquisa existentes pelos seus desempenhos indicariam o crescimento da unidade, mantendo compromisso por parte dos docentes de atendimento à graduação; (iii) Coordenação de Extensão, que através do foco na divulgação científica buscaria levar a sociedade seus conhecimentos acadêmicos.

Para o diretor, “a unidade teria, assim, um conselho formado pela direção, que o presidiria, pela Coordenação de Graduação e pelos Coordenadores de Pós-graduação e Extensão. Dessa forma o vínculo Graduação/Pós-graduação/Extensão seria fortalecido. A avaliação pelo mérito acadêmico estaria então privilegiada e o projeto pedagógico da unidade garantido. Esse modelo permitiria também uma otimização do pessoal administrativo e gerencial.



Professor Marco José Duarte, Diretor da FSS • Foto: Sergio Franklin

## “Financiamento das agências beneficia apenas programas de pós-graduação”

Apesar do dispositivo das reuniões gerais, que democratiza as decisões na Faculdade de Serviço Social, o diretor Marco José Duarte apresenta uma contradição: quando se trata de divisão de “grana”, a questão é diferente. Única entrevista presencial entre as três publicadas nesta seção, o diretor da FSS conversou com Advir em frente ao auditório 11 da Uerj, pouco antes de participar do debate do lançamento do Laboratório Integrado em Diversidade Sexual (Lidis), em maio último. Em nossa edição, procuramos manter a coloquialidade da conversa, o que proporcionou ser a mais espontânea entre as entrevistas publicadas nesta seção.

Marco José Duarte, professor da Faculdade de Serviço Social há quase 25 anos e atual diretor da unidade.

*Advir - Quais os principais conflitos e problemas que o senhor enfrenta como diretor de sua unidade?*

Temos um modelo de gestão democrático, que difere a Faculdade de Serviço Social de todas as outras unidades acadêmicas da Uerj. Temos um dispositivo chamado Reunião Geral. Esta reunião, da qual participam todos os professores, alunos e funcionários da unidade, se realiza ordinariamente uma vez ao mês. É a instância máxima de deliberação da Faculdade. Não está no regimento da universidade, mas existe desde a greve geral realizada na unidade em 1982. Até mesmo a escolha de diretor e vice-diretor, chefias de departamentos, coordenação, plataforma, princípi-

**TEMOS UM  
MODELO DE GESTÃO  
DEMOCRÁTICO.  
ISSO É O QUE DIFERE  
A FACULDADE DE  
SERVIÇO SOCIAL DE  
TODAS AS OUTRAS  
UNIDADES  
ACADÊMICAS  
DA UERJ.**

**ISTO É ATÉ UMA  
CONTRADIÇÃO,  
POIS, APESAR DE AS  
DECISÕES SEREM  
TODAS COLETIVAS,  
NA HORA EM QUE A  
"GRANA" VEM, A  
COISA FICA MUITO  
FRAGMENTADA NAS  
ILHOTAS DAS  
PESQUISAS.**

os, tudo é discutido nessa reunião.

Nossos problemas com carga horária docente estão sendo equacionados. No quadro de servidores técnico-administrativos ainda temos muitos precários, mas já conseguimos alguns por transferência, e agora chegarão dois por concurso. Nossos grande problemas agora é espaço físico. Com o crescimento acadêmico, a Faculdade ficou muito apertada no atual espaço. Temos problemas até com falta de salas para aula. Se formos ampliar, criar mais um turno, não teremos salas de aula. A própria universidade tem que dar esse respaldo para a gente, à medida que ela nos pressiona a nos equiparar à UFRJ.

*Advir - A comunidade de sua unidade colabora e compartilha com suas preocupações? Como se dá essa interação?*

De certa forma, não existe uma gestão do Marco, diretor. Eu presto contas constantemente a esta reunião geral. Assim, todos os problemas da unidade são enfrentados de forma coletiva. Todos têm direito a voz e voto, às vezes a direção ganha, outras, não; mas somos obrigados a encaminhar aquilo que a maioria definiu. Durante um tempo, esta reunião teve um papel substitutivo das reuniões do conselho departamental, mas acabamos dando ao conselho o papel de oficializar o que é legítimo: as decisões da reunião geral.

*Advir - O que hoje em sua unidade apresenta-se como principal foco do interesse de professores e alunos?*

Mudou o perfil e, também, o interesse. Hoje, temos um quadro docente com maioria de doutores, que já estão querendo fazer pós-doc; um programa de pós-graduação nível 5 e o maior índice de produtividade na área de Ser-

viço Social no Brasil. Então, o curso, que tinha como principal foco a graduação - hoje ainda somos um bom curso de graduação, concorrendo diretamente com a UFRJ e a UFF-, está se voltando para a pós-graduação: a meta é aumentar o número de vagas para mestrado e doutorado e consolidar as linhas de pesquisa.

A Faculdade teve um amadurecimento muito grande. Isso requer outros desdobramentos, como realização de convênios, aumento de bolsas de pesquisa. Brincamos que não somos produtivista, mas já estamos nos habituando a essa lógica. Todo mundo tem que apresentar trabalho, escrever livros. Isto é bom para os alunos de graduação e pós-graduação, porque eles estão vendo "os livros" andando no corredor. Estão tendo aula com os autores que eles leram. Isso dá um rigor acadêmico e significa uma mudança de perfil.

Nosso foco agora é estruturar e modernizar o nosso espaço físico. Acaba que tudo fica muito fechado nos programas e o conjunto administrativo, o conjunto da unidade fica com os problemas. Temos um laboratório de informática da graduação que está fechado porque não temos recursos para modernizar os laboratórios. O financiamento para a pesquisa do CNPq, Faperj, Capes, beneficia apenas os programas de pós-graduação, as melhorias advindas desse financiamento não são aproveitadas por todos. Temos que começar a mudar isso. Pensamos em criar uma cota de cada pesquisa para melhorias da faculdade, mas não deu certo. As benfeitorias pertencem a cada projeto e a cada professor em particular, não são do coletivo. Isto é até uma contradição, pois, apesar de as decisões serem todas coletivas, na hora em que a grana vem, a

coisa fica muito fragmentada nas ilhotas das pesquisas. Essa é uma realidade com a qual a gente não convivia antes. Tem briga de grupos de pesquisa dentro da unidade. Nada pessoal, mas há grupos que racharam em dois, e o segundo tornou-se um terceiro. Hoje, numa determinada discussão, você tem cinco grupos.

*Advir - Tem sido possível coadunar esses interesses com as demandas e pressões de órgãos externos à unidade?*

Nem eu, nem minha vice, fomos eleitos para os espaços de controle que são o Csepe e o Consun. A Faculdade tem determinados princípios que às vezes entram em divergência com o que está posto, encaminhado ou deliberado pelo Consun ou pelo Csepe, e na relação com a Copad ou com as sub-reitorias, por exemplo. E aí é o lugar do diretor: fazer gestão, respeitando as diferenças, o sentido democrático, ir nesses espaços para defender a posição da unidade.

*Advir - Toda essa problemática (interna e externa) reflete-se (ou reaparece) nos processos eleitorais?*

Vamos ser sinceros, ninguém mais está querendo assumir nenhum cargo, nem como chefe de departamento, nem como coordenador de curso de graduação ou de pós, nem como coordenador de extensão e estágio. Ninguém quer assumir. Na reunião geral há uma pressão para que as pessoas assumam esses cargos. São funções desgastantes, tem-se que administrar as diferenças, as divergências, ser diplomata nas relações internas e externas:

com as entidades, com as agências.

*Advir - Como o senhor definiria o papel do diretor hoje? Que importância esta função tem para o desenvolvimento acadêmico da universidade?*

Eu gosto e a minha vice, também, mas está sendo difícil articular um sucessor, porque as pessoas estão trabalhando muito individualmente, isoladamente, trabalham muito em casa. A lógica atual é a de aprovar projetos, ter bolsas, o que acaba criando um sentido individualizante de trabalho. A direção e a vice-direção até tem um estímulo pela gratificação, mas as outras, que têm responsabilidades semelhantes, não têm. Seria importante criar uma gratificação para o professor que assume as chefias de departamento e as coordenações, pois estes trabalhos influenciam a qualidade da formação. Ninguém quer, também, porque, além de ser um peso, acaba sendo um lugar que emburrece. Eu consigo ainda produzir no cargo, mas nem todos têm que ser igual a mim. Tá difícil hoje arranjar gente para assumir cargo. Onde não há disputa acirrada de projeto, como em nossa unidade, é difícil encontrar nomes. Temos que pegar as pessoas no laço.

A direção é um cargo cansativo, porque, além de se administrar o caos, não há dinheiro para fazer muita coisa. Nosso Sides é de R\$ 5 mil por mês; paga-se isto, paga-se aquilo, acabou o dinheiro. E são só dez cotas de Sides por ano. Além disso, qualquer espécie de manutenção é bancada com este dinheiro.



Professora Maria Thereza Goudard, Diretora da FFP • Foto: Átilas Campos

## “Crescer para menos”

**Crescimento sem projeto de universidade é a principal dificuldade, afirma a diretora da FFP**

Também enviadas por *email*, as repostas da professora Maria Tereza Goudard Tavares, além de esmiuçarem cada questão, foram acrescidas de gráficos que demonstram o crescimento da titulação docente na unidade nos últimos dez. Infelizmente, para manter um espaço proporcional a todos os entrevistados, foi também o texto que mais sofreu cortes em nossa edição.

*Advir - Quais os principais conflitos e problemas que a senhora enfrenta como diretora de sua unidade?*

Essa pergunta nos remete a um dilema interessante, porque os “conflitos e problemas” presentes no cotidiano de nossa unidade, de certa forma, evidenciam o crescimento acadêmico e institucional da FFP, isto é, a nossa potência e excelência acadêmica, que é histo-

ricamente construída de forma coletiva por nossa comunidade acadêmica. O crescimento do número de docentes e a qualificação desses docentes; o crescimento do número de vagas de discentes na graduação e na pós-graduação nos últimos 15 anos, o crescimento de número de projetos e bolsas de pesquisa, iniciação à docência e extensão apontam para a consolidação institucional da FFP.

Os conflitos estão muito tensionados pelo perigo institucional de “crescer para menos”, isto é, a ampliação de nosso trabalho descolado de condições dignas de salário, ausência de investimento na assistência estudantil, ausência de condições materiais de trabalho para todos.

De forma muito resumida, diria que os principais conflitos que vivenciamos no cotidiano da unidade não são muito diferentes da maioria das demais unidades da UERJ: ausência

**OS CONFLITOS ESTÃO MUITO TENSIONADOS PELO PERIGO INSTITUCIONAL DE “CRESCER PARA MENOS”, ISTO É, A AMPLIAÇÃO DE NOSSO TRABALHO DESCOLADO DE CONDIÇÕES DIGNAS DE SALÁRIO, INVESTIMENTO, ETC**

de um projeto de universidade de longa duração e falta de planejamento orçamentário por parte do governo do Estado do Rio de Janeiro.

*Advir - A comunidade de sua unidade colabora e compartilha com suas preocupações? Como se dá essa interação?*

A Comunidade acadêmica da FFP tem um patrimônio de lutas na construção de uma universidade pública, de qualidade, socialmente compromissada com a produção e a democratização do conhecimento. Temos diferenças internas, mas o nosso patrimônio político-acadêmico tem sido *uma cultura de implicação* na condução da vida universitária. Construimos em nossa (ainda curta) trajetória na Uerj, alguns dispositivos políticos que nos desafiam à publicização e ao aprofundamento das questões macro e microinstitucionais que atravessam o dia a dia da unidade, tais como: as reuniões departamentais, as reuniões ampliadas do Conselho Departamental, as reuniões de professores/as e servidores técnicos/as, as reuniões estudantis no Conselho de CAs, e, principalmente, a Assembléia Comunitária, que realizamos pelo menos uma vez a cada semestre letivo. Não gostaríamos de subtrair a importância da divergência e das disputas de interesses na nossa vida interna (e externa). A nossa gestão vem tendo muita clareza político-institucional do papel da explicitação responsiva do pensamento divergente na construção de um projeto que dialogue com a pluralidade de concepções de universidade presentes e em tensão em nossa unidade. Esse exercício é complexo, árduo e exige a coimplicação de todos/as. Na minha experiência docente e como dirigente, entendemos que esta coimplicação ora é possível, ora é impossível, ora conseguimos construir *um possível*. Mas, não é este o papel da invenção democrática? Construir um horizonte de possibilidades?

*Advir - O que hoje em sua unidade apresenta-se como principal foco do interesse de professores e alunos?*

As condições de trabalho são o principal foco de nossos professores/as, técnico-administrativos/as e estudantes. Isto implica a questão do regime de dedicação exclusiva para os/as docentes,

melhoria salarial para todos/as, e a questão da assistência estudantil: o fato de ainda não termos restaurantes universitário (bandejão), ônibus intercampus e uma maior descentralização dos procedimentos acadêmico-administrativos dificulta (e muitas vezes impede), a frequência dos nossos estudantes, que são em sua maioria, oriundos da classe trabalhadora.

A questão da formação de professores/as no Estado (e na Universidade) deveria ter um papel estratégico, e ter um aporte diferenciado em termos institucionais e orçamentários. É claro que também interessa a todos, e à nossa comunidade acadêmica também, a construção de uma Uerj forte, democrática, consistente, aberta aos desafios do futuro que se presentificam de forma vovaz em nosso cotidiano.

*Advir - Tem sido possível coadunar esses interesses com as demandas e pressões de órgãos externos à unidade?*

Na nossa concepção como docente, e na qualidade provisória de dirigentes, é necessário se voltar para uma profunda e cuidadosa reflexão sobre o papel da Uerj no Estado do Rio. Fazer o inventário e buscar forças internamente, e na sociedade de forma mais ampliada; discutir a Uerj e seu projeto político-institucional. Nossas experiências uerjianas demonstraram uma universidade com muita dificuldade de criação de consensos mínimos, ao redor de um projeto de universidade pública. Vejo uma contradição entre a despolitização da vida acadêmica, e a sua crescente substituição pela partidarização da vida universitária, o que, na minha concepção, é um risco a um projeto de universidade efetivamente pública. De modo ampliado, a relação entre a FFP e os setores da administração central, no que envolve a Reitoria, as Sub-reitorias e os demais componentes organizacionais é permeada por tensões que podem ser melhor compreendidas no plano conjuntural e estrutural. Entendo, porém, que existe um respeito e interesses compartilhados, perante a importância e a excelência que a FFP vem construindo (muitas vezes sem apoio das instâncias superiores centrais) na região do Leste Fluminense. De certa forma, entendemos que, quando abdicamos do debate interno, e somente o fazemos em mo-

de pleito eleitorais, em *situações-limite*, estamos permitindo que a universidade perca o seu maior patrimônio, que é o vigoroso e permanente debate sobre o seu papel público, sobre as suas intencionalidades e pactuação de interesses. Cremos que um grande risco é a universidade, ao se despolitizar, partidarizando-se e aparelhando-se, possa perder a sua capacidade de expressar os interesses da maioria, de cumprir a dimensão democrática indispensável à construção de uma universidade autônoma, plural, consistente, patrimônio de todos/as, e não apenas de grupos, de uma minoria que delibera como representantes qualificados da/sobre a vida da universidade.

*Advir - Toda essa problemática (interna e externa) reflete-se (ou reaparece) nos processos eleitorais?*

Compreendemos que sim. Quando a universidade silencia, quando ela se nega ao debate em suas instâncias cotidianas e coletivas, tais como Conselhos Universitários e assembleias classistas, além dos fóruns estudantis, e só se permite discutir o tema das eleições, de forma mais circunstancial, e casuística, estamos fadados a discutir a conjuntura eleitoral e não a vida, o projeto da universidade de forma mais ampla e duradoura. Creio que nós da Uerj, e falo isto também nos incluindo, deveríamos de forma corajosa fazer uma autocrítica, um inventário histórico e institucional de nossa dificuldade, em minha concepção, claro, de criarmos dispositivos de discussão e aprofundamento do projeto(s) de universidade que, de forma sempre provisória, queremos edificar.

*Advir - Como a senhora definiria o papel do diretor hoje? Que importância esta função tem para o desenvolvimento acadêmico da universidade?*

A equipe gestora de uma instituição (direção e vice-direção) é constituída por sujeitos que, do ponto de vista do imaginário democrático, estão circunstancialmente investidos da “confiança” e crença na sua capacidade de realização de um projeto, que em última instância deveria ser de um coletivo. Se este modelo, investimento coletivo, não é cotidianamente posto em circulação, nutrido, revisto, tensionado e (re)pactuado... não tem jeito: o exercício da direção será solitário e provavelmente autoritário em termos

de sua materialidade e condução. Quando nossos nomes foram propostos e quando a nossa chapa foi investida, tínhamos como finalidade a possibilidade de realizar uma “gestão compartilhada”; tínhamos uma percepção (muito sensível e politicamente construída) da necessidade permanente de atualizar o compromisso coletivo de todos/a que nos elegeram, que, de certa forma, tem trazido uma condição de implicação e acompanhamento crítico de um generoso número de professores, servidores técnicos e estudantes à nossa gestão. Entendo que o campo da administração pública é um campo que carece de maior discussão e formação de quadros.

Não somos diretora e vice-diretora, *estamos* hoje na condição de diretora e vice-diretora. Somos professoras com mais de 25 anos de trabalho docente e vimos nos dedicando à vida acadêmica de forma a indissociar o ensino-pesquisa e extensão. Estamos na direção e vice-direção juntamente com um colega servidor técnico, que é o administrador da unidade; estamos com a chefe de Secretaria da Graduação e com as coordenações acadêmicas de graduação, pesquisa e extensão. Esta é a nossa equipe. Esta equipe é a responsável por atualizar, do ponto de vista imaginário e prático, o projeto acadêmico que nos elegeram. Como diretora e vice-diretora, e esta é nossa opinião assumidamente pessoal (e o pessoal é sempre político), entendo que diretor/a e vice-diretor/a podem ser um quadro político-acadêmico importante na edificação de um projeto de Universidade/Faculdade pública. Por isso, defendemos que, mais do que o processo eleitoral, as eleições a cada quatro anos, a nossa comunidade acadêmica poderia discutir o(s) modelo(s) e a universidade que queremos efetivamente construir. E aí defendemos, em uma perspectiva gramsciana, uma universidade na qual todos possam ser dirigentes, entendendo que a não-alienação do trabalho, em qualquer esfera, sugere também assumir a própria implicação e coresponsabilização pelo que é feito e pelo que não é feito. Ou seja, a direção é um cargo/espaco de “virtualidades” e de muita aprendizagem. De forma crítica, o/a diretor/a é alguém que *representa* a sua unidade e não a si próprio. Entendemos nessa tensão o papel dos diferentes fóruns nos quais o diretor é nutrido pelos seus pares. E nada disso é simples, ou prescritivo.

# Discussões sobre

# *Jogo e Comicidade:*

## conceito e aplicação no teatro antigo e contemporâneo

*Jorge Henrique Nunes Pinto*

Latinista e mestrando em Literatura Portuguesa (UERJ)

Orientador: Prof. Dr. Iremar Maciel de Brito

### O Jogo no Teatro

Utilizamos como *corpus* de análise a *Aulularia*, de Plauto, e *O Santo e a Porca*, de Ariano Suassuna, e, por isto, o valor científico deste artigo se vê numa perigosa e inevitável problemática: a expectativa de repetição, em função da extensão da fortuna crítica destas peças e a falta de originalidade, que atingem qualquer estudo em literatura comparada de obras que estejam claramente conectadas ou que tenham sido estudadas exaustivamente sob muitos aspectos. No nosso caso, ambas as situações procedem, o que nos faz achar necessário justificar a escolha desta temática, quando poderíamos simplesmente optar por outro objeto de estudo; o foco, no presente trabalho, pretende limitar-se não ao discurso estético, à aproximação formal das obras, ou seja, não ao reconhecimento da imitação de Suassuna em relação a Plauto, nem mesmo às inovações deste contemporâneo em relação ao modelo em que se baseou; antes, desejamos estudar o próprio conceito do cômico, a noção do riso que está presente na cultura ocidental há milênios, os elementos da engrenagem teatral que tornam as comédias representações únicas, com uma incompará-

vel multiplicidade de valores, expectativas, objetivos e nós. Não devemos, porém, ignorar ou deixar de rever aqueles dados que não representam nosso recorte, pois somente através e a partir deles poderemos compreender melhor o nosso foco, que é, simultaneamente, a obra literária (e, portanto, representante de uma dada estética que está, por natureza, em constante diálogo com outras) e a representação teatral regida pelas leis da comicidade.

Por questões de metodologia, faremos uma aproximação de uma única obra de cada comediógrafo, a *Comédia da Panela*, de Plauto, e *O Santo e a Porca*, de Ariano Suassuna, em vez de tratarmos inconclusivamente sobre o riso na comédia plautina e suassuniana como um todo.

Certamente, a comédia adquire em Roma um caráter de destaque inédito, retirando a tragédia grega do posto de representante da arte teatral, subvertendo a posição ocupada pelo conteúdo sublime, nobre e distante do heroísmo das Tragédias, para elevar ao posto de maior realce a comicidade, o gracejo e o riso ridículo da vida real, da sociedade caricaturada. Quebrando-se o paradigma, embora ainda possamos ver autores de tragédia em Roma, como Sêneca, criam-se as bases ide-



O trágico e o cômico, mosaico romano, século II d.C.O Fonte: <http://dimensaoestetica.blogspot.com/2008/10/aprender-rir.html>

ais para o estabelecimento e a hegemonia da comédia, a melhor e mais procurada forma de entretenimento da sociedade romana. É evidente que a comédia não representava nenhuma novidade no cotidiano do homem romano, mas o seu maior apelo popular garante ao teatro uma posição até então desconhecida.

Representar as mazelas da sociedade romana, não unicamente a sua parcela dominante e elitista, mas como um todo, com escravos

ao lado do chefe da família e seus filhos, significa problematizar e questionar o funcionamento da sociedade, a ideologia dominante, aliando crítica social ao entretenimento através da arte.

O Teatro Romano, por natureza, está intimamente ligado aos Jogos e espetáculos que até hoje constituem os principais estereótipos, através dos quais o senso comum conhece o legado da cultura romana, tais como os emba-

tes dos gladiadores. Estes Jogos dividem-se em ordinários e extraordinários (PEREIRA, 2002); destes, percebemos o óbvio caráter excepcional, pois a função dos Jogos normalmente era acompanhar eventos especiais, como uma cerimônia de triunfo ou os funerais de personalidades romanas; daqueles fazem parte os *Ludi Romani*, os *Ludi Megalenses*, os *Ludi Plebei* e os *Ludi Apollinares*, jogos periódicos que aconteciam em certos meses do ano.

O espetáculo teatral, neste contexto, não se consistia em um evento autosuficiente e independente, mas apenas em um componente dos Jogos, o que motivou, inclusive, uma queixa por parte de Terêncio no prólogo de *A Sogra*, que se referia à dificuldade em se apresentar uma peça em meio à “calamidade” dos Jogos.

Acerca dos aspectos linguísticos do Jogo latino, Huizinga (2004, p. 41) nos ensina que os romanos simplificavam em um único vocábulo – *ludus* – todas as acepções do conceito, ao contrário dos gregos, que dividiam a semântica de Jogo em três formas: *παῖδι* (*paidiá*), ou seja, o infantil, os brinquedos e as brincadeiras que, em um sentido mais amplo, abrangem, inclusive, as formas lúdicas sagradas; *ἀθῆρμα* (*athúrma*), que, em segundo plano, representa o fútil e o frívolo; finalmente, *ἀγών* (*agón*) representa a competição e o concurso, eventos de extrema importância tanto na cultura grega quanto na latina. Esta última, a que verdadeiramente nos interessa, ajuda a esclarecer a concepção romana das competições, uma vez que, como já esclarecemos, somente a forma *ludus* indicava em latim a noção de jogo, carregada, conforme percebemos pelo vocabulário dos gregos, de mais de um sentido. A semântica de *ludus* remete à noção de ilusão, simulação e irreal, oculta nas grandes competições públicas, que representavam um importantíssimo papel no cotidiano romano.

Tendo em mente que “a cultura surge sob a forma do jogo” (*ibidem*, p. 53), parece-nos impossível não traçar um perfil dos aspectos culturais de Roma, em função de suas expres-

sões lúdicas. Mesmo que, com a evolução, o jogo esteja propenso a assumir um papel menos importante em qualquer cultura, restringindo-se a certos ritos sagrados, poesia e folclore, seus aspectos obscurecidos precisam ser resgatados nas diversas manifestações que, conscientemente ou não, o utilizam.

Consideramos aqui, para definir o conceito de jogo, o fator espaço (no caso do jogo teatral, o palco da encenação), certamente distinto em Plauto e Suassuna, e o fator tempo (no nosso caso, o tempo cronológico e psicológico), conforme nos mostra Brito (2008). Levaremos em conta, da mesma forma, outras características básicas do jogo, como a liberdade que ele supõe; o faz-de-conta e a evasão da vida real para uma realidade temporária, que absorve completamente o jogador e torna o próprio jogo “sério”; o isolamento em que está inserido através da limitação física do espaço; a verdade indiscutível de suas regras; o eixo tensão-solução que molda o espetáculo e que cria a expectativa de ganho ou perda etc.

Sabe-se que, com o surgimento da Comédia Nova, a ambientação das peças migrou da grande cidade em decadência para centralizar-se na família, conforme Brandão (2002, p. 91-94), ou seja, retratam-se as pessoas por suas individualidades e não os cidadãos por seu valor público, social e político. Dada a intenção explícita de Plauto de agradar as grandes massas, ao contrário do que fez Terêncio, percebemos muitos temas relacionados à família - relações entre pais e filhos, casamento, maternidade etc. -, bem como a existência de personagens representantes de arquétipos sociais em diálogo com a realidade do público espectador.

Dentre todas as personagens de Plauto, destacaremos um através do qual discutiremos brevemente certas concepções aristotélicas: Euclião, o chefe da família, obcecado pela panela.

A virtude é, portanto, uma disposição adquirida voluntária, que consiste, em relação a nós, na medida, definida pela razão em conformidade com a conduta de um

homem ponderado. Ela ocupa a média entre duas extremidades lastimáveis, uma por excesso, a outra por falta. Digamos ainda o seguinte: enquanto, nas paixões e nas ações, o erro consiste ora em manter-se aquém, ora em ir além do que é conveniente, a virtude encontra e adota uma justa medida. Por isso, embora a virtude, segundo sua essência e segundo a razão que fixa sua natureza, consista numa média, em relação ao bem e à perfeição, ela se situa no ponto mais elevado. (ARISTÓTELES, 2003, p. 6)

Entre muitos possíveis pares de vícios e virtudes descritos por Aristóteles, encontra-se a prodigalidade rivalizando com a avareza, sendo representantes daqueles o gasto excessivo, descuidado e desmedido dos bens, a irresponsabilidade e o desconhecimento de seu próprio valor patrimonial; por outro lado, a avareza consiste na retenção egoísta e sem sentido das riquezas, acumulando-as pelo próprio amontoamento em si, não para produzir prazeres para si ou benefícios para o outro.

A justa medida, o equilíbrio desejado entre vício e virtude, consiste na liberalidade, que é, exatamente, o gasto moderado dos bens, satisfazendo a si mesmo e à sociedade.

Tal é o plano básico da comédia: mostrar indivíduos em desacordo com a justa medida, para um lado ou para o outro, que, com o desenrolar da trama, trilham o caminho de volta ao equilíbrio, retornam ao ponto de onde nunca deveriam ter saído, assumindo, assim, um tom moralizante. Tal desmedida, portanto, é o eixo em torno do qual se desenvolve a comicidade, é o objeto do riso e do ridículo que tanto previne que o cidadão pratique a atitude viciosa/viciada, quanto, simultaneamente, estimula que atente para os aspectos sociais e políticos contidos no enredo. A caracterização de Euclião como um velho avarento, temeroso e eternamente desconfiado configura-se como um dos principais elementos da comicidade da obra, através da imagem do ridículo, que permeia o personagem, transtornado com a descoberta de tanto ouro.

A obra do dramaturgo nordestino Ariano Suassuna é explicitamente baseada na comé-

dia *Aulularia* de Plauto, indicada dentro do próprio texto através do subtítulo “Imitação Nordestina de Plauto”. Ambientada no século XX, a sociedade escolhida por Suassuna para abrigar esta recriação atual da comédia romana apresenta pontos de proximidade com a utilizada em seu modelo. Sabidamente, uma das características da comédia de Plauto era criticar o sistema político-social da época e os arquétipos de cidadãos neste inseridos. Toda a cultura romana, estruturada sobre as bases sólidas dos mitos de feitos heróicos e do elemento divino, em muito se assemelha à nordestina, com seus “valores tradicionais e regionais mantidos por uma tradição folclórica e religiosa”, conforme nos ensinam Nuñez, Andrade, Alcântara, Soares e Moura, em artigo publicado no IV Congresso Nacional de Linguística e Filologia (2001).

Conforme já explicamos, a obra de Ariano Suassuna, de importância fundamental para a formação do teatro brasileiro moderno, deu ao teatro do Nordeste do Brasil uma identidade própria, uma vez que a experiência social do autor transferiu-se para a obra, à medida que identificamos marcas regionais, tanto linguísticas quanto culturais, através de diversas referências e de representação de eventos típicos. Evidentemente, não basta que a produção nordestina seja identificada como autêntica por apenas ter sido composta por um autor nascido nesta região, sendo necessário, para imprimir identidade regional à obra, que elementos da cultura transpareçam nas personagens, no espaço e/ou em outras características inerentes à referida produção, como é o caso da obra de Suassuna.

No caso de *O Santo e a Porca*, percebemos nitidamente que a devoção de Euricão a Santo Antônio é carregada da informalidade e do caráter de proximidade entre o devoto e a divindade de acordo com a tendência litúrgica popular do Brasil. Hollanda (2001, p. 150) nos ensina que, na tradição brasileira,

foi justamente o nosso culto sem obrigações e sem rigor, intimista e familiar, a que se poderia chamar, com alguma impropriedade, “democrático”, um culto que dispensava no fiel todo esforço, toda dili-

gência, toda tirania sobre si mesmo, o que rompeu pela base nosso sentimento religioso.

Além disso, os provérbios populares constantemente pronunciados por Pinhão representam outra das características que notabilizaram Suassuna (1964, p. 64) por seu teatro regional: “Boa romaria faz quem em sua casa fica em paz!” e “mas seguro morreu de velho e desconfiado ainda está vivo”.

À maneira de Plauto, que sempre recorria à figura do escravo para solucionar os problemas, Suassuna, em diversas peças, faz uso da personagem “esperta”: *Auto da Compadecida*, *O Casamento Suspeitoso*, *A Pena e a Lei* e, é claro, *O Santo e a Porca*. De acordo com a definição de “malandro” de Cândido (1970), entendemos que Caroba se encontra classificada como uma variante da malandragem. É ela quem desencadeia a série de confusões engendradas para tornar-se nova proprietária das terras conforme a promessa de Dodó. Desta forma, ao longo da peça, procura fazer com que Eudoro se case com Benona, Dodó com Margarida e ela própria com Pinhão.

Portanto, o Jogo, no teatro de Ariano Suassuna, assume um caráter particular à medida que entram em foco modos, dizeres e caracterizações típicas da população brasileira do nordeste, relacionando-se intimamente com a veia cômica do autor, profundamente influenciada pelo seu espaço cultural. Considera-se, ainda, a comicidade de Plauto, embora profundamente atrelada ao discurso grego, aos seus arquétipos e às suas instituições, também submetida à própria sociedade romana, sua constituição política e seus costumes. De igual forma, Suassuna, embora tendo importado de Plauto a comicidade romana, configurou um eixo de comicidade e jogo estreitamente envolvido com a problemática nordestina.

Contribuiu, assim, de modo imensurável para a constituição da identidade do teatro nordestino, segundo nos ensina Portella *apud* Ferreira

(2008, p. 59), aproximando-se, conforme suas próprias palavras nos levam a crer, do mesmo ideal expressivo de Plauto.

Iniciando pela ambientação de *O Santo e a Porca*, Suassuna demonstra a cultura nordestina através dos aspectos geográfico-culturais, como a Festa de São João. Singularizando sua obra e equilibrando a imitação e a inventividade regional, dá-lhe o subtítulo “Imitação Nordestina de Plauto” e demonstra que, mais do que um modelo, a *Aulularia* é somente um ponto de partida a partir do qual criará uma peça original e única, inserida em seu próprio contexto histórico-social e recheada de contornos culturais, e justamente por isto valiosa não só em perspectiva comparada, mas individual.

A decadência dos valores familiares cresce conforme as conquistas imperialistas foram imprimindo profundas mudanças sociais na vida romana, através da utilização crescente de mão de obra escrava, do desequilíbrio econômico pela prática da usura e do eventual distanciamento entre a classe rica e a classe pobre. Desta forma, intensifica-se o valor do dinheiro e das posses: para o *paterfamilias* (elemento masculino central da família romana que detém o poder e a posse, não necessariamente o pai), era necessário conservar e multiplicar os bens; para a filha, o dote era de grande valor; para o filho, havia a necessidade de sustentar amantes; para a *materfamilias*, finalmente, era preciso manter seu padrão de vida. Esta situação gerou os arquétipos criticados por Plauto, a saber; o avaro e luxurioso pai, corrompido pelo valor do dinheiro; o filho, dito *adulescens*, que só tinha suas atenções voltadas para a conquista de mulheres, fossem elas castas donzelas ou meretrizes; a filha, submissa à virtude imposta pela necessidade de sua pureza, era representada como um objeto de estimado valor.

A *Aulularia* é uma comédia de intriga e de caráter, apresentando duas ações: as peripécias de Euclião, o avaro, após ter encontrado uma panela cheia de ouro e a história de amor de sua filha, que recebeu proposta de

casamento de Megadoro, não sabendo este de sua gravidez.

Assim, parece-nos bastante produtivo estudar a representação da família, em especial através da prática do casamento, na peça *Aulularia*, e sua vinculação com o elemento religioso (culto ao *Lar* e aos *Manes*), em perspectiva comparada à representação na obra teatral brasileira do século XX baseada em Plauto, *O Santo e a Porca*. Assim, poderemos concluir se o tratamento temático dado pelos dois autores tende mais à aproximação ou ao distanciamento.

Para uma breve explanação acerca dos costumes matrimoniais de Roma, estabelecendo um diálogo com a *Comédia da Panela*, dizemos que o casamento subsiste na sociedade romana de duas maneiras: (i) *cum manu*, ou seja, em que o marido toma posse tanto da mulher quanto de seu dote e (ii) *sine manu*, ou seja, em que o dote e a esposa permanecem sob o poder do *paterfamilias*. A mulher que possui dote, chamada *uxor dotata*, transformou-se em uma personagem arquetípica na obra de Plauto, e é este o elemento efetivamente relevante para a análise da presença da cultura romana, no que diz respeito ao casamento, na obra de Plauto, pois, em alguns casos, é impossível distinguir se as formas de matrimônio apresentadas nas comédias seguem os costumes da cultura grega, ou seja, da obra-modelo, ou se adaptam-se aos costumes matrimoniais romanos.

A *uxor dotata* é encarada como motivo de perigo para seu marido, uma vez que, quanto maior seu dote, possivelmente maiores serão as suas exigências. É esta interpretação que motiva Megadoro a casar-se com a filha sem dote de Euclião, apenas por questões afetivas. Neste contexto, percebemos a ligação entre o primeiro aspecto a ser analisado na pesquisa – o casamento, a família e a sociedade – e o seguinte – a construção e a estética do humor –, pois o principal elemento desencadeador de comicidade (a panela) está intimamente relacionado com a questão do casamento, por representar o dote a ser concedido ao marido,

conforme o final proposto pela reconstituição da obra (os manuscritos originais não foram preservados integralmente).

Desde o prólogo, percebemos a interferência do elemento divino associado à família, quando o deus *Lar* diz: “Por sua causa fiz que seu pai Euclião descobrisse o tesouro, a fim de que, mais facilmente, a pudesse casar, se ela o desejasse”. Simultaneamente, percebemos o caráter consensual do casamento em Roma pela expressão “se ela o desejasse”. Este indicativo, em nossa interpretação, demonstra a originalidade da obra de Plauto em relação ao modelo em que se baseou, pois a cultura grega como um todo, no que se refere à voz das mulheres, era extremamente atrasada e preconceituosa.

#### Breves considerações sobre a comicidade

De acordo com as possibilidades de obtenção da comicidade definidas por Henri Bergson (1987, p. 25), temos inicialmente a comicidade das formas, dos gestos e movimentos, que se desprende de nossa verdadeira personalidade, instituindo o automatismo do gesto, repetitivo e passível de imitação, que, portanto, torna-se risível: é o gesto pelo gesto e não pelo significado novo que aquele gesto pode trazer, mas apenas uma repetição de algo já muitas vezes feito. O “mecanismo superposto à vida” bergsoniano nos auxilia a compreender como a inserção de um elemento rígido à natureza móvel e instável da vida humana é capaz de provocar o riso. E este elemento rígido é a engrenagem básica das manifestações culturais das sociedades, que, se interpretadas sob um ponto de vista externo à referida comunidade, possivelmente atenuará a firme barreira social entre o sério e o cômico. Entre tais manifestações culturais, está, é claro, a prática do casamento ocidental que, por sua própria natureza ritualística, é repetitiva e automatizada. Para que tal foco seja viável,

é preciso que “esqueçamos a matéria (...) para só pensar na forma” (BERGSON, op. cit., p. 30).

O material temático comum entre as obras por nós analisadas apóia-se justamente neste ritual fixo em torno do qual, ou por causa do qual, o enredo se constrói. Embora o matrimônio concretizado não seja um elemento tão aparente nas obras, é a expectativa, o desejo, a necessidade e, especialmente, a influência que o conceito exerce na trama que constroem, em conjunto com outras engrenagens, o cômico, através da desconstrução do próprio rito cultural em seu aspecto solene.

Sabendo-se que o efeito “bola de neve” (BERGSON, op. cit., p. 47-48) realça a estima e o instinto de posse direcionado a um dado objeto que, por seu movimento constante e a incerteza que gera, nunca parece deixar-se dominar ou possuir, podemos atribuir às figuras da panela e da porca esse mesmo caráter de distanciamento do possuidor ou dos que delas se desejam tornar possuidores.

Através do manejo habilidoso do jogo cômico entre significado e significante (ou múltiplos significados e significantes, ou seja, muitos conceitos e idéias associados a formas gráficas que, por sua natureza fonética e gráfica, nada representam), um vocábulo pode apresentar uma força cômica interior, inerente e estrutural, pois é devido à escolha morfossintática e/ou à organização da frase que se obtém o riso. A linguagem se torna engraçada por si mesma, desviada e deformada por sua natureza e não é utilizada, como na maioria das vezes, apenas como um veículo universal para demonstrar a comicidade de pessoas ou de situações, ou seja, um processo primeiro de graça, e mais simples, levando em conta somente os significados que, justamente por isto, podem ser invariavelmente levados de um idioma a outro. Por este caráter inerente da comicidade das palavras, acontece a impossibilidade de traduzir o jogo lexical, pois os manejos risíveis de palavras são particulares e únicos para cada idioma.

Encontraremos diversos exemplos desta questão em Plauto, na *Comédia da Panela*, em que podemos facilmente reconhecer, através de uma comparação com o texto original, a perda ou a atenuação do riso na versão da obra em língua portuguesa, por simplificação, adaptação ou mesmo erro de tradução. Na edição da peça no vernáculo que escolhemos, encontramos a fala de Euclião: “Ainda mo perguntas? Meu safado! Não és um ladrão, és um tríplice ladrão!” (PLAUTO, 1969, p. 117). Na versão original, o texto latino - *Verberabilissime, etiam rogitas, non fur, sed trifur* -, mesmo para os não conhecedores do idioma, demonstra um jogo de palavras que não foi traduzido para o português, posicionando antes da palavra *fur, furis* (ladrão) o elemento “tri”, ou seja, imprimindo uma alteração morfológica que possivelmente causaria riso na platéia romana pela naturalidade com que foi utilizado, pelo manejo prático e sintético da morfologia latina, fato não observado na tradução portuguesa de cunho analítico.

Para finalizar a teoria de Bergson, entendemos o caráter como cômico por natureza, uma vez que representa o comportamento rígido e automático de uma pessoa, com o qual a comédia se preocupa justamente por sua intenção de expor as similaridades do mundo que conhecemos com o mundo teatral. Se, na tragédia, o herói representa uma individualidade particular, não passível de imitação, o gênio do artista cômico tende a criar generalidades e tipos que nos remetam a outras pessoas e características já vistas, através da observação exterior.

Reconhecemos que o automatismo das atitudes de Euclião, justamente um dos tipos genéricos representados na comédia por sua avareza, gera o riso à medida que, em inúmeros momentos, o seu receio infundado de perder a panela é repetido (ibidem, p. 101, 103 e 109). Durante o diálogo com Megadoro, Euclião, muitas vezes, volta para dentro de casa para conferir se já lhe foi roubado o ouro.

Após esta breve explanação acerca da teoria de Bergson sobre o riso, recorreremos, como complemento e extensão, à obra do filólogo soviético Vladimir Propp (1992) que, em diversos momentos, cita o ensaio do filósofo francês, discutindo alguns de seus principais raciocínios. Acerca da comicidade do físico humano, conforme discorre no capítulo sexto, Propp recorre à afirmação de Bergson de que “É cômica qualquer manifestação do aspecto físico da personalidade, quando o problema diz respeito a seu aspecto espiritual”, refutando-a com a hipótese de que “nem todas as manifestações da natureza física da pessoa são engraçadas, mesmo quando revelam certas facetas espirituais” (Propp, op. cit., p. 45). Para tanto, vale-se do exemplo de que Honoré de Balzac, embora obeso, por sua “força espiritual” e “poder interior” evidentes, não suscita o riso, mesmo numa escultura de Rodin em que o escritor francês é representado nu, com a barriga avantajada e as pernas finas, uma figura disforme, porém não risível graças à expressão da “força espiritual e a beleza interior de um homem de corpo deformado” (ibidem, p. 46).

No capítulo seguinte, “A comicidade da semelhança”, Propp parece não refutar, mas reescrever a definição de Bergson acerca da questão da repetição como um dos procedimentos para a obtenção do cômico na comédia clássica. Conforme suas próprias palavras, “Seria mais exato falar não de repetição, mas de duplicação” (ibidem, p. 56).

Demonstra uma postura mais taxativa no capítulo “O homem-coisa”, em que ressalta “a insuficiência da teoria de Bergson” (ibidem, p. 75), no que tange à afirmação de que “Nós rimos toda vez que uma pessoa produz em nós a impressão que uma coisa produz”. Desde o capítulo quarto, percebe-se que o centro da teoria da comicidade de Vladimir Propp consiste na humanidade do riso, na transformação e na aproximação de elementos, seres e coisas do mundo com qualidades e características dos homens. É isto que permite a ele corroborar com a decisiva afirmação “Isso,

sem dúvida, é verdade”, a explicação de Tchernichévski de que “Nós rimos dos animais”, por exemplo, “porque eles nos lembram os homens e seus movimentos” (apud ibidem, p. 38). É através desta linha de raciocínio que Propp ressalta sem questionamentos a hipótese de Bergson de que a “natureza inorgânica e vegetal” (ibidem, p. 37) não é elemento gerador de comicidade, assim como os objetos. Com este pensamento básico de que nada é cômico enquanto não se aproxima do humano, Propp refuta e reescreve a afirmação de Bergson, enfatizando que o riso só é realmente provocado pela representação do homem através de uma coisa, quando esta “coisa é intrinsecamente comparável à pessoa e expressa algum defeito seu”.

Ainda no mesmo capítulo, outra afirmação de Henri Bergson (“Poses, gestos e movimentos do corpo humano são ridículos na medida em que o referido corpo desperta em nós a representação de uma simples máquina”) é rebatida.

Para embasar sua hipótese, Propp recorre à imagem do funcionamento rítmico e constante de órgãos do corpo humano, como o pulmão e o coração, que são perfeitos mecanismos que não inspiram o riso, às “terríveis” e nada cômicas convulsões de um sujeito que sofre de epilepsia, entre outros exemplos.

### Considerações Finais

Esperamos ter alcançado o objetivo de demonstrar, na primeira parte deste artigo, como a comédia romana assimilou os preceitos da Comédia Nova dos gregos, que por sua vez se opôs à Comédia Antiga de Aristófanes, enfocando então não mais a vida pública, mas a vida privada. Para tanto, propusemos um estudo da representação da vida interna dos indivíduos romanos à época de Roma Republicana e dos brasileiros durante o século XX, bem como os ecos destes distintos modos de viver e pensar nas obras teatrais de cada tempo, uma pesquisa ainda em andamento que

será plenamente desenvolvida e concluída quando confeccionada e defendida a dissertação de Mestrado.

Para entender o teatro cômico, é preciso entender o Jogo. Este conceito foi largamente explorado e universalmente definido por Johan Huizinga, filósofo holandês, que em muito nos auxiliou na compreensão do elemento lúdico romano. Embora, no caso de uma imitação, grande parte dos aspectos da cultura da sociedade em cujo tempo foi produzida a obra-modelo transpareçam na obra imitada, é preciso estabelecer um método rigoroso para procurar categorizar o que é determinante da cultura de cada uma delas. No caso de Plauto, podemos perceber algumas destas características típicas da romanidade, embora outras, obscuras ou incertas, sejam impossíveis de determinar.

A teoria da comicidade de Bergson, por fim, nos apresenta uma eficaz análise da criação do riso e das estratégias utilizadas por diversos autores cômicos para fazer de palavras, situações, movimentos e caracteres engraçados, sob um ponto de vista genérico, que se aplica ao gênero como um todo, desde os mais antigos exemplos de Menandro e Plauto até a atualidade.

Desta forma, através da junção do entendimento entre a representação da vida privada e a estruturação da comicidade, esperamos obter dados mais conclusivos acerca da interdependência, ou ao menos da mútua influência, entre elas, para que a comédia, a partir de Plauto, seja compreendida sob este duplo foco de análise.

## Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- BERGSON, H. *O Riso*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- BRANDÃO, J. *Teatro grego: tragédia e comédia*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BRITO, I. M. *O Anfitrião viajante no tempo*. Tese de Doutorado em Letras. Niterói: UFF, 1999.
- \_\_\_\_\_. "Estruturas Narrativas do Jogo Teatral". In: V Congresso Brasileiro de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas, 2008.
- CANDIDO, A. "Dialética da Malandragem". In: *O Discurso e a Cidade*. São Paulo: Duas cidades, 1993.
- DUBY, G. (org). *História da Vida Privada*. T. 2: Da Europa Feudal à Renascença. Trad: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GUAPIASSÚ, P. R.. *A marmita e a porca: a presença plautina na comédia nordestina*. Tese de Doutorado em Letras. Rio de Janeiro: UFRJ, 1980.

HOLLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: José Olympio, 2001.

HUNTER, R. L. *The New Comedy of Greece and Rome*. Cambridge University Press, 1985.

HUIZINGA, J.. *Homo Ludens*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

NETO, S. S.. *História do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

NUÑEZ, C. F. P. et al. "A Tradição Clássica na Comédia Brasileira". In: *IV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Cadernos do CNLF, Série IV, n° 9*, 2001.

PEREIRA, M. H. R. *Estudos de história da cultura clássica*. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

PLAUTO e TERÊNCIO. *A Comédia Latina*. Tradução e notas: Agostinho da Silva. Rio de Janeiro : Edições de Ouro, 1969.

RAMALHO, A. C. *Algumas observações sobre o latim de Gil Vicente*. In: *Estudos sobre a época do Renascimento*. Coimbra: 1969.

RECKERT, S. *Espirito e Letra de Gil Vicente*. Lisboa: 1983.

SARAIVA, A. J. e LOPES, O. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1955.

SPÍNOLA, F. E. T. *As idéias políticas de Gil Vicente*. Lisboa: 1945.

STAIGER, E. "Estilo dramático: a tensão". In: *Conceitos Fundamentais da Poética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

SUASSUNA, A. *O Santo e a Porca*. Rio de Janeiro: Olympio, 1974.

TENENTI, A. "O mercador e o banqueiro". In: GARIN, Eugenio (org). *O Homem Renascentista*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

VICENTE, G. *Obras completas*. Volume III. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1971.

PROPP, V. I. *Comicidade e riso*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

# *A Sociologia compreensiva*

## INDIVIDUALISTA QUANTO AO MÉTODO, DE MAX WEBER

*Valter Duarte Ferreira Filho*

Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Uerj e do Instituto de  
Filosofia e Ciências Sociais da Ufrj / Mestre em Ciência Política pelo IUPERJ  
e Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da UFRJ.

### DEFINIÇÕES BÁSICAS

A Sociologia de Max Weber é completamente diferente das ciências cujas bases nos foram ensinadas nas escolas brasileiras. Sob forte influência positivista, aprendemos que ciências seriam conjuntos de conhecimentos sistematizados com métodos próprios a respeito de determinados objetos, ou melhor: de específicos campos de fenômenos inconfundíveis entre si. Aprendemos que a Física seria a respeito dos fenômenos físicos, a Química a respeito dos fenômenos químicos e, assim por diante, aprendemos que cada ciência existiria e seria reconhecida desde que fosse demonstrada a existência do seu objeto de estudo, do seu campo inconfundível de fenômenos, como, com significativo sucesso, fez Durkheim na sua Sociologia.

E o reconhecimento dessa diferença pode começar num simples exame da definição apresentada pelo próprio Weber:

Deve entender-se por sociologia (no sentido aqui aceito desta palavra, empregada com tão diferentes significados): uma ciência que pretende entender, interpretando-a, a ação social para dessa maneira explicá-la causalmente em seu desenvolvimento e efeitos. (Weber, 1977, v. I, p. 5)

Para nossos hábitos de entendimento, essa definição indicaria que a Sociologia de Max Weber tem um objeto de estudo: a ação social. Porém, essa ação social, que poderia ser pensada como objeto de estudo, no sentido do que se pensa dos objetos das demais ciências, não diz respeito a um campo de fenômenos ou, mais precisamente, a uma ordem na qual certos fenômenos singulares estariam contidos; é apenas um conceito coerente com o ideal weberiano de construir uma Sociologia *individualista quanto ao método* (Cohn, 1979, p. 26). Ação social não seria um fenômeno como aqueles reivindicados<sup>8</sup> pelas chamadas *ciências da natureza* e tampouco seria um dos *fenômenos sociais* como os assim chamados na Sociologia de Augusto Comte ou naquelas que se valeram de imagens da Física e da Biologia, principalmente.

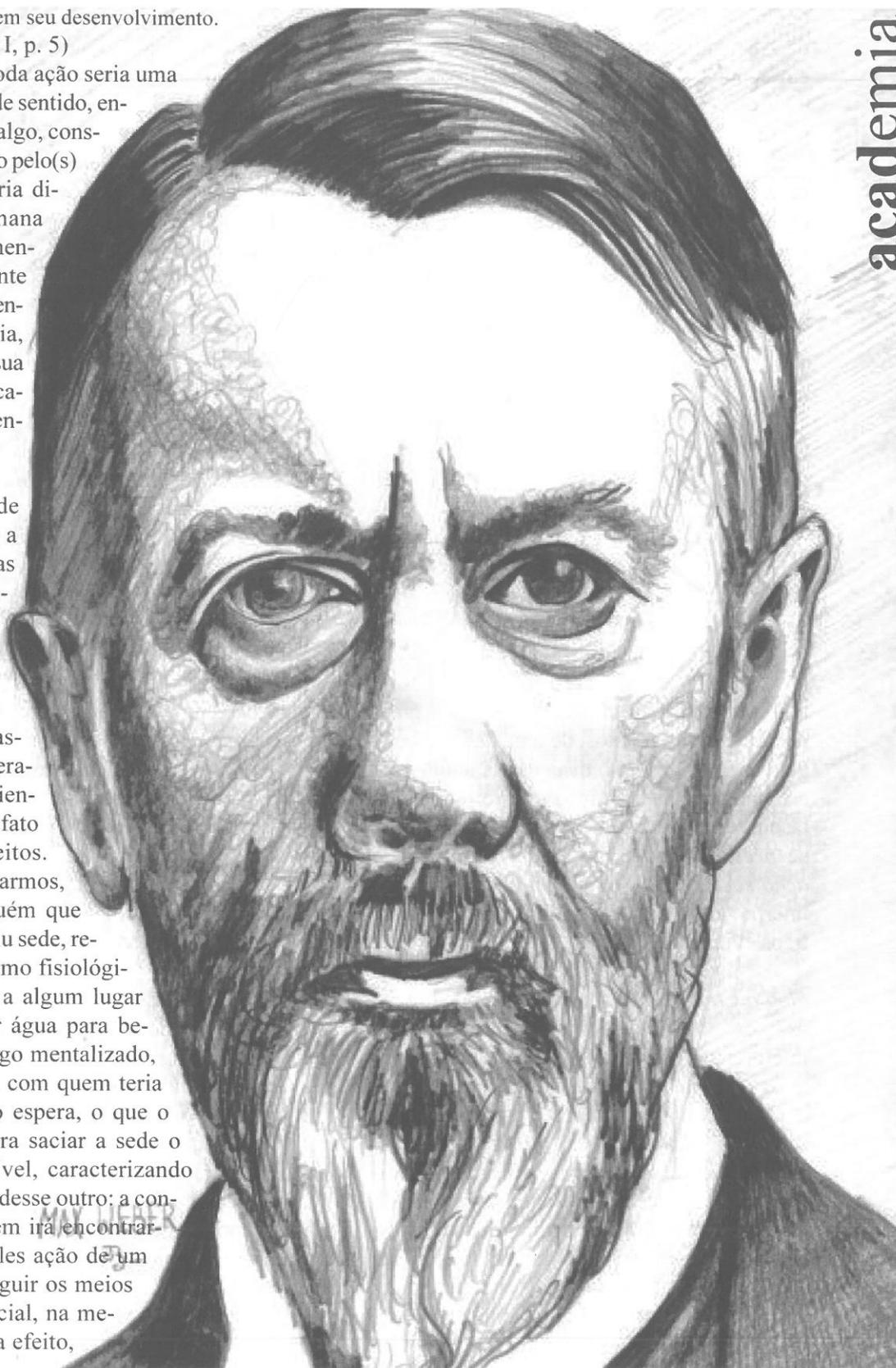
Segundo Weber:

Por “ação”, social ou não, deve entender-se uma conduta humana sempre que o seu sujeito ou sujeitos enlacen a ela um sentido subjetivo. A “ação social”, portanto, é uma ação na qual o sentido mentalizado por seu sujeito ou sujeitos está referido à conduta de outros, orien-

tando-se por esta em seu desenvolvimento.  
(Weber, 1977, v. I, p. 5)

Em outras palavras: toda ação seria uma conduta humana dotada de sentido, entendendo-se por *sentido* algo, consciente ou não, mentalizado pelo(s) seu(s) sujeito(s). Ela seria diferente da conduta humana puramente reativa, puramente neurológica, exatamente por isso: pelo seu componente mentalizado, que seria, em rigor, o seu motivo, a sua causa, aquilo que a explicaria em seu desenvolvimento e efeitos.

Como a Sociologia de Weber não diria respeito a qualquer ação, mas apenas às ações sociais, vale dizer que estas seriam assim definidas na medida em que seus sujeitos considerassem a conduta de outros sujeitos – passados, presentes ou esperados - e, ao agirem, se orientassem pela conduta, de fato ou suposta, desses sujeitos. Seria o caso de considerarmos, no tempo presente, alguém que em algum momento sentiu sede, resultado de puro mecanismo fisiológico, que agora se dirige a algum lugar em que possa encontrar água para beber, o que implica ter algo mentalizado, mas lembra que alguém com quem teria marcado um encontro o espera, o que o faz apressar o passo para saciar a sede o mais rapidamente possível, caracterizando orientar-se pela conduta desse outro: a conduta do sujeito com quem irá encontrar-se. Desse modo, a simples ação de um sujeito procurar e conseguir os meios de saciar a sede será social, na medida em que for levada a efeito,



academia

Max Weber • Fonte: <http://www.bloggen.be>

tendo ele em mente que outro sujeito o aguarda. Além disso, como um espera e o outro leva em conta essa espera, são duas as ações sociais e ambas reciprocamente orientadas, então: uma relação social<sup>1</sup>. Porém, como relações sociais são condutas plurais de dois ou mais sujeitos, deve-se considerar a reciprocidade de modo independente dos sentidos mentalizados, que podem ser diferentes e até opostos, como fator comum de orientação dos seus sujeitos.

### **O RECURSO INTERPRETATIVO: O TIPO IDEAL**

Porém, essa proposta da Sociologia de Weber de captar o *sentido* das ações sociais não exigiria qualquer esforço científico se nas ações sociais os sentidos fossem *existentes de fato*, evidentes como aqueles que seriam dados na experiência histórica ou como aqueles que seriam considerados como dados por aproximação estatística, isto é, um mesmo sentido mentalizado individualmente pela grande maioria dos sujeitos, de uma dada ação de massa. Em rigor, isso dispensaria aquilo que está indicado na definição anteriormente vista: a interpretação da ação social. Com efeito, *se pretende entender, interpretando-a, a ação social*, essa Sociologia não teria o que interpretar no caso de sentidos dados, de sentidos evidentes<sup>2</sup>.

Trata-se, pois, da chamada *Sociologia Compreensiva* e a sua principal razão de ser estaria na busca da captação interpretativa do sentido das ações sociais de massa, nas quais a existência de um objetivo comum levava sociólogos e economistas de seu tempo a acreditarem que houvesse um mesmo sentido em todos os seus sujeitos individuais e que este sentido nada mais seria do que o sentido próprio de algum sujeito coletivo exterior e acima dos indivíduos; sujeito este que seria uma “classe”, um estamento, um partido, um clube ou uma empresa. Para Weber, não seria por terem o mesmo objetivo

numa ação coletiva que os sujeitos individuais teriam os mesmos motivos de persegui-lo. Não estaria correta, portanto, a frase de um, segundo ele, talentoso autor: *o individuo pode errar em relação aos seus interesses, mas a classe é infalível em relação a esses interesses* (Weber, 1974, p. 216). Em sua Sociologia, as ações sociais de massa não seriam ações de sujeitos coletivos, no sentido de sujeitos não individuais. As ações coletivas seriam ações de várias pessoas individuais.

Ação, como orientação significativamente compreensível da própria conduta, só existe para nós como conduta de uma ou várias pessoas “individuais”.(Weber, 1977, v. I, p. 12)

Vamos supor uma ação de massa na qual todos os sujeitos agissem do mesmo modo. Seriam, na nossa suposição, os aplausos dados por todos os presentes ao fim de um espetáculo teatral. Naqueles aplausos estaria a intenção comum de elogiar, de incentivar ou de algo parecido. Por ser ação comum a todos os seus sujeitos, o observador poderia acreditar que todos tivessem o mesmo motivo para aplaudir, portanto, o mesmo sentido mentalizado. Porém, ao perguntar individualmente a alguns dos espectadores da peça teatral o motivo de seu aplauso, descobriu que cada um aplaudiu por um motivo diferente: um aplaudiu porque muito lhe agradou o final da peça, outro porque muito lhe agradou toda a peça, outro porque considerou excelente o trabalho dos atores, outro porque muito lhe agradou a direção e outro aplaudiu porque os demais estavam aplaudindo. Ao encontrar esses e outros motivos quando prosseguiu perguntando, concluiu que não haveria para aqueles aplausos simultâneos e referentes à conduta dos participantes da peça o sentido evidente, o sentido único *existente de fato* naquelas várias pessoas individuais. E não haveria também um sentido *existente de fato* na maioria daquelas várias pessoas individuais que aplaudiram.

Em rigor, o sentido comum dos aplausos não existiria na realidade. Porém, houve uma ação coletiva. Desse modo, uma ação de várias pessoas individuais à qual se pode atribuir um caráter sociológico, em rigor, uma ampla relação social, já que todos individualmente levaram em consideração que os demais estavam aplaudindo e convergiram numa ação comum a todos, que pode ser interpretada e explicada causalmente em seu desenvolvimento e efeitos. Assim, o fato de ter vários sentidos diferentes entre os seus participantes não impediria um recurso interpretativo que fizesse de todos os sentidos um sentido único, como se esse sentido fosse realmente único e evidente. Isto porque *toda interpretação, como toda ciência em geral, tende à "evidência"* (Weber, 1977, p. 6). E se esta evidência não for dada pela realidade, ela deverá ser construída idealmente, ela deverá ser uma idéia, um conceito: o tipo ideal.

Por "sentido" entendemos o sentido mentalizado e subjetivo dos sujeitos da ação, seja a) existente de fato: á) em um caso historicamente dado, â) como média e de um modo aproximado em uma determinada massa de casos: seja b) como construído em um tipo ideal com atores desse caráter. (Weber, 1977, v. I, p. 6)

Porém, esse tipo ideal, que será construído para representar o sentido de alguma realidade própria de determinada ação social sem necessariamente existir, não pode ser inventado de qualquer maneira. O sociólogo deverá buscar os seus componentes nessa mesma realidade. Esse tipo ideal deverá ser composto pelo destaque e pelo exagero de alguns traços dos sentidos da ação coletiva de múltiplos sentidos individuais que pretende representar. Desse modo, mesmo não existindo na realidade, o tipo ideal deverá ser a melhor aproximação possível a essa realidade.

Por isso, considerando-se o quanto podem ser diferentes os motivos de uma ação social

e pensando na validade de se construir um tipo ideal do sentido dessa mesma ação, vamos tomar como exemplo as várias ações coletivas resultantes de relações sociais próprias que seriam em si os partidos políticos que, mesmo vivendo todos *sob o signo do "poder"* (Weber, 1974, p. 227), não existiriam individualmente devido aos mesmos ideais, devido aos mesmos projetos.

Vamos imaginar um determinado país no qual haja 10 (dez) partidos políticos que, apesar das suas muitas diferenças e divergências, obedeçam a uma única ordem política, definida em uma constituição, e vivam *sob o signo do "poder"*, próprio dessa ordem constitucional. Além disso, vamos considerar que, aos pares ou em grupos de três, quatro ou mais, concordem em alguns pontos programáticos. Sem levar em conta o percentual de eleitores que tenderia a votar em cada um deles e, uma vez que nenhum deles teria a maioria absoluta de eleitores – não havendo, portanto, partido preponderante –, vamos buscar o sentido individual de cada um desses partidos, de modo a chegar àquele que seria o sentido típico-ideal de partido político desse país. Com efeito, esse tipo ideal não existirá na realidade. Porém, a sua construção teórica deverá nos aproximar ao máximo do sentido real de todos eles individualmente considerados e, desse modo, indicar o programa político típico-ideal do que tende a ser apresentado nas eleições de determinada época desse imaginário país.

A casuística sociológica só pode construir-se a partir desses tipos *puros* (ideais). Porém, é por si evidente que a sociologia emprega tipos médios (modais), do gênero dos tipos empírico-estatísticos; uma construção que não requer aqui maiores esclarecimentos metodológicos. (Weber, 1977: I, 17)

Limitamos em três os pontos programáticos de cada partido, que, em rigor, seriam os sentidos mentalizados por seus atores ao representá-los em suas ações políticas, e apresentamos cada um deles com uma letra:

1. ABC 2. ABD 3. ADF 4. AGI 5. BCE  
6. CEF 7. DFG 8. DGH 9. EHI 10. GHI.

Verificamos quantas vezes apareceu cada ponto programático:

A=4 B=3 C=3 D=4 E=3 F=3 G=4  
H=3 I=3.

Destacamos os três que mais apareceram:

A=4, D=4 e G=4

E formamos com eles o tipo ideal do sentido dos partidos políticos do país que imaginamos; em consequência, o tipo ideal do que tendem a propor na propaganda política:

ADG

Desse modo, a dispersão dos sentidos desses partidos políticos foi posta em ordem pelo pensamento e se fez a melhor aproximação possível a essa realidade, embora esse tipo puro não exista nessa realidade, a partir da qual e para a interpretação da qual foi construído.

Pois qualquer que seja o conteúdo do ideal-tipo racional, quer represente uma norma de dogmatismo jurídico, de crença ética, estética ou religiosa, quer uma máxima técnica, econômica, de política jurídica, social ou cultural, ou ainda uma espécie de avaliação elaborada do modo mais racional possível, no âmbito dos estudos empíricos, a sua construção tende a comparar com ele a realidade empírica, para determinar o seu ponto de divergência, o seu afastamento ou a sua relativa proximidade a fim de poder descrevê-la com conceitos, o mais univocamente compreensíveis, e compreendê-la e explicá-la graças à atribuição causal. (Weber, 1979: 184-5)

## TIPOS IDEAIS BÁSICOS

Todavia, essa captação interpretativa do sentido das ações sociais não resolveria um outro problema de base da Sociologia Compreensiva e que diria respeito também à construção de tipos ideais. Há o problema relativo à definição de cada ação social em si de forma neutra, independente dos valores que possam ter na realidade. Para Weber, estamentos,

clubes, sindicatos, empresas, partidos, cidades, nações, estados, enfim, todas as comunidades, seriam ações sociais. Assim, de modo independente do sentido que, por exemplo, cada sindicato ou cada partido possa ter, a sua pura e simples existência comunitária teria um sentido comum aos demais sindicatos ou aos demais partidos que o definiria em relação às demais comunidades e dentro da comunidade maior em que realiza suas ações.

Em outras palavras: não importa que seja sindicato de empregados do comércio ou sindicato patronal, importa que seja uma ação societária decorrente de interesses comuns, relativos às oportunidades de troca de bens e serviços, por ser esta a sua diferença em relação às demais comunidades, para que seja definido como sindicato. Seja de empregados, seja de patrões: trata-se de um sindicato. Da mesma forma, não importa que seja liberal, fascista ou comunista; importa o fato de viver *sob o signo do "poder"*, por ser esta a sua diferença das demais comunidades, para que seja definido como partido político. Seja liberal, seja fascista, seja comunista: trata-se de um partido político. E esse seria um exemplo do que significaria trabalhar com conceitos neutros em relação a valores.

Porém, se é certo que para Weber conceitos ou tipos ideais teriam de ter limites nítidos entre si, como, por exemplo, os limites entre comunidades políticas como o *Estado*, que *hoje temos de dizer que é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território* (Weber, 1974, p. 98), e a *nação*, que seria *uma comunidade de sentimento que se manifestaria adequadamente num Estado próprio* (Weber, 1974, p. 207), haveria em contrapartida pontos comuns a ambas, como o fato, no caso, de serem políticas, isto é, de serem referentes ao emprego da violência entre os homens. Por isso, o ponto de partida conceitual, isto é, tanto conceitos neutros em relação a valores, quanto uma tipologia geral das ações, não poderia senão destacar da mais

ampla diversidade aquilo que seria, isoladamente, o mais comum, para, a partir dos traços comuns da realidade, organizar o pensamento e, assim, organizar a realidade pelo pensamento, o que será, em rigor, conhecê-la interpretando-a.

Assim, para o maior alcance possível de seus conceitos básicos, ao invés de partir de construções como aquela que fizemos do tipo ideal de partido político de um país imaginário, destacando e exagerando pontos programáticos que caracterizariam seus partidos individualmente como privatizantes, estatizantes, nacionalistas, parlamentaristas, presidencialistas ou coisas assim, a fim de chegar a um sentido único para falar de todos como se fossem um só, Weber destacou sentidos também diferentes entre si, mas exatamente aqueles que seriam os sentidos mais frequentes, no sentido de mais comuns na realidade de todas as ações por mais heterogêneas que fossem, e, por isso, construiu sentidos típico-ideais puros, os mais abrangentes possíveis, para serem válidos na interpretação de todas elas, sociais ou não, fossem individuais, fossem comunitárias:

A ação social, como toda ação, pode ser: 1) racional relativa a fins. 2) racional relativa a valores. 3) afetiva. 4) tradicional. (Weber, 1977, v. I, p. 20)

1. Ação racional relativa a fins seria toda aquela na qual os sujeitos teriam em mente um fim racionalmente definido e seguiriam meios racionalmente elaborados para atingi-lo. Seria o caso de um partido político ter como fim obter a maior votação possível em uma eleição e planejar sua propaganda como meio de obtê-la. Ou, então, o de alguém que, tendo um excedente monetário e pensando em preservar o seu poder de compra ou em fazer maiores gastos no futuro, deposita esse excedente em uma caderneta de poupança. Seria a ação de um treinador esportivo que, tendo em vista os melhores resultados possíveis de seus atletas, planeja o treinamento para esse fim. Do mesmo tipo, a ação de uma institui-

ção de ensino que, visando formar profissionais de determinada área, elabora o currículo que lhe pareça o mais adequado para aquela formação. E também, em uma guerra, o planejamento e a preparação de um ataque por parte de um comando militar que leva em conta as suas condições, as do inimigo e as do terreno em que haverá os combates.

2. Ação racional relativa a valores seria toda aquela na qual os sujeitos teriam em mente diferenciais racionalmente elaborados de conduta individual ou coletiva, como seriam os códigos de regras de conduta em geral, tanto os formais quanto os informais. Seria o caso de fazer ou deixar de fazer alguma coisa devido a obedecer aos Dez Mandamentos. Também o caso de um médico, devido ao código de ética médica, guardar segredo de algum fato do qual tomou conhecimento em virtude de seu exercício profissional. O mesmo na hipótese de alguém comportar-se de determinada maneira em uma festa obedecendo às normas socialmente aceitas e adotadas em ocasiões semelhantes. E no exemplo de alguém não denunciar uma transgressão, não propriamente devido a medo, mas devido a obedecer a algum código informal de conduta.

3. Ação afetiva seria toda aquela motivada por estados emocionais como os de medo, raiva, ambição, inveja, ciúme, amor, entusiasmo, orgulho, vingança, piedade, devoção ou por qualquer outro tipo de sentimento ou impulso racionalmente inexplicável. Seria o caso das ações predominantes das personagens da tragédia *Romeu e Julieta*. O caso de alguém não cumprir regras racionalmente prescritas e obrigatórias devido a algum sentimento, sem considerar o risco de punição. E também as ações derivadas das *emoções de massa de curta vida, de efeitos incalculáveis, como nas eleições e ocasiões semelhantes* (Weber, 1974, p. 302).

4. Ação tradicional seria toda aquela cujo sentido estaria em hábitos e costumes arraigados, por vezes até difíceis de terem as suas origens conhecidas pelos seus sujeitos. Seria

o caso de festas populares como o carnaval e as festas juninas. Do mesmo modo, a legitimidade dada a um rei ou a uma rainha para governar. O tratamento especial dado a quem tem um título de nobreza como o de Visconde, Conde, Barão, Marquês ou Duque. Respeitar os mais velhos. E aceitar como fato histórico o que não tem documentação comprobatória, como o de ter sido Tales o primeiro filósofo.

São, portanto, quatro tipos de sentidos diferentes entre si que podem ser atribuídos igualmente a ações que nada mais tenham de semelhantes umas com as outras a não ser o de serem racionais relativas a fins racionais, relativas a valores, afetivas ou tradicionais. Podem ser radicalmente diferentes entre si os sentidos de ações racionais relativas a fins cujos sujeitos tenham em mente ganhos políticos, daquelas cujos sujeitos procuram preservar seus excedentes monetários, daquelas cujos sujeitos buscam resultados esportivos, daquelas cujos sujeitos preparam ações militares e de muitas outras ações racionais relativas a fins. Da mesma maneira, podem ser radicalmente diferentes entre si as ações cujos sentidos estejam nos Dez Mandamentos, daquelas ações cujos sentidos sejam valores de outros códigos formais ou informais de conduta, como podem ser totalmente diferentes entre si os estados emocionais possíveis das ações afetivas e os muitos costumes arraigados das ações tradicionais.

É preciso lembrar que as ações são assim chamadas devido ao sentido que se atribui a elas em destaque, em especial, por motivos nem sempre conscientes do próprio intérprete. Na realidade, as ações não teriam apenas um sentido, embora os exemplos aqui relacionados indiquem em cada uma apenas um dos quatro tipos de sentido. As ações não ocorreriam na forma pura dessa classificação. Não haveria a pura ação racional relativa a fins, isenta de valores racionalmente elaborados, isenta de componentes afetivos e sem reação de seu sujeito a estímulos habituais ou a costumes arraigados. Por exemplo, nenhuma campanha eleitoral seria limitada ao cálculo mate-

mático das probabilidades de maior ou menor votação conforme um ou outro tema predominante na propaganda política. Seus organizadores, inevitavelmente afetados pelo tipo de trabalho a ser realizado, levariam em conta e agiriam também de acordo com os valores do partido, com os valores da sociedade, com os seus hábitos e com os seus costumes, além de se emocionarem e usarem de formas emocionais de atração de eleitores como: palavras de ordem, comícios, músicas, desfiles e outros recursos desse caráter. E esse procedimento hipotético para falar de múltiplos sentidos de uma ação representada somente como racional, relativa a fins, poderia ser igualmente aplicado para pensar, como provavelmente existentes na realidade, os múltiplos componentes dos sentidos das ações que idealmente representamos como ações puramente racionais relativas a valores, puramente afetivas ou puramente tradicionais.

#### TIPOS IDEAIS DE DOMINAÇÃO

No que diz respeito à tipologia das ações, daquela que ficou conhecida como Sociologia da Dominação, Weber seguiu o mesmo método: construiu tipos ideais de sentidos diferentes entre si que seriam derivados do que de mais frequente haveria na realidade e, por isso, seriam os mais abrangentes possíveis para representá-la, para ordená-la pelo pensamento de modo válido. Como *dominação é um caso especial de poder* (Weber, 1977, v. I, p. 695), a definição de *poder* deve ser o ponto de partida para o posterior esclarecimento do que seria *dominação*, bem como para a construção de seus tipos ideais.

*Em geral, entendemos por "poder" a possibilidade de que um homem; ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação.* (Weber, 1974, p. 211)

Há duas ações, portanto, a serem consideradas. A primeira é a ação comunitária, que pode ser definida como ação de várias pessoas individuais em que há o sentimento comum em seus indivíduos de pertencerem a um todo, cujo sentido comunitário, na hipótese da definição, não estaria nas várias pessoas individuais da comunidade e sim, apenas na mente daqueles que podem fazer uma vontade própria prevalecer, mesmo encontrando resistência entre os que participam da ação. E a outra ação a ser considerada, ainda nessa definição, seria a de resistir. Com efeito, desta Weber não se ocupou.

Poder e dominação dizem respeito à relação social, conduta humana plural cujos sujeitos agem orientando-se uns pela conduta dos outros, isto é, reciprocamente. Mas “poder”, embora a isso diga respeito, não é ação nem relação social; “poder” é apenas possibilidade. Ao contrário, dominação é relação social entre quem lidera e quem é liderado e consente a liderança; é relação social entre um chefe ou comandante e quem, como subordinado ou mesmo fazendo oposição dentro das regras aceitas por ambos, consente na chefia ou comando. Nesse caso especial, que é a relação de dominação, ao invés de resistência, há consentimento, isto é, legitimidade.

Portanto, é chamado de dominação o caso especial de “poder” que diz respeito a relações sociais em que não haveria resistência à vontade de um homem ou de um grupo de homens que prevalecesse em uma ação comunitária. No caso de dominação, ao invés de resistência, convém repetir, haveria consentimento, isto é, legitimidade. Assim, nos casos em que o sentido das ações comunitárias estaria na mente de um homem ou de um grupo de homens que teriam consentimento, isto é, legitimidade para fazer valer a vontade própria na escolha desse sentido, haveria um outro sentido a ser considerado, que seria o sentido desse consentimento, dessa legitimidade dada a esses homens pelos demais participantes da ação. E exatamente o sentido desse consentimento, dessa legitimidade, explicaria

causalmente um caso de dominação em seu desenvolvimento e efeitos<sup>3</sup>.

Pode-se dizer, então, que, num caso de dominação, o sentido estaria em quem obedece, em quem consente, em quem não resiste ao fato de que outro tenha a sua vontade prevalecendo no sentido da ação comunitária. Por isso, cada tipo de dominação é denominado de acordo com o motivo da obediência a um líder, com o sentido do consentimento, com o sentido da legitimidade:

1) Será *dominação racional-legal* se o sentido da legitimidade estiver em um conjunto de leis racionalmente elaboradas para orientar as ações sociais dos indivíduos de uma comunidade. A obediência a alguém, como a um presidente, não será baseada em sua pessoa e sim em regras estatuídas – como em um estatuto, em um regulamento ou em uma constituição –, por isso mesmo, podendo ser chamada em seu tipo mais puro de *dominação burocrática*.

2) Será *dominação tradicional* se o sentido da legitimidade estiver na crença de um súdito na virtude e na dignidade próprias de um senhor, santificado pela tradição, e na fidelidade desse súdito a essa tradição. Seu tipo mais puro será o do *domínio patriarcal*, como o de um rei, ou de um sultão, de um “chefe”, enfim, que tem liderança legítima derivada de hábito, de costume inveterado. E ao *caso especial de estrutura patriarcal de dominação* mediante partilha de terras aos filhos ou a outras pessoas dependentes do círculo familiar se dá o nome de *dominação patrimonial*. (Weber, 1977, v. II, p. 758)

3) Será *dominação carismática* se o sentido da legitimidade estiver na crença de um ou muitos homens nas qualidades extraordinárias e, não acessíveis a todos, carisma de um determinado líder. Seus tipos mais puros seriam o domínio de um profeta, o domínio de um herói de guerra e o domínio de um grande demagogo. Em geral está associada à crença na existência de uma missão que só pode ser cumprida por alguém extraordinariamente qualificado.

Porém, os tipos de dominação têm uma pré-condição: o momento histórico em que ocorreriam. Para Weber, os tipos ideais de dominação estariam relacionados ou a momento de rotina diária ou a momento extraordinário. Relacionados a momento de rotina diária seriam o tipo de dominação racional-legal e o tipo de dominação tradicional. Relacionado a momento extraordinário seria somente o tipo ideal de dominação carismática.

É preciso, no entanto, assinalar que não é o sociólogo quem deve dizer se uma comunidade estaria em rotina diária ou em momento extraordinário. Isto seria determinado pelos sujeitos da dominação. Eles é que avaliariam como sendo de rotina ou extraordinário o momento em que viveriam e, assim, tenderiam a legitimar, de acordo com os tipos próprios de cada momento. Ao sociólogo cabe interpretar o que os sujeitos consideram estar vivendo e, a partir daí, procurar explicar causalmente suas ações. Assim como em toda tipologia, os elementos componentes de um conceito viriam da realidade mentalizada pelos sujeitos das ações para o pensamento do sociólogo, no qual seriam postos em uma ordem que raramente seria a da realidade.

Por isso, deve ser dada especial atenção à dominação carismática. É corrente a idéia de que certos líderes e certos ídolos de massa teriam carisma, o *dom da graça* absolutamente pessoal. E nada se deve opor a quem queira pensar assim. É questão que diz respeito à crença que cada indivíduo possa ter eventualmente em relação a outros ou a si mesmo. Porém, para um sociólogo, a menos que se esqueça dessa condição, isso é completamente vetado. É princípio básico de toda Sociologia não atribuir dons aos indivíduos. O tipo ideal de dominação carismática não corresponde em

hipótese alguma a atribuir ao líder a posse pessoal de carisma; não corresponde a dizer que o líder seja realmente carismático. É o seguidor que, supondo ou acreditando na existência desse dom em seu líder, faz com que o sociólogo leve isso em conta e assim qualifique o sentido dessa legitimidade, de modo a conceituar essa relação como *dominação carismática*.

Além disso, aqueles que julgam viver um momento extraordinário tendem a acreditar na existência de uma determinada missão a ser cumprida e para a qual deve aparecer alguém extraordinariamente qualificado. Seria a missão de conduzir ao que acreditam que seria a normalidade de uma comunidade. Sem dúvida, seria a missão de conduzir à sua rotina, não importando como esta possa ser pensada.

Enfim, pensar que na realidade os sentidos dos três tipos de dominação possam estar combinados, como aqui se fez ao admitir-se a hipótese de combinação dos sentidos dos tipos de ação social em uma mesma ação, não seria, a princípio, desaconselhável. Mas, ao reconhecermos que nos tipos ideais de dominação de rotina diária há certa historicidade que não nos permite pensá-los concomitantes num mesmo sujeito e que o tipo ideal de dominação carismática diz respeito a momento extraordinário, por isso mesmo excludente em relação aos de rotina diária, o melhor seria dispensar esse exercício especulativo. No máximo, levaríamos em consideração a hipótese de que num mesmo momento e em relação a uma mesma liderança, vários sujeitos podem ter nas suas ações, sem individualmente combiná-los, os diferentes sentidos típicos ideais de dominação, de legitimidade, nada mais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bendix, Reinhard. *Max Weber, um perfil intelectual*. Tradução de Elisabeth Hanna e José Viegas Filho. Brasília. Ed. da UnB. 1986.

Cohn, Gabriel. *Crítica e Resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo. T. A. Queiroz, Editor. 1979.

\_\_\_\_\_. (org.). *Weber*. Tradução de Amélia e Gabriel Cohn. São Paulo. Editora Ática, 1979. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, volume 13).

\_\_\_\_\_. (org.). *Sociologia: Para ler os Clássicos*. São Paulo. Livros Técnicos e Científicos. 1978.

Freund, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro. Editora Forense. 1970.

Weber, Max. *Economía y Sociedad*. Tradução para o espanhol de J. Medina Echavarría e outros. 2ª edição em espanhol. México, Fondo de Cultura Económica, 1977.

\_\_\_\_\_. *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. Tradução de Carlos Grifo Babo. Lisboa. Editorial Presença. 3ª edição. 1979.

\_\_\_\_\_. *Ensaio de Sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra. 3ª edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.

## NOTAS

<sup>1</sup> Será ação social quando alguém levar em consideração a conduta de outros que podem ser: passados, presentes ou esperados. Sujeitos passados, aqueles cujas ações já ocorreram e servem de referência às atuais. Sujeitos presentes, aqueles em relação aos quais se leva em conta o que possam estar fazendo no momento da ação. Sujeitos esperados, aqueles que no futuro podem ser envolvidos na ação atual, embora possam não ser de fato envolvidos ou mesmo jamais virem a existir. E será relação social sempre que dois ou mais sujeitos venham a agir levando em consideração uns a conduta dos outros.

<sup>2</sup> O grito em si, e apenas ele, de *Independência ou Morte!*, dado pelo então Príncipe Regente D. Pedro, em 1822, e a cavalgada, e apenas ela, comandada por Deodoro da Fonseca, na Proclamação da República, em 1889, são ações que precisariam de interpretação? As pessoas com carrinhos cheios de produtos estando na fila de caixas em um supermercado e as pessoas na sala de espera de um ambulatório médico aguardando atendimento são ações que precisariam de interpretação?

<sup>3</sup> Numa ação comunitária em que haja dominação, consideram-se dois sentidos: o da própria ação comunitária, que estaria naquele homem ou grupo de homens que pode fazer valer a sua vontade própria, e o sentido da dominação, que estaria naqueles que consentem na liderança daquele que faz valer a sua vontade própria. A Sociologia da Dominação não estuda os sentidos das ações comunitárias nem os sentidos das ações de resistência, ela estuda os motivos de consentir, de legitimar a liderança daqueles que fazem valer a vontade própria em ações comunitárias.

# A diagramação epigráfica

NA INSCRIÇÃO  
HONORÁRIA  
POMPEIANA DE M.  
HOLCONIUS RUFUS

*Carlos Alberto Sertã*

Professor aposentado do Departamento de História  
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Uerj

## A DIAGRAMAÇÃO EPIGRÁFICA NA INSCRIÇÃO HONORÁRIA POMPEIANA DE M. HOLCONIUS RUFUS

O objeto desta pesquisa é o estudo da diagramação epigráfica na inscrição honorária de Marcus Holconius Rufus, descoberta em 30 de junho de 1853 (1), junto ao Pórtico dos Holcônios (2). A citação do descobrimento afirma: “no curso da jornada, à frente do pedestal que sustentava a sobredita estátua, se encontra a seguinte inscrição gravada”... (3) (segue o texto). O relato da manhã de 22 de junho de 1853 recorda com detalhes a descoberta da estátua colossal em mármore de M. Holconius Rufus, atualmente em exposição no Museu Arqueológico Nacional de Nápoles (4).

### DESCRIÇÃO DO ESPELHO EPIGRÁFICO

A inscrição faz parte da base do monumento honorário de Marcus Holconius Rufus e estava voltada para a parte forense da “Via

della Abbondanza”, localizada, além disso, ao lado do meio-fio do lado esquerdo. A lápide em mármore branco, a seção retangular, em sentido vertical, apresenta o espelho epigráfico com as seguintes medidas: altura, 1140 mm; largura, 845 mm; e espessura, 45 mm (5).

A superfície do espelho epigráfico não está danificada e os sulcos das letras não se apresentam pintados de vermelho. Não existem traços da cobertura branca (intonaco) sobre a superfície.

### A INSCRIÇÃO

A inscrição desenvolve-se em 5 linhas na superfície do espelho epigráfico, apresentando o seguinte texto:

M. HOLCONIO M.F.RUFO  
TRIB.MIL.A POPUL.II.VIR.I.D.V  
QUINQ.ITER  
AUGUSTI.CAESARIS.SACERD  
PATRONO.COLONIAE (6)  
M(ARCO) HOLCONIO M(ARCI) F(ILIO)  
RUFO

TRIB(UNO) MIL(ITUM) A POPUL(O) (DUO) VIR(O) I(URE) D(ICUNDO)  
 (QUINTUM)  
 QUINQ(UENNALI) ITER(UM)  
 AUGUSTI CAESARIS SACERD(OTI)  
 PATRONO COLONIAE (7)

academia

APÓGRAFO

M·HOLCONIOM·F·RVFO  
 TRIB·MIL·A·POPVL·I·VIR·I·D·V̄  
 QVINQ·ITER·  
 AVGVSTI·CAESARIS·SACERD  
 PATRONO·COLONIAE

INSCRIÇÃO HONORÁRIA POMPEIANA  
 DE M. HOLCÔNIO RUFO

TABELA DAS MEDIDAS

Linha	Nº de letras	Nº de palavras	Largura diagramada	Altura e largura máxima das letras		Sinais de Separação		Margens Direita Esquerda		Distância entre as linhas	Linha
1ª	15	5	800 mm	60 mm	65 mm	4	-	20 mm	25 mm	45-43 mm 45 mm 43-45 mm 45 mm	1ª
2ª	21	9	740 mm	60 mm	42 mm	7	1	50 mm	55 mm		2ª
3ª	9	2	340 mm	55 mm	47 mm	1	-	240 mm	270 mm		3ª
4ª	21	3	730 mm	55 mm	34 mm	2	-	57 mm	60 mm		4ª
5ª	15	2	580 mm	45 mm	41 mm	1	-	127 mm	125 mm		5ª
Total	81	21	3190 mm	-	-	15 p	1 a	-	-		Total
p - presente a - ausente											

## MEDIDAS DAS LETRAS E DOS SULCOS

- A) Altura das letras:  
Altura máxima: 60 mm na letra “U” de “RUFO” (1ª linha);  
Altura mínima: 30 mm na primeira letra “O” de “PATRONO” (5ª linha);
- B) Largura das letras:  
Largura máxima: 65 mm na letra “M” inicial da 1ª linha;
- C) Medidas dos sulcos:  
Profundidade máxima: 1,8 mm na letra “C” de “HOLCONIO” (1ª linha);  
Profundidade mínima: 0,5 na segunda letra “O” de “COLONIAE” (5ª linha);
- D) Sinais de separação:  
Total: 16 sinais;  
Presentes: 15 sinais;  
Ausentes: 01 sinal.

## MEDIDAS DO ESPELHO

- A) Altura: 1140 mm;  
B) Largura: 845 mm;  
C) Espessura: 45 mm;  
D) Distância da parte superior das letras da primeira linha até a parte superior do espelho: 150 mm;  
E) Distância da parte inferior das letras da última linha até a base do espelho: 540 mm;  
F) Distância da parte superior das letras da primeira linha até a parte superior da letra da 5ª linha (última linha) – altura diagramada: 440 mm;  
G) Distância da letra “M” de “M(ARCO)”, primeira linha, até a extremidade esquerda da lápide: margem mais reduzida à esquerda: 440 mm;  
H) Distância da letra “O” final de “RUFO” (1ª linha) até a extremida-

de direita da lápide: margem mais reduzida à direita: 25 mm;

- I) Total da distância entre as linhas (da 1ª linha até a 5ª linha): 178 mm à esquerda e 178 mm à direita – V. tabela.

## MEDIDAS DA BASE DA ESTÁTUA

- A) Altura: 1690 mm;  
B) Largura: 1070 mm.

## A DIAGRAMAÇÃO EPIGRÁFICA

A diagramação e a incisão do texto da epígrafe honorária de Marco Holcônio Rufo são de notável qualidade; além da utilização do mármore, o trabalho dos artesãos apresenta-se de uma forma apurada e apreciada.

Lembramos que o diagramador devia ater-se à altura e à largura do espelho epigráfico, bem como à medida das letras. A lápide apresenta somente uma superfície diagramada, porém fazendo-se necessário encontrar o número correto de linhas, respeitar o espaço e a continuidade entre uma letra e outra, além de utilizar com precisão os sinais de separação.

Além disso, o diagramador deveria escolher o gênero de diagramação mais adaptado ao texto e às medidas do espelho epigráfico. Na estela de T. Suedius Clemens, situada logo após a porta Herculano, foi escolhido um tipo de diagramação no qual se estabelecia o alinhamento com a margem à esquerda, deixando fora as letras “EX”, iniciais da primeira linha – diagramação com margem à esquerda. Na estela de T. Suedius Clemens, situada logo após a porta Nocera, foi escolhido o alinhamento com margem à esquerda, deixando fora a letra “E”, inicial da primeira linha. A estela de T. Suedius Clemens, situada logo após a porta Marina, apresenta novamente o alinhamento com margem à esquerda. Já na estela de T. Suedius Clemens, situada logo após a porta Vesúvio, o diagramador estabeleceu o gênero de diagramação do tipo centrado, no

qual a expressão “LOCA PUBLICA” torna-se o coração do texto diagramado, conforme se pode ver na quarta linha da fotografia número 3. Infelizmente, o trabalho de diagramação e de incisão das quatro estelas apresentou, como já estudamos anteriormente, resultados desfavoráveis. Passemos agora ao exame do trabalho realizado na epígrafe honorária de Marco Holcônio Rufo, junto ao quadrívio de Holconio.

Na lápide do Duunviro de Pompéia e sacerdote de César Augusto, o diagramador devia compor uma mensagem codificada que constava de 21 palavras, com 81 letras, além de 16 sinais de separação, totalizando 97 (8) espaços. A superfície a diagramar apresentava forma retangular e média 1140 mm de altura por 845 mm de largura. A espessura da estela de mármore, contendo a epígrafe, média 45 mm e a superfície encontrava-se cuidadosamente polida.

Examinando a inscrição, podemos ver que o diagramador dividiu a superfície em cinco linhas com letras de tamanhos diversos. “Tri nomina” (os três nomes da personagem) e a filiação apresentam, por motivo óbvio, letras de tamanho maior, como se pode ver na primeira linha, na qual a altura máxima das letras é de 60 mm. As linhas seguintes apresentam o tamanho das letras reduzido até a quinta linha, na qual a altura máxima é de 45 mm. A redução era adaptada ao texto e feita com correção, uma vez que não dificultava a leitura das últimas linhas da inscrição (9).

Lembramos, além disso, que a omissão do nome da tribo (Menenia-Men) da personagem Marco Holcônio Rufo não constituía fato isolado no “formulário” das epígrafes honorárias de Pompéia (10). O motivo da omissão encontra-se no problema da diagramação do texto, conforme veremos mais adiante.

O diagramador manteve constante o espaço entre uma linha e outra: 45 mm da primeira à quinta linha. Manter constante o espaço entre uma linha e outra era muito importante, em vista do gênero de diagramação escolhido pelo diagramador – diagramação centrada, na qual

o equilíbrio e a simetria entre as partes superior e inferior do texto era fundamental, como podemos depreender do exame da fotografia número 1 (11).

Conforme já foi acentuado, o diagramador estabeleceu o gênero de diagramação centrada, no qual a expressão “QUINQ.ITER” torna-se o coração ou o centro do texto da diagramação. A expressão encontra-se na terceira linha e apresenta 9 letras, além de um sinal de separação, totalizando dez espaços.

Restava agora a diagramar, 4 linhas com 19 palavras, com 72 letras, além de 15 sinais de separação, totalizando 87 espaços, que o diagramador conseguiu diagramar de uma forma inteligente e interessante. Observando a epígrafe, podemos ver que a primeira linha e a última (quinta linha) apresentam cada uma o mesmo número de letras – 15 letras. Da mesma maneira, a segunda e a quarta linha têm cada qual um mesmo número de letras – 21 letras (12). Por essa razão, compreende-se porque o diagramador escolheu a expressão codificada “QUINQ.ITER” (9 letras) na terceira linha, como centro do texto da diagramação. Pode-se igualmente compreender porque estabeleceu-se a diagramação centrada com 5 linhas, na qual o número de letras da primeira e segunda linhas são respectivamente iguais ao número de letras da quarta e da quinta linhas. A busca do equilíbrio e da simetria do texto a diagramar, como já ressaltamos acima.

Devemos recordar, além disso, que o acréscimo do nome da tribo (“MENENIA-MEN”) na primeira linha alterava o equilíbrio da distribuição das letras (15 letras cada uma) na linha inicial e na quinta linha. O texto diagramado, como se pode ver, omitiu o nome da tribo.

O exame da epígrafe permite compreender que o diagramador procurou manter praticamente constante a margem à direita e à esquerda de cada linha. Há somente uma exceção; na terceira linha a margem direita (270 mm) supera a margem esquerda (240 mm) –

variação de 30 mm. Além disso, não podemos esquecer que a diagramação centrada não permite estabelecer uma única margem à esquerda e à direita em cada linha (13).

De qualquer maneira o problema não provocou o deslocamento do texto, que continua centrado, como podemos ver a partir do exame das margens direita e esquerda nas outras linhas. A primeira linha apresenta, respectivamente, 20 mm e 25 mm de margens, direita e esquerda. A segunda linha apresenta 50 mm e 55 mm à direita e à esquerda; a quarta linha apresenta 57 mm e 60 mm à esquerda e à direita; finalmente, a quinta linha apresenta, respectivamente, 127 mm e 125 mm, à esquerda e à direita. Concluindo, podemos dizer que o texto encontra-se centrado e apresenta margens simétricas (14).

A distância da parte superior das letras da primeira linha à parte superior do espelho mede 150 mm, enquanto a distância da parte inferior das letras da última linha (a quinta) à base do espelho é de 540 mm. Vemos, além disso, que a primeira linha encontra-se a uma altura de 1600 mm do solo e a última linha (quinta linha) a cerca de 1160 mm do solo. Compreende-se, portanto, que estas medidas, além da exata grandeza das letras, tornava cômoda e fácil a leitura da inscrição.

Resumindo, pode-se dizer que o diagramador organizou a diagramação das duas primeiras linhas (14 palavras com 36 letras, além de 11 sinais de separação) utilizando 1540 mm de largura diagramada. Do mesmo modo diagramou as duas últimas linhas (5 palavras com 36 letras, além de 3 sinais de separação), utilizando 1310 mm de largura diagramada. Além disso, diagramou a linha central (terceira linha com 2 palavras, 9 letras, além de 1 sinal de separação), utilizando 340 mm de largura diagramada. A totalidade da largura diagramada é de 3190 mm, conforme se pode deduzir do exame da tabela de medidas (15). Da mesma forma, a altura total diagramada, da primeira à quinta linha (a última), media 440 mm, conforme mostra a tabela de medidas.

Os números acima, bem como a simetria das margens, são um testemunho seguro do

equilíbrio e da harmonia do texto diagramado.

Conforme havíamos dito, o diagramador devia respeitar o espaço entre uma letra e outra, tanto quanto entre uma palavra e outra, além de utilizar com correção os sinais de separação. Examinando a epígrafe, vemos que na primeira linha foi deixado um espaço justo e constante entre uma palavra completa ou abreviada e a outra. Não obstante isso, utilizou com precisão 4 sinais de separação entre uma palavra e outra. Pode-se compreender, além disso, que o tamanho das letras da primeira linha (5 palavras com 15 letras, além de 4 sinais de separação) determinou a dificuldade de diagramar tudo em uma só linha, deixando somente 20 mm de margem esquerda e 25 mm de margem direita. Podemos dizer que a diagramação da primeira linha apresenta-se de uma forma bastante aceitável, visto que o espaço e a continuidade entre as letras e as palavras não comprometem a leitura do texto.

Na segunda linha, o diagramador utilizou o mesmo procedimento da primeira linha (espaço igual entre uma letra e outra e entre uma palavra e outra), tendo reduzido, porém, o tamanho das letras. A redução permitiu-lhe diagramar 9 palavras com 21 letras, além de 7 sinais de separação, numa forma bastante agradável, bem como estabelecer, respectivamente, 50 mm e 55 mm de margem esquerda e direita.

O diagramador manteve igual espaço entre uma letra e outra e entre uma palavra e outra na terceira, quarta e quinta linhas; além disso, reduziu ligeiramente a grandeza das letras da terceira e da quarta linha, na qual diagramou 3 palavras com 21 letras, além de 2 sinais de separação. A quinta linha apresenta uma outra pequena redução de tamanho das letras, enquanto o espaço entre "PATRONO" e "COLONIAE" encontra-se aumentado com relação ao procedimento estabelecido.

Detalhe importante: observando-se a epígrafe, pode-se ver que na segunda linha a letra "R" de "TRIB" apresenta-se afastada da letra "I" da mesma palavra, assim como a

letra “R” de “VIR” parece distante da “I” de “I(URE)”. Do mesmo modo, na quarta linha, a letra “R” de “SACERD” encontra-se afastada da letra “D”. Não obstante isso, na primeira linha, o espaço entre a letra “R” de “RUFO” e a letra “U” é a distância correta, conforme o procedimento estabelecido. Podemos dizer que o tamanho das letras da primeira linha, além da dificuldade de espaço, determinou o procedimento escolhido: espaço igual entre as letras e as palavras.

Como explicar estas diferenças sempre entre a letra “R” e a letra seguinte? Erro de diagramação? Desatenção do “lapidarius” (aquele que grava o texto) executante ou outro motivo?

A autópsia do texto permite ver um detalhe do estilo de diagramação e de incisão da letra “R” no qual a cauda, já curva, alonga-se para baixo e ocupa praticamente o mesmo espaço que o corpo da letra, como se pode observar na inscrição (16). Portanto, a cauda ocupa um espaço a mais, além do corpo da letra “R”.

Retornemos agora à primeira linha, na qual a cauda curva e alongada da letra “R” de “RUFO” utiliza o espaço criado pela barra transversal esquerda da letra “U” seguinte para estabelecer-se (17), não necessitando, por isso, de um espaço a mais. Por outro lado, a segunda linha apresenta a letra “R” de “TRIB” afastada da letra “I” seguinte, uma vez que a diagramação considera o fim da cauda alongada da letra “R” como ponto terminal da letra, além da barra vertical da letra “I” seguinte não criar o espaço adequado para inserir a cauda. Portanto, depois do final da letra “R” completa (com a cauda alongada) e antes da letra “I” de “TRIB”, a diagramação precisa de um espaço a mais (18), com a finalidade de respeitar a distância entre uma letra e outra. O mesmo acontece entre a letra “R” de “VIR” e a letra inicial “I” de “I(URE)” na segunda linha, bem como entre a letra “R” de “SACERD” e a “D” seguinte na quarta linha.

A confirmação deste procedimento encontra-se também na terceira linha, na qual a cauda curva e alongada do primeiro “Q” de “QUINQ” (19) utiliza o espaço criado pela

barra transversal esquerda da letra “U” seguinte, enquanto o segundo “Q” de “QUINQ” se apresenta distante do “I” de “ITER”, embora o espaço a mais seja ocupado por sinal de separação.

Para concluir esta parte, podemos dizer que não se trata de um erro de diagramação (com letras distantes) ou de uma desatenção do “lapidarius” executante, mas simplesmente de um recurso de estilo adaptado à forma peculiar do “R” e do “Q”.

O diagramador reduziu corretamente o tamanho das letras da primeira à quinta linha; não se veem mudanças abusivas de tamanho como as que se encontram na lápide da porta Nocera (Cfr. bibl. cit. p. 232). Embora a primeira linha apresente alguma dificuldade de diagramação, o trabalho não comprometeu o entendimento da mensagem codificada.

A distância entre uma linha e outra é mantida constante do início ao fim. Existe somente uma pequena variação na primeira e na segunda linhas – 45 mm no início e 43 mm ao final (variação de 2 mm). Além disso, entre a terceira e a quarta linha, encontramos 43 mm no início e 45 mm no fim, (variação de 2 mm). Estas variações são de pequena importância, dado que o texto não se encontra deslocado para cima ou para baixo, como acontece na inscrição da porta Marina (Cfr. Bibl. cit. 237).

Concluindo, pode-se dizer que manter a distância constante entre uma linha e outra do início ao fim e estabelecer todas as letras de cada linha numa mesma altura (apoiadas na linha-guia) determina uma diagramação correta e agradável, que me parece ser o caso presente.

A superfície do espelho epigráfico é polida com bastante esmero, sendo por isso um trabalho muito difícil identificar as linhas-guia. Infelizmente, não conseguimos identificar um simples exemplo de linha-guia, uma vez que o polimento da superfície apagou completamente as marcas. Seguramente, o diagramador a utilizou para tornar exata a diagramação das letras. A manutenção da distância constante entre uma linha e outra do início ao fim confirma, além disso, o uso da linha-guia.

É muito provável que o diagramador tenha utilizado a dupla linha-guia superior, já que existem letras que têm altura maior do que a de outras na mesma linha, como exemplifica o “T” de “TRIB” (20), na segunda linha. Um outro exemplo encontra-se no “T” de “ITER” na terceira linha, embora o procedimento com a letra “T” não seja uniforme, tendo em vista que o “T” de “PATRONO” apresenta a mesma altura das outras letras na quinta linha (21).

A utilização dos sinais de separação é um outro ponto destacado da diagramação e da incisão da epígrafe. Identificamos 15 sinais de separação para um total de 16 necessários (Cfr. tabela de medidas). Falta somente o sinal entre a letra “A” (preposição) e a palavra “POPUL(O)” na segunda linha, uma vez que a superfície da pedra naquele ponto encontra-se ligeiramente deteriorada. O diagramador utilizou corretamente os sinais de separação.

Não encontramos o sinal deslocado para cima ou para baixo, porém, sempre no meio, entre as palavras, e sua incisão é feita com precisão, apresentando forma triangular (22).

Não podemos esquecer da forma das letras, elemento importante para a qualidade da diagramação. Já falamos do “R” e do “Q” com cauda curva e alongada, porém deve-se destacar também o “O” perfeitamente circular (arredondado) e a forma do “T” mais alta em relação às outras letras (23). O diagramador e o “lapidarius” executante demonstraram grande perícia e habilidade na incisão e na diagramação do corpo das letras, bem como nos detalhes de acabamento (por exemplo, nas serifas das letras). Uma simples particularidade como o sinal de separação encontra-se sempre corretamente a meia altura entre as palavras.

A forma das letras permite, além disso, estabele-

cer a datação de uma epígrafe, que devemos examinar agora. As letras diagramadas segundo o procedimento de “capital quadrada” encontram-se na inscrição, como por exemplo, o “O” perfeitamente circular, o “D”, o “R” com a cauda alongada, o “Q” e assim por diante. As letras presentes são frequentes no período de Augusto e por isso podemos estabelecer uma datação da epígrafe na fase supracitada (24).

Em resumo, o trabalho do diagramador apresenta-se de uma forma bastante agradável. Escolheu o número correto de linhas, bem como dividiu com maestria o número de letras de cada linha. Encontrou o gênero de diagramação (centrado) mais adaptado ao texto, respeitando a simetria das margens. A redução do tamanho das letras e a distância entre as linhas são feitas com correção. Procurou manter constante o espaço entre uma letra e outra e entre uma palavra e outra, além de utilizar, com exatidão, os sinais de separação. Preparou a forma das letras com empenho e zelo.

O mesmo elogio vale para o “lapidarius” executante, o “faber lapidarius”. O sulco das letras é fluido e a incisão é feita com precisão, demonstrando habilidade e perícia. Os detalhes de acabamento, como, por exemplo, as serifas das letras e os sinais de separação, são feitos com diligência. Não se veem os frequentes erros casuais ou tentativas de incisão interrompidas, como sucede com a quarta linha da epígrafe da porta Marina (Cfr. C. A. Sertã op. cit. p. 237).

Dois artesãos participaram da elaboração da epígrafe. São, com certeza, mestres de uma oficina de lapidação (lapidaria) especializada (25) e com experiência necessária. Não surpreende a qualidade excepcional do trabalho realizado sobre mármore, pedra de qualidade, e dedicado à personagem pompeiana mais importante do período de Augusto (26).

## BIBLIOGRAFIA

AA.VV. **Rediscovering Pompei**. Roma: 1990.

CASTRÉN, P. **Ordo Populusque Pompeianus**. Roma: 1975.

FIORELLI, I. **Pompeianarum Antiquitatum Historia**. Neapoli MDCCCLXII. p.563-565.

MANACORDA, D. **Uma officina lapidaria sulla via Appia**. Roma: 1979.

MANZELLA, I. **Di F. Mestiere di Epigrafista**. Roma: 1987.

ONORATO, G. O. **Iscrizioni Pompeiane - La vita pubblica**. Firenze: 1957. p. 26-27.

SERTÃ, C. A. **La Ordinatio Epigrafica sulla stele Pompeiana di T. Suedius Clemens fuori Porta Ercolano**. *Rivista di Studi Pompeiani IX*. Roma: 1998. p. 229-234.

SERTÃ, C. A. **La Ordinatio Epigrafica sulla stele Pompeiana di T. Suedius Clemens fuori Porta Vesuvio**. *Rivista di Studi Pompeiani X*. Roma: 1999. p. 204-210.

SERTÃ, C. A. **La Ordinatio Epigrafica sulla stele Pompeiana di T. Suedius Clemens fuori Porta Marina**. *Rivista di Studi Pompeiani XII - XIII*. Roma: 2001 - 2002. p. 228-237.

SUSINI, G. **The Roman Stonecutter**. Oxford: 1973.

SUSINI, G. **Epigrafia Romana**. Roma: 1972.



Foto 1 - Inscrição honorária de M. Holconius Rufus.



Foto 2 - Base da estátua honorária de M. Holconius Rufus e logo atrás, o pórtico dos Holcônios (Ianus Holconiorum).



Foto 3 - Epígrafe de T. Suedius Clemens fora da porta Vesúvio.



Foto 4 - Particular da primeira linha: RUFO - com a cauda do "R" utilizando o espaço criado pela barra transversal esquerda do "U" seguinte.



Foto 5 - Particular da segunda linha: TRIB(UNO) - com o "R" "distante" do "I" seguinte



Foto 6 - Particular da terceira linha: QUINQ(UENNALI).ITER(UM) - a) a cauda do primeiro "Q" ocupa o espaço criado pela barra transversal esquerda do "U" seguinte - b) sinal de separação triangular - c) o "T" de ITER(UM) mais alto que as outras letras.



Foto 6 - Particular da inscrição da tumba de Mamia fora da porta Herculano: dupla linha-guia superior.

## NOTAS

- 1 - Cfr. Ios. Fiorelli, op. cit. p. 564.
- 2 - Pórtico coberto sustentado por quatro pilastras e localizado na via dell'Abbondanza, pouco antes do cruzamento dela com a via Stabiana (o assinalado quadrvio de Hol-conio). Cfr. fotografia n° 2.
- 3 - Cfr. Ios. Fiorelli, op. cit. p. 564.
- 4 - A estátua couraçada de M. Holconius Rufus apresenta o inventário n° 6233 e encontra-se à esquerda do corredor central do grande salão.
- 5 - Cfr. as medidas do espelho epigráfico e fotografia n° 1.
- 6 - CIL, X, 830, p. 102.
- 7 - "A Marco Holconio Rufo, filho de Marco/ tribuno militar de nomeação popular, duunviro por cinco vezes/por duas vezes Quinquenal/ sacerdote de César Augusto/ patrono da colônia".
- 8 - Cfr. tabela das medidas.
- 9 - Cfr. tabela das medidas e fotografia n° 1.
- 10 - A epígrafe honorária de M. Tullius, CIL, X, 820, encontrada no Templo da Fortuna Augusta, não apresenta igualmente o nome da tribo.
- 11 - Cfr. fotografia n° 1.
- 12 - Cfr. Tabela das medidas e fotografia n° 1.
- 13 - Cfr. fotografia n° 1.
- 14 - A fotografia n° 3 apresenta a epígrafe de T. Suedius Clemens fora da porta Vesúvio (exemplo de diagramação centrada), na qual podemos ver que o inductor não respeitou a simetria das margens, bem como na 4ª linha a expressão "LOCA" é ligeiramente deslocada para cima. Cfr. C. A. Sertã, op. cit. pp. 204-210.
- 15 - Cfr. tabela das medidas.
- 16 - Cfr. fotografia n° 4.
- 17 - Cfr. fotografia n° 4.
- 18 - Cfr. fotografia n° 5.
- 19 - Cfr. fotografia n° 6.
- 20 - Cfr. fotografia n° 6.
- 21 - Na epígrafe da Tumba de Mamia fora da porta Ercolano, encontra-se um exemplo de dupla linha guia superior. Cfr. fotografia n° 7 e Cfr. C. A. Sertã, em *Rivista di Studi Pompeiani*, VII, 1995-1996, p. 174.
- 22 - Cfr. fotografia n° 6, sinal de separação triangular entre as palavras da 3ª linha QUINQ(UENNALI) e ITER(UM).
- 23 - Cfr. fotografia n° 6, a letra "T" de ITER(UM) da 3ª linha, mais alta que as outras letras.
- 24 - É o período áureo da epigrafia romana, embora encontremos a forma dessas letras até a fase Nero-Claudiana.
- 25 - A "forma" (minuta) entregue a oficina lapidária não devia apresentar problemas. Cfr. I. Di. Stefano Manzella, op. cit. pp. 121-123, na qual existem exemplos de textos com a "forma" ex-decreto (minuta do decreto), ex-testamento (minuta do testamento) e ex-epístola (minuta da carta).
- 26 - Cfr. P. Castrèn, op. cit. p. 176.
- 27 - As fotografias e as ilustrações foram feitas pelo Autor.
- 28 - Colaboraram na elaboração das ilustrações os alunos da UERJ, curso de Ciências Sociais: Diego Barbosa da Silva, Núbia Dômíngos Pio, Camila Fernanda de Oliveira, Juliana Martins dos Santos e Luciana da Silva Ferreira.

## PLANIMETRIA



### Legenda

- a) Epigrafe honorária de Marcus Holconius Rufus
- b) Via dell'Abbondanza
- c) Ianus Holconiorum (Pórtico dos Holcônios)
- d) Via Stabiana

### Cota

e - m 25,06  
e' - m 24,60

# NÉLSON CAV AS FLORES



**Foto:** Nélson Cavaquinho. Autor desconhecido/Coleção José Ramos Tinhorão/ Acervo Instituto Moreira Salles.  
**Fonte da imagem:** Coleção Folha/Raízes da Música Popular Brasileira.

# CAVAQUINHO: DEPOIS A VIDA

*José Novaes*

Professor aposentado do Departamento de Psicologia da UFF. É autor do livro “Nélson Cavaquinho: luto e melancolia na música popular brasileira”, publicado pela Oficina do Autor / Intertexto; mesmo título de sua tese de doutorado.

“A arte conserva; e é a única coisa que se conserva”, afirmam os pensadores franceses G. Deleuze e F. Guattari, em “O que é a filosofia?”. Na música popular brasileira, extremamente rica, variada e potente, muitos autores conseguiram atingir este estado: construíram uma obra que resiste ao tempo, que se conserva e conserva seu autor. Nélson Antonio da Silva, Nélson Cavaquinho como ficou conhecido ao adotar o nome do primeiro instrumento que tocou, é um destes criadores.

Tárik de Souza, pesquisador e historiador da música popular brasileira, pergunta: “O que explica tão longa permanência, sem recursos de marketing ou a untuosa ação (entre amigos) das panelinhas culturais?” (Coleção Folha, “Raízes da Música Popular Brasileira”, v.11 – Nélson Cavaquinho, p.12). É, de fato, espantoso; mais ainda se considerarmos um dos temas centrais – talvez o mais central, o mais característico, marca singular

de sua obra - uma “flor da obsessão” (Tárik de Souza), a obsessão pela morte que Nélson cultivava.

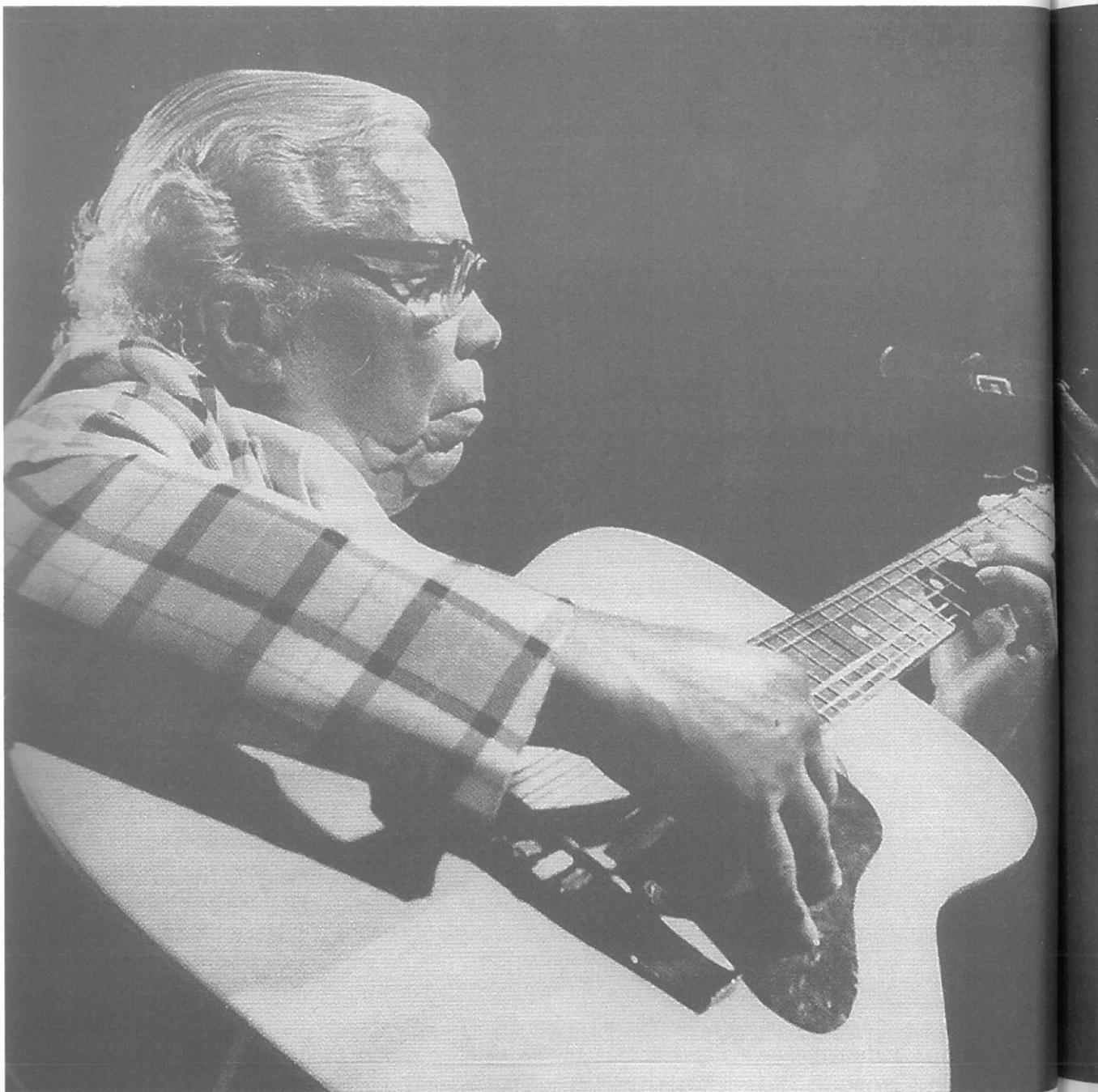
Em minha tese de doutorado (“Nélson Cavaquinho – Luto e melancolia na música popular brasileira”. Editoras Intertexto e Oficina do Autor, Rio de Janeiro, 2003), apresento o tema dizendo que Nélson é conhecido como o cantor da melancolia e da morte. Quanto aos sentimentos melancólicos, lutosos, de dor e sofrimento, defendo a tese que os mostra presentes desde o início da canção brasileira, na segunda metade do século XVIII, com a criação do primeiro gênero, a modinha, pelo “mulato modinheiro” Domingos Caldas Barbosa (c.1740 - c.1800), o “Lereno”, como ele mesmo se alcunhava.

Ao longo de sua evolução, outros gêneros da música popular brasileira cantaram estes sentimentos: o choro, na segunda metade do século XIX, inicialmente um “modo choroso” de se tocar a música – polcas, valsas,

gêneros importados o mais das vezes -, depois transformado em gênero; a música de seresta, nas décadas iniciais do século XX; a música “de fossa”, nos anos 1940 e 1950; e sambistas como Lupicínio Rodrigues, Herivelto Martins, Ary Barroso, em várias de suas composições, Noel Rosa, principalmente ao final de sua vida... Néelson, no entanto –

afirmo – ocupa um lugar específico, singular, neste conjunto.

Em seu ensaio clássico, “Luto e Melancolia”, S. Freud compara os dois estados mentais. O luto seria um estado “normal”, que acontece a todos, a todo momento, praticamente; pequenas e grandes perdas, desilusões, enganos, decepções, um ente amado



**Foto:** Néelson Cavaquinho durante uma apresentação na década de 80.  
**Autor desconhecido/Coleção José Ramos Tinhorão/Acervo Instituto Moreira Salles.**  
**Fonte da imagem:** Coleção Folha/Raízes da Música Popular Brasileira.

que se vai, um relacionamento que se rompe, um ideal – político, profissional, existencial, ético – que cai por terra, um desejo frustrado. Segue-se um período – mais ou menos longo, conforme a intensidade da perda - de trabalho de elaboração do luto, em que a catexia, a energia libidinal, que está “solta”, “desligada”, tendo perdido seu objeto, precisa ser reorientada para outro: um outro amor, um(a) novo(a) parceiro(a), um novo ideal. Até que isso ocorra, o lutuoso é possuído por sentimentos como desinteresse pelo mundo externo, e o conseqüente direcionamento para sua vida interior; e mais a apatia, a tristeza, o abatimento.

Freud afirma que esses sentimentos estão presentes também na melancolia; mas há, nesta, um sentimento não presente no luto e que os diferencia de modo qualitativo, essencial: este sentimento é o auto-desprezo. O melancólico, diz Freud, se sente culpado e pede punição; não sabe identificar, no entanto, o motivo de sua culpa. Isto é explicado segundo as categorias freudianas da estrutura da personalidade, especialmente a existência de uma instância que neste momento Freud ainda denominava “consciência”, e mais tarde chamada de “super-ego”, que no melancólico é monstruoso, causador do forte sentimento de culpa que o assola. “No quadro clínico da melancolia, a insatisfação com o ego constitui, por motivos de ordem moral, a característica mais marcante... O melancólico exhibe ainda uma outra coisa que está ausente no luto - uma diminuição extraordinária da auto-estima, um empobrecimento de seu ego

em grande escala. No luto, é o mundo que se torna pobre e vazio; na melancolia é o próprio ego. O paciente representa seu ego como sendo desprovido de valor...; ele se repreende e se envilece, esperando ser expulso e punido” (Freud: “Luto e melancolia”, p. 270-278). Neste quadro, vemos a presença obsedante da morte, e o impulso desejante a ela dirigido, motivado pela culpa e punição. Esta caracterização de melancolia como estado patológico da mente é encontrada em

**No luto, é o mundo que se torna pobre e vazio; na melancolia é o próprio ego. O paciente representa seu ego como sendo desprovido de valor...; ele se repreende e se envilece, esperando ser expulso e punido**

todas as disciplinas “psi”: psicanálise, psiquiatria, psicopatologia. Preferi não abordar e analisar a obra de Néelson Cavaquinho por este viés, seria empobrecê-la, analisá-la por categorias maniqueístas, de normalidade e anormalidade. Usarei outras referências e outros conceitos, como o faz o pensador alemão Walter Benjamin. Em sua obra, “A origem do drama barroco alemão”, Benjamin apresenta a melancolia e a obsessão com a morte como suas características básicas, ligadas... “a uma crença sombria na sujeição do homem a seu destino. As ações humanas foram privadas de todo valor. Algo de novo surgia: um mundo vazio...(O melancólico) ... sente um terror profundo pela idéia da morte... e o luto é o estado de espírito que lhe condiz” (W. Benjamin, obra citada, p.162).

Em Néelson, esta obsessão se apresentava em várias de suas canções, que estão entre as mais conhecidas e belas; a beleza delas, é

claro, é apreciação minha, que creio não divergir da percepção geral dos conhecedores e apaixonados pela obra de Néelson. Em primeiro lugar, seu samba, talvez o mais conhecido e dos mais admirados em sua construção arquitetural, na armação da letra com a música, uma “solda de puro aço” (J. Jota de Moraes: “História da Música Popular Brasileira – Grandes Compositores – Fascículo dedicado a Néelson Cavaquinho – São Paulo, Abril Cultural, 1982); “A flor e o espinho”

se fazer se exteriorizados como se pertencendo a outro (“É no espelho que eu vejo a minha mágoa”). Guilherme de Brito conta sobre sua composição; fez a primeira parte da letra, entregou a Néelson, que fez a segunda parte da letra e compôs a melodia; Alcides Caminha teria sido um “bicão”, comprando sua parceria (José Novaes: “Néelson Cavaquinho: Luto e Melancolia na Música Popular Brasileira”, p. 141/142).

Outra canção onde estes temas – luto e melancolia, dor e sofrimento, penas e priva-

ção – surgem de modo avassalador, e onde referências shakespereanas podem ser notadas na letra, é “Luz Negra” (Néelson – Amâncio Cardoso):

Sempre só / Eu vivo procurando  
alguém / Que sofra como eu  
também / E não consigo achar  
ninguém / Sempre só / E a vida  
vai seguindo assim / Não tenho  
quem tem dó de mim / Estou  
chegando ao fim / A luz negra de  
meu destino cruel / Ilumina o teatro  
sem cor / Onde estou  
desempenhando o papel /  
De palhaço do amor”

**Aí, a solidão do artista, “sempre só”, é contraposta a sua total “carnavalização” nos versos finais. Nestes, esta espantosa “luz negra de um destino cruel” desilumina a vida, transformando-a em “teatro sem cor”**

(Néelson - Guilherme de Brito – Alcides Caminha):

Tire seu sorriso do caminho / Que eu  
quero passar com minha dor / Hoje  
p’ra você eu sou espinho / Espinho  
não machuca a flor / Eu só errei  
quando juntei minh’alma a sua /  
O sol não pode viver perto da lua /  
É no espelho que eu vejo minha  
mágoa / A minha dor e os meus  
olhos rasos d’água / Eu na sua vida  
já fui uma flor / Hoje sou espinho em  
seu amor

A letra é antológica, do primeiro ao último verso. Versos lapidares, os dois primeiros, famosos e deslumbrantes, dando o tom a toda a letra: pesar e mágoa por um relacionamento terminado, mas contidos, quase envergonhados em sua expressão, como se o amante não quisesse reconhecê-los, e só o pudes-

O crítico J. Jota de Moraes, após falar de um “estranhamento” nos motivos por Néelson tematizados, usando palavras não repertoriadas como poéticas ou como musicais (o exemplo dado por ele é “residência”, em “Rugas”, que apresento a seguir), diz: “Tal processo de estranhamento (consciente ou inconsciente, pouco importa) atinge um de seus pontos culminantes em “Luz Negra”, canção antinômica a partir do próprio título. Aí, a solidão do artista, “sempre só”, é contraposta a sua total “carnavalização” nos versos finais. Nestes, esta espantosa “luz negra de um destino cruel” desilumina a vida, transformando-a em “teatro sem cor”, onde ele

mesmo se coloca como mero personagem, simples sombra de um ser humano, “desempenhando o papel de palhaço do amor” (História da Música Popular Brasileira – fascículo dedicado a Nelson Cavaquinho, São Paulo, Abril Cultural, 1982). As referências shakespearianas se devem não apenas à “teatralização” da vida, mas à própria condi-

ção em que o sujeito da canção se coloca; lembra “Macbeth” e seu monólogo: “Apagaste, apaga-te, vela curta! A vida não passa de uma sombra errante, de um pobre ator que se pavoneia e se lamenta em sua hora no teatro e que depois não é mais ouvido; é uma história contada por um idiota, cheia de som e fúria, e que não significa nada”. (Proust, “Os

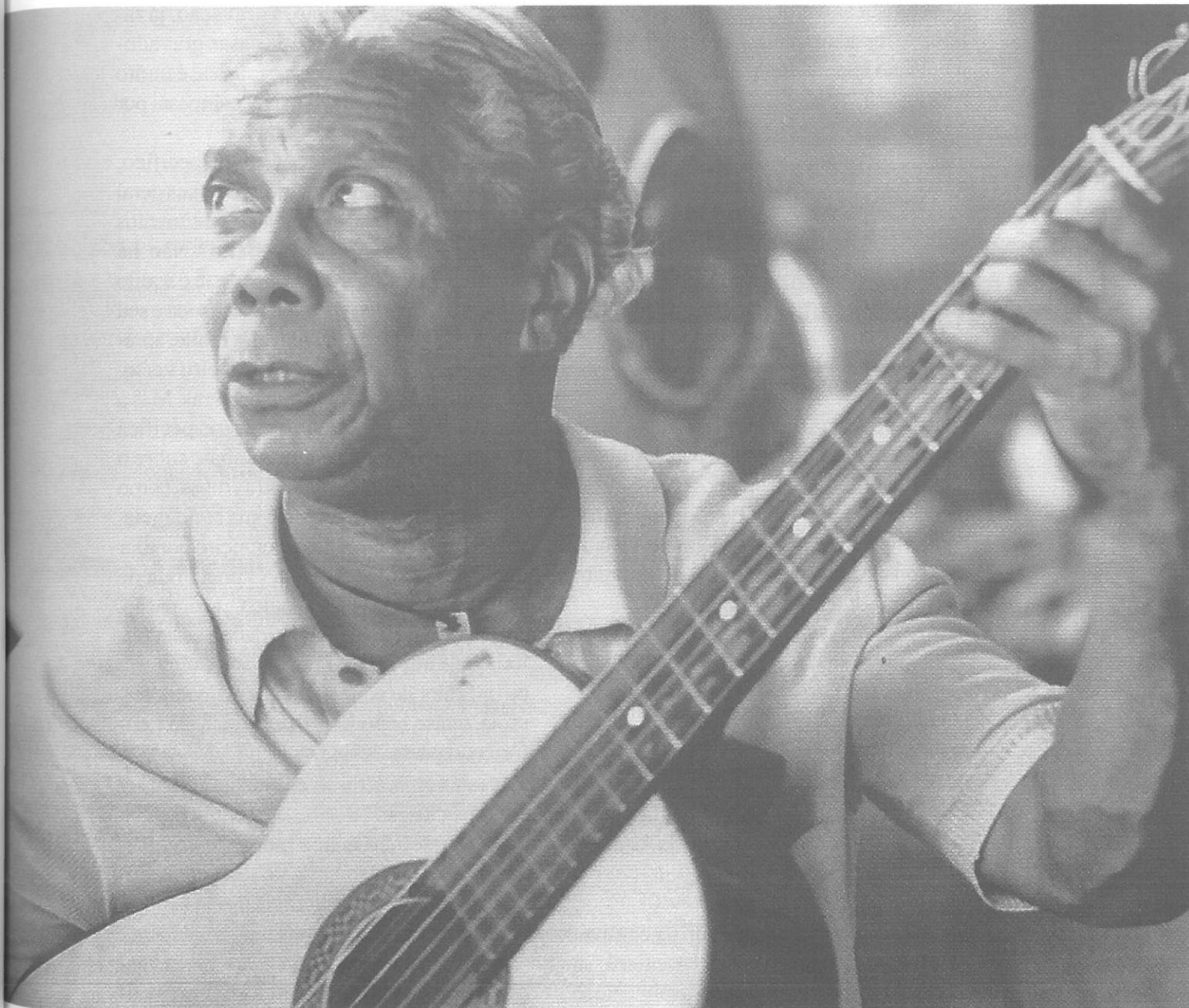


Foto: Autor desconhecido  
Coleção José Ramos Tinhorão Acervo Instituto Moreira Salles.  
Fonte da imagem: Coleção Folha/Raízes da Música Popular Brasileira.

prazeres e os dias”, Editora Rio-Gráfica, Rio de Janeiro, 1986, p.32 – tradução do francês de Fernando Py).

Nas duas canções que apresentei, os sentimentos expressos têm referência em realidades concretas: em “A flor e o espinho”, um amor terminado; em “Luz negra”, essas referências se tornam cada vez mais escassas, tênues, evanescentes; esta, então, é outra das características das obras de Néelson, que gostaria de ressaltar. A ela já me referi anteriormente, ao falar do lugar único, singular, que

“compositores”, compraram a parceria. Um deles tinha acesso a casas gravadoras e facilitava a chegada a elas, como no caso conhecido de Francisco Alves, em suas parcerias com Ismael Silva na década de 1930. Gravava ele mesmo, ou entregava a outro intérprete, os sambas que Ismael fazia com outro dos “bambas” do Estácio, depois dele, Francisco Alves, colocar seu nome como parceiro, e facilitava, então, a gravação, já famoso e com acesso fácil às casas gravadoras. A obra, portanto, letra e música, é muito provavelmente toda composta por Néelson.

Que fato concreto, específico, ou mesmo que situação mais geral provoca tal efusão de sentimentos que assolam o sujeito? Não há menção a tal; o que existe é aquilo de mais palpável, real: a vida e seu corolário inevitável, a morte, apresentados logo no primeiro verso, nas primeiras oito palavras. Mas a

perda que deflagra a dor, a causa específica do sentimento intenso que se abate sobre o corpo e nele deixa as marcas (as rugas, como marcas da dor, têm no rosto sua residência, termo raro em letras do cancionário popular brasileiro) não é revelada. O poeta fala de seu estado interior, “psicológico”: resignação, aceitação das penas. A felicidade é esta: “feliz aquele que sabe sofrer” (e esta é uma arte ou um valor de poucos, parece insinuar), termina, quase se poderia dizer satisfeito e eufórico, o poeta.

Nestas duas últimas composições, “Luz negra” e “Rugas”, a obsessão central da obra de Néelson se apresenta: a morte. “Estou chegando ao fim”, lamenta-se, resignado, em “Luz negra”; e faz referência direta à morte em “Rugas”, no primeiro verso.

Este tema se apresenta – ora meio “escondido”, indiretamente abordado, ora às cla-

**Os dois parceiros de Néelson na composição, Augusto Garcez e Ary Monteiro, são muito pouco conhecidos; provavelmente são “compositores”, compraram a parceria.**

Néelson ocupa na música popular brasileira; sua melancolia apresenta-se como que “desligada” da vida que chamamos “real”, de condições concretas, em várias de suas grandes composições. Veja-se, por exemplo, “Rugas” (Néelson – Augusto Garcez – Ary Monteiro):

Se eu for pensar muito na vida,  
morro cedo, amor / Meu peito é  
forte, nele tenho acumulado tanta  
dor / As rugas fizeram residência no  
meu rosto / Não choro p’ra ninguém  
me ver sofrer de desgosto / Eu que  
sempre soube esconder a minha  
mágoa / Nunca ninguém me viu com  
os olhos rasos d’água / Finjo-me  
alegre p’ro meu pranto ninguém ver  
/ Feliz aquele que sabe sofrer

Os dois parceiros de Néelson na composição, Augusto Garcez e Ary Monteiro, são muito pouco conhecidos; provavelmente são

ras, dito com todas as letras, abertamente - em várias outras canções. Aparece, por exemplo, em alguns sambas em que sua presença se torna “estranhada”, conflitante com o motivo; naqueles em que Nélon exalta sua escola de samba, a Mangueira, pela qual sempre desfilou. Está presente em “Folhas secas” (Nélon – Guilherme de Brito):

Quando eu piso em folhas secas /  
Caídas de uma mangueira / Penso na  
minha escola / E nos poetas da  
minha Estação  
Primeira / Não sei  
quantas vezes / Subi  
o morro cantando /  
Sempre o sol me  
queimando / E assim  
vou me acabando /  
Quando o tempo avisar  
/ Que eu não posso  
mais cantar / Sei que  
vou sentir saudade /  
Ao lado do meu violão  
/ Da minha mocidade

“E assim vou me acabando”, é a constatação de quem sente a presença inevitável e espera a chegada, desejando que seja uma longa espera. Ou, ainda, em “Pranto de Poeta” (Nélon – Guilherme de Brito), onde a referência é direta, não só à morte de outros, mas à própria morte do poeta-sujeito:

Em Mangueira quando morre um  
poeta todos choram / Vivo tranqüilo  
em Mangueira porque / Sei que  
alguém há de chorar quando eu  
morrer / Mas o pranto em  
Mangueira é tão diferente / É um  
pranto sem lenço que alegre a gente  
/ Hei de ter um alguém a chorar por  
mim / Através de um pandeiro e de  
um tamborim.

Em alguns sambas, a morte não é nomeada, mas atravessa toda a composição, como

“Eu e as flores” (Nélon – Jair do Cavaquinho), samba conhecido por sua letra de morbidez:

Quando eu passo perto das flores /  
Quase elas dizem assim / Vai que  
amanhã enfeitaremos o seu fim /  
A nossa vida é tão curta / Estamos  
nesse mundo de passagem / Oh meu  
grande Deus, nosso criador /  
A minha vida pertence ao Senhor /  
Ao Senhor

**(Em) “Luz negra” e “Rugas”, a obsessão central da obra de Nélon se apresenta: a morte. “Estou chegando ao fim”, lamenta-se, resignado, em “Luz negra”; e faz referência direta à morte em “Rugas”, no primeiro verso.**

E aquele, em que a morbidez chega a seu grau máximo e a história é escancarada ao final, revelando uma “pérola de necrofilia” (Tárik de Souza), “Depois da vida” (Nélon – Guilherme Brito – Paulo Gesta):

Passei a mocidade esperando dar-te  
um beijo / Eu sei que agora é tarde,  
mas matei o meu desejo / É pena  
que uns lábios gelados como os teus  
/ Não sintam o calor que eu  
conservei nos lábios meus / No teu  
funeral / estás tão fria assim / Ai de  
mim, e dos beijos meus / Eu te  
esperei, minha querida / Mas só te  
beije depois da vida

Guilherme de Brito, um dos letristas deste samba e seu parceiro mais constante por mais de 30 anos, explica que era comum Nélon entregar-lhe uma melodia – ele compunha aos borbotões, tinha uma capacidade musical fantástica, reconhecida por todos que o conhe-

ciam – pedindo-lhe para fazer a letra, mas determinando o tema, que era comumente estranho, incomum, aberrante, escandaloso, como este, abertamente necrófilo. O mesmo aconteceu quando pediu a Guilherme uma letra que falasse sobre o aborto, o que obrigou seu parceiro a prodígios de malabarismos verbal para, alusiva e elípticamente, dar conta da tarefa em “Traço de união” (Nélson – Guilherme Brito). Após increpar à mulher um enorme pecado cometido, exigindo que ela peça perdão a Deus, termina: “És a mãe desnaturada / Mataste o fruto de um amor, de uma grande paixão / Sem ver que destruías nosso traço de união”.

**Tárik de Souza nos lembra: quem desvelou Nélson para o público da classe média foi Nara Leão em 1964, ao gravar “Luz Negra”. Em 1965, Elizete Cardoso “sobe o morro” e grava três composições de Nélson**

Acima, ao apresentar as teses psicanalíticas sobre o luto e a melancolia, terminei afirmando que não usaria esse viés “psi” (das outras disciplinas que assumem a mesma visão da melancolia como estado patológico) por ser empobrecedor à análise da obra de Nélson; e mesmo, acrescentaria, por distorcê-la. Agora, exemplifico com a tese psicanalítica do sentimento de culpa presente à melancolia e seu corolário de desprezo pelo “eu”, de baixa auto-estima. Na obra de Nélson, isto não ocorre; pelo contrário, o “eu” que aí se revela é um “eu” forte, impávido, que enfrenta as intempéries e que não assume culpas. Nas letras já citadas, isto é claro em “Rugas” (“Meu peito é forte, nele tenho acumulado tanta dor”), quando o “eu” poético se gaba de resistir à dor e ao sofrimento sem lamentos (“Eu que sempre soube esconder a minha mágoa / Nunca ninguém me viu com os olhos rasos d’água”); esse “eu”

forte é uma constante nas canções de Nélson.

Quanto ao reconhecimento da culpa, há pelo menos um samba onde ela é declarada e assumida, “Nossa solidão” (Nélson – Guilherme Brito): “O amor eu maltratei no meu passado/.../ Bem sei que é por isso que paço/ Com o desprezo que mereço”, reconhecimento logo contradito: “É muito tarde p’ra pedir perdão/.../ sei que já paguei os erros do passado”.

Em outras obras, o reconhecimento da culpa é bem menos categórico e apenas insinuado, como em “Minha paz” (Nélson – Guilherme Brito): “Não sei o mal que fiz/.../ se eu errei e não mereço ser perdoado/ quero com esta provação a resignação”; ou como em “Não é só você” (Nélson – Guilherme Brito): “Escondo a minha dor / Pois não sei o mal que fiz” e “Miragem” (Nélson – Guilherme Brito): “Sempre a sorrir eu vou fingindo, pois afinal / Não sei o mal que fiz”.

Aos 100 anos de seu nascimento e 25 de sua morte, Nélson

Cavaquinho é conservado através de sua arte, uma obra sempre lembrada, gravada e regravada, pesquisada para serem trazidas à luz peças esquecidas, das décadas de 1940, 1950 e 1960. Tárik de Souza nos lembra: quem desvelou Nélson para o público da classe média foi Nara Leão em 1964, ao gravar “Luz Negra”. Em 1965, Elizete Cardoso “sobe o morro” e grava três composições de Nélson: “Vou partir” (com Jair Costa, o Jair do Cavaquinho), “A flor e o espinho”, já nomeada, e “Luz negra”, também referida neste trabalho. Após a morte de Nélson, apareceu o disco de Leny Andrade (1994), só com músicas dele; o de Cláudia Telles, dividido entre Nélson e Cartola, sete obras de cada (1995); e o de Beth Carvalho, com vinte sambas em dezesseis faixas (2001), todos de Nélson e parceiros.

Saúde, Nélson! Sua obra eterniza você e é um enorme prazer tê-lo conosco.

**Bibliografia Citada**

Coleção História da Música Popular Brasileira. Fascículo Néelson Cavaquinho. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

BENJAMIM, W. *A origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FREUD, S. Luto e melancolia. In: \_\_\_\_\_. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1975. v. XIV.

NOVAES, J. *Néelson Cavaquinho – Luto e melancolia na música popular brasileira*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor e Intertexto, 2003.

PROUST, Marcel: *Os prazeres e os dias* (citação de um monólogo de “Macbeth”, de William Shakespeare). Rio de Janeiro: Riográfica, 1986.

SOUZA, T. de. *Raízes da música popular brasileira*. Fascículo Néelson Cavaquinho. Rio de Janeiro: Editora Media Fashion, 2010. v. 11. (Coleção Folha de São Paulo)

FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
DA BAIXADA FLUMINENSE (FEBF):

# AÇÕES, DESAFIOS EXTENSIONISTAS E SUAS ARTICULAÇÕES COM A PESQUISA E O ENSINO\*

**GILCILENE DE OLIVEIRA DAMASCENO BARÃO**

Professora da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense  
Doutora em Educação

**ICLÉA LAGES DE MELO**

Professora da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense  
Mestre em Educação

A nosso ver, não bastaria à universidade incluir a extensão entre as suas funções, mas ser basicamente extensionista, isto é, tomar a extensão como base inicial para o ensino e a pesquisa (VALOIS, 2000, p.334).

Temos como objetivo compartilhar reflexões sobre a função social da extensão e suas articulações com o ensino e a pesquisa, através do trabalho realizado no Programa de Pesquisas e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense (PINBA) que é desenvolvido na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense.

## **Desafios da Universidade, desafios de uma região**

A Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), unidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em Duque de Caxias, incorporada por esta ins-

tituição em 1981, tem como marco inicial da sua existência a década de 1960, especialmente com o surgimento do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (IEGRS). Durante anos ocupou parte das instalações desse Instituto, tendo aí permanecido até 12 de setembro de 1998, quando foi transferida para um espaço próprio, o Centro Integrado de Educação Pública (CIEP), no Bairro de Vila São Luís, também em Duque de Caxias.

Neste processo, o movimento estudantil e os movimentos sociais da cidade foram fundamentais para a incorporação à UERJ e, assim, contribuíram para garantir esta faculdade pública na Baixada. Atualmente muitos

\* Este artigo é dedicado ao Professor Paulo Mainhard cujo compromisso permitiu construir na FEBF atividades extensionistas em articulação com as demandas da Baixada Fluminense. Deixamos público nossa admiração pelo seu trabalho incansável pela extensão na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense.



profissionais que estão na educação pública (escolas e secretarias municipais de educação) e nos movimentos sociais foram alunos da FEBF. Portanto, a história da FEBF está imbricada com a construção, o cotidiano e a luta da escola pública na Baixada Fluminense, especialmente em Duque de Caxias.

A Baixada Fluminense organiza-se em 13 municípios (Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica) e é considerada uma das microrregiões mais importantes do país.

Com população estimada em 4 milhões e 500 mil habitantes, cerca de 1/3 da população do Estado, exerce, por isto, importante papel político, econômico e social. É uma região com grande tradição histórica por pos-

uir rico patrimônio cultural e formação a partir de vários grupos étnicos e com a qual a sociedade brasileira possui grande dívida humana, social, cultural e educacional. Atualmente mostra franca expansão econômica, apesar de apresentar características de dependência e submissão, marcadas historicamente pela ocupação de “benfeitores populistas”. Nesta região, ainda hoje, encontra-se um fortalecimento político do poder local.

Quanto à Educação, a Baixada é uma região cujas políticas públicas não alcançam o conjunto da população, pois não contemplam ainda, por exemplo, as demandas de atendimento da universalização da educação básica e das mínimas condições materiais das escolas. De acordo com levantamento de dados<sup>2</sup> para a construção do Plano Municipal de Duque de Caxias (2009/2010), são as seguintes as condições das escolas (públicas e privadas) em Duque de Caxias:

Para garantir o direito à educação na cidade não é suficiente ter acesso à matrícula escolar. Interessa indagar: o que o poder pú-

### As condições físicas para o trabalho pedagógico e o direito à educação

Espaço	Sim, plenamente	Sim, precariamente	Sim, sem funcionar	Não possui
Quadra coberta	21%	11%	2%	67%
Quadra descoberta	10%	8%	2%	79%
Parquinho	9%	8%	2%	81%
Pátio	46%	33%	1%	19%
Auditório	17%	4%	0%	79%
Biblioteca	21%	11%	6%	63%
Sala de leitura	28%	20%	3%	49%
Sala de informática	33%	15%	12%	40%
Sala de música	2%	1%	-	98%
Sala de jogos	2%	0%	0%	97%
Sala de vídeo	21%	10%	2%	68%
Sala do Grêmio	4%	0%	0%	96%
Sala de recursos	20%	13%	1%	66%
Laboratório de Ciências	6%	1%	6%	88%
Horta	5%	6%	3%	85%
Espaço de Memória	1%	-	-	99%

blico e as instituições privadas têm oferecido para garantir as condições do desenvolvimento intelectual das crianças e dos jovens que estão na escola?

Na tabela abaixo, segunda coluna, consta em funcionamento pleno, basicamente, o pátio (46%), enquanto os demais itens (quadra coberta, auditório, biblioteca, laboratórios, etc.) aparecem, em percentagem maior, em funcionamento precário ou a escola não os possui. Essa falta de condições físicas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico é uma das dívidas sociais que temos com a escola na Baixada, especialmente com a escola pública.

A FEBF, enquanto unidade de uma universidade pública, ao longo da sua existência nessa região, tem como desafio cotidiano desenvolver papel relevante na formação dos profissionais da Educação, pois trata-se de uma instituição formadora de educadores. Integrada a essa formação docente, tem-se ainda a inserção dos diferentes projetos de extensão e pesquisa, estagiários de docência e gestão e muitas outras formas de participação na busca de interlocução com a comunidade. concepção é a de que a universidade pública não é “o espaço físico”, “não é apenas o trabalho do professor”, mas “deve ter em relação ao conhecimento (como sempre tem tido) uma atitude diferente dessa. E é essa atitude, exatamente, o que a define como universidade pública.”. (RINESI, 2001, p.97)

A necessidade de contextualizar integrar as ações da universidade tem relação com o pensamento de Florestan Fernandes quando afirma que:

A universidade não constitui uma instituição isolada. Ela é parte dos processos globais de organização e transformação da sociedade. Se os que militam nos quadros humanos da universidade perderem isso de vista, correm o risco de serem se-

gregados e de deixarem, em consequência, a condução da vida cultural nas mãos daqueles que veem a mudança cultural como uma ameaça política intolerável. (1984, p.13)

Compreende-se assim, que os saberes produzidos pela universidade devem ser socializados através da produção teórica e de ações que garantam a articulação e o cumprimento da função social da universidade pública. Isto é, as produções não devem ficar restritas às prateleiras das bibliotecas, àssalas de aula, aos laboratórios ou serem apenas apresentadas nos congressos, é preciso implementar eventos que possibilitem a interlocução efetiva entre universidade e sociedade e que, ao mesmo tempo, produzam novas demandas para a pesquisa. Tais interlocuções devem exigir da universidade pensamento inventivo e postura crítica.

A função social do ensino, da pesquisa e da extensão deve estar fundamentada na crítica social e na autonomia do fazer universitário. Esta perspectiva oferece as condições de ruptura deste fazer isolado e fragmentado, especialmente porque

... historicamente a universidade vem se mantendo à distância da sociedade, mesmo estando inserida na vida da cidade. Temos testemunhado uma grande dificuldade da universidade, e obviamente dos sujeitos que a constroem, de transporem os muros que a separam da cidade e dialogarem com os cidadãos. Temos às vezes a nítida impressão de que aquele que frequenta a universidade (seja professor ou como aluno) considera-se um cidadão diferenciado, assim como Aristóteles considerava os cidadãos gregos. (GOMES, 2001, p.128)

Superar essa realidade de forma inventiva e crítica é um dos principais desafios da universidade como organização social e, em específico, das ações extensionistas.

### Extensão: história e seus desafios na universidade

Segundo o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX (CORRÊA, 2007), ao considerar a historicização da Extensão nas universidades brasileiras, os primeiros registros sobre Extensão Universitária aparecem no Decreto-Lei nº 19.851, de 1931 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4024, de 1961, “centrados na modalidade de transmissão de conhecimentos e assistência”.

Em 8 de fevereiro de 1962 foi criado o SEC (Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife), que, segundo Ana Freire, concretizou um velho sonho de Paulo Freire; o de transformar a universidade para além de um espaço de aquisição/construção do saber. Freire, segundo a autora, queria trazer para a universidade o senso comum, os sonhos, os desejos, as aspirações e necessidades do povo, para procurar entender pedagógica e politicamente muitas das condições adversas cristalizadas secularmente no Brasil, e criar possibilidades de superação delas por meio da conscientização das camadas populares e daí na inserção crítica do povo nos seus próprios destinos e no do seu país. (FREIRE, 2006, p.104)

A partir de 1968, com a “Reforma Universitária”, a Extensão tornou-se obrigatória nas instituições de ensino superior e universidades, “como cursos e serviços especiais estendidos à comunidade” (CORRÊA, 2007, p.11). Na Constituição Federal de 1988, o artigo 207 trata da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Conceitualmente o FORPROEX entende como Extensão

...o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-

dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. (CORRÊA, 2007, p.12)

O FORPROEX elaborou o documento “Plano Nacional de Extensão”, publicado em 1999, que estabelece diretrizes para a Extensão Universitária em 4 eixos: impacto e transformação; interação dialógica; interdisciplinaridade e indissociabilidade ensino, pesquisa, extensão.

A FEBF, ao longo da sua existência na Baixada Fluminense e em seus processos formativos, tem como horizonte o compromisso político de tensionar a distância existente entre sua realidade e a as demandas da sociedade, para garantir uma formação com qualidade social. É neste contexto que iremos apresentar as conquistas e os desafios do Programa de Pesquisas e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense (PINBA), que é desenvolvido na FEBF e que tem conseguido articular pesquisa, extensão e ensino em suas atividades, e, ao mesmo tempo, contribuído com a interlocução da universidade com os movimentos sociais e poder público em Duque de Caxias.

#### Desafios de um programa

Consolidando o princípio da Extensão como espaço de interlocução e articulação entre os diferentes setores e atores da sociedade, a FEBF, comprometida com as demandas e necessidades da população daquela região, desenvolve um Programa de Pesquisas e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense (PINBA). Este foi criado em 1992, como programa institucional da UERJ. Sua concepção baseia-se nas linhas estraté-

gicas do documento “Políticas de Interiorização” dessa universidade. A matriz teórica do trabalho visa ações que contemplem toda a região, na busca da construção política de um verdadeiro programa para a Baixada Fluminense. As realizações estão concebidas a médio e longo prazo e o método para implementá-las é um permanente processo de integração da UERJ com as necessidades identificadas na região, capaz de propiciar o estabelecimento de sólidas parcerias pela conjugação dos esforços da Universidade com os três níveis do poder público, as instituições da sociedade civil organizada e os movimentos sociais. De 1995 a 2000, o Programa interrompeu suas atividades, sendo transferido à administração e supervisão da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, no segundo semestre do ano 2000.

A partir de 2000, sob a coordenação do Professor Paulo Mainhard, o Programa estabeleceu parcerias, buscando uma maior divulgação e inserção nos 13 municípios que compõem a Baixada Fluminense. O PINBA pautou as suas atividades em três principais linhas: 1) disponibilizando os recursos técnicos e científicos da UERJ aos municípios da Baixada Fluminense e grupos sociais organizados; 2) realizando estudos e pesquisas sobre a realidade política, social, econômica e educacional da região; e 3) apoiando os movimentos sociais organizados, particularmente na área da cultura, que se mostrou mais interessada e receptiva.

Na esfera cultural há que se registrar a participação do PINBA na promoção e organização do Seminário “Quem é Quem no Cenário da Cultura da Baixada Fluminense”, na elaboração da Carta Cultural da Baixada Fluminense, na criação do Fórum Cultural da Baixada Fluminense, na criação do Prêmio Baixada Cultural (anualmente homenagens a personalidades e instituições da região, com destacadas atuações nas principais áreas da cultura) e na criação do “Dia da Baixada Fluminense” (30 de abril), comemorado desde 2001 e que tem por

finalidade celebrar os valores históricos, sociais e humanos da região. Além destas atividades, existem alguns projetos que estão em fase de conclusão, como a elaboração da Cartilha Cultural da Baixada Fluminense, dentre outras atividades.

A partir de 2009, com a aposentadoria do gestor anterior, o Programa foi reestruturado e organizado em Colegiado, passou à coordenação da professora Icléa Lages e a ser composto por seis professores. Hoje o programa conta com a integração de três Projetos de Extensão e três Projetos de Pesquisa, todos têm a Baixada Fluminense como espaço de estudo. Os professores são dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia, Geografia e Matemática, abrangendo assim, um conjunto de áreas do conhecimento e da formação docente. A reestruturação exigiu diversas reuniões e encontros com algumas parcerias que o PINBA já havia consolidado ao longo dos anos, como com representantes do Fórum Cultural da Baixada Fluminense; Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHed); Instituto de Pesquisas e Análises Históricas em Ciências Sociais (IPAHB) e Centro de Referência Patrimonial e Histórico (CRPH). Posteriormente, consolidamos outra parceria, agora com o SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação), núcleo Duque de Caxias.

Com a implementação de algumas atividades e a realização de reuniões internas, as temáticas de pesquisa e cooperação técnica do programa, estão organizadas em dois eixos, no primeiro, “Educação, Política Pública e Trabalho”, e no segundo, “Ambiente e Cultura”. Os atores com os quais passamos a buscar interlocução e estudos críticos são: Estado, Terceiro Setor, Movimentos Sociais e Comunidade. No primeiro eixo encontram-se os Projetos de Extensão: 1) “Educação como política pública: perspectiva histórica, embates e contradições”, coordenado pelas professoras Gilcilene

Barão e Alzira Alcântara; e 2) “Universidade, Comunidade e Prefeitura: uma integração possível”, coordenado pela professora Icléa Lages de Melo. Ainda nesse primeiro eixo os Projetos de Pesquisa são: 1- “O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) nos municípios da Baixada Fluminense: concepções e práticas” (FAPERJ), coordenado pela professora Gilcilene Barão; 2 - “Do PNE ao PDE: a política federal e o lugar do município”, coordenado pela professora Alzira Batalha Alcântara; 3 - “Educação e sustentabilidade no Terceiro Setor: ações educativas na Baixada Fluminense”, coordenado pela professora Wânia Coutinho González.

No segundo eixo temos o Projeto de Extensão: “Dinâmica, qualidade de vida e ambiental na Baixada Fluminense”, coordenado pela professora Andréa Paula Souza.

O desenvolvimento do Programa possibilita o exercício da consciência social dos nossos estudantes, na medida em que percebem o compromisso comunitário de utilidade à região da Baixada Fluminense e à sociedade, além de dialogar com as finalidades da universidade. Entende-se que a dimensão do programa oferece ainda aos nossos estudantes a reflexão sobre as ações empreendidas pelo poder público da região, uma vez que os diferentes projetos que integram o programa apresentam-se como Pesquisa e Extensão, abrangendo os diferentes cursos oferecidos pela FEBF, instituição com relevância na Baixada.

Dentre as metas propostas no Programa, destaca-se a “Cartilha Sócio-Espacial Histórica da Baixada”, lançada na 21ª Edição do UERJ SEM MUROS, em 29 de setembro de 2010, na FEBF. Esta foi apresentada em forma de “quadrinhos” on-line e tem por finalidade reunir informações históricas, geográficas, humanas, sociais, etc., de todos os municípios da Baixada, para utilização nas escolas de Ensino Fundamental. Pretende-se que a mesma seja impressa para ser distribuída para as Escolas Municipais dos

13 municípios que compõem a Baixada Fluminense.

Também em fase de construção, em parceria com o CEPEMHed, encontra-se a “Elaboração do Registro de Memória da Trajetória da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense”, que tem como objetivo resgatar a história da FEBF. Esta tem no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (IEGRS), na década de 1960, o início de uma trajetória no cenário educacional e político do município de Duque de Caxias. Sendo a FEBF herdeira do curso de Pedagogia existente neste Instituto de Educação, o desenvolvimento dessa história se deu também com a participação de professores, que fundaram e construíram a faculdade em uma unidade da UERJ na década de 80.

Registra-se ainda o lançamento do Blog do Programa, também divulgado no Evento UERJ SEM MUROS / 2010; o mesmo encontra-se em fase de aprofundamento, objetivando oferecer à população da Baixada maiores informações sobre o Programa. Outras atividades e produtos têm sido organizados, como o Ciclo de Debates abordando as Políticas Públicas em Educação, além de Monografias contemplando temas concernentes ao conteúdo dos diferentes projetos integrados ao Programa.

Portanto, buscando diminuir cada vez mais o distanciamento que existe entre a Universidade e a realidade da Baixada Fluminense, o PINBA, através das suas atividades, busca uma aproximação e esperança junto aos seus atores, vislumbrando possibilidades de conquista de qualidade social. Consolidar um fazer universitário, que articule a Extensão com o Ensino, a Pesquisa para garantir a função social da universidade de exercer o pensamento e a produção inventiva, crítica e comprometida com a transformação desta sociedade desigual, tem sido um dos maiores desafios da ação extensionista no PINBA.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORREA, E. J. (Org). FORPROEX *Extensão Universitária: organização e sistematização*/ Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. BH: Coopmed, 2007.
- DEPEXT. *Relatórios do Programa Integrado de Cooperação Técnica na Baixada Fluminense (PINBA) 2008, 2009, 2010.*
- FERNANDES, F. *A questão da USP*. SP: Brasiliense, 1984.
- FERNANDES, F. *Tensões na Educação*. Salvador: Sarahletras, 1995
- FREIRE, A. M. *Paulo Freire. Uma história de vida*. SP: Villa das Letras, 2006.
- GOMES, Alberto. *Sociedade civil e universidade: caminhos e descaminhos de uma quase parceria*. In: GISLENE, Santos. (Org). *Universidade, formação cidadania*. SP: Cortez, 2001.
- PME (versão preliminar). Duque de Caxias, 2009.
- RINESI, E. *Universidade reflexiva e cidadania crítica*. In: GISLENE, Santos. (Org) *Universidade, formação cidadania*. SP: Cortez, 2001
- VALOIS, O. *A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico*. São Cristovão: Editora UFS, 2000.

# APROVEITAMENTO DE ÁGUA DE CHUVA PARA FINS NÃO POTÁVEIS

ESTUDO DE CASO EM INSTALAÇÃO NA ILHA  
DAS COBRAS, RIO DE JANEIRO/RJ

**ANTÔNIO PEDRO FERNANDES COSCARELLI**

Mestre em Engenharia / Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental - PEAMB-UERJ

**GANDHI GIORDANO**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental - PEAMB-UERJ

**THEREZA ROSSO**

Professora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental - PEAMB-UERJ

## **Introdução**

A escassez de água é um dos maiores desafios do mundo atual. Esta afirmativa parece contraditória observando-se que a água ocupa três quartos da superfície terrestre, o equivalente a 1.384 quilômetros cúbicos aproximadamente (Tucci, 2001). Esta “abundância” aparente leva-se a considerar a água como um recurso natural barato, farto e inesgotável. Entretanto, 97,57% deste total correspondem à água salgada, imprópria para a maioria das necessidades humanas e com uma alta demanda de investimentos no processo de transformação para torná-la própria para o uso. Outros 1,81% encontram-

se sobre as planícies das regiões próximas aos pólos, o que torna sua utilização economicamente inviável, restando apenas 0,62% de água doce “disponível”. Deste total de 0,62%, as águas subterrâneas, representam 97,52%, sendo assim somente 2,48% corresponde à água superficial, de fácil utilização (Tucci, 2001).

No contexto mundial, o Brasil é um país privilegiado pelas reservas de recursos hídricos que possui. Concentra mais de 12% da disponibilidade hídrica mundial (1,5 milhão de m<sup>3</sup>/s), com uma vazão média anual de 179 mil m<sup>3</sup>/s (ANA, 2005). No entanto, essa riqueza hídrica possui um desequilíbrio

acentuado na sua distribuição natural sobre todo território nacional: 70% da disponibilidade hídrica do país encontram-se na bacia Amazônica, sendo o restante distribuído irregularmente pelo território brasileiro, onde vivem 93% da população (ANA, 2009). Acrescenta-se ainda que, em áreas urbanas onde vive a maior parte desta população, a poluição é desmatamento de áreas de mananciais, o assoreamento dos rios, o aquecimento global que diminui a absorção da água das chuvas pelo solo, que normalmente alimenta os vastos lençóis subterrâneos, acabam por agravar a situação. O crescente aumento do consumo aliado à degradação dos recursos hídricos e a conseqüente redução da disponibilidade de mananciais em condições de utilização gera a necessidade de desenvolvimento de novas tecnologias e soluções eficazes que viabilizem o uso racional, objetivando prioritariamente a redução do consumo de água tratada e desperdício, compatíveis com a realidade atual.

Este é o foco deste trabalho, que tem por objetivo contribuir para proposições de alternativas simples e de baixo custo de implantação, visando o uso racional da água. Um sistema de coleta e aproveitamento da água de chuva, para fins não potáveis, é apresentado para o atendimento a uma edificação a ser construída nas instalações de uma indústria de reparo e construção naval.

### O uso da água de chuva no Brasil e no Mundo

O sistema de aproveitamento de água de chuva para consumo não potável é uma medida não convencional, de tecnologia relativamente simples e econômica, que consiste na captação, armazenamento e tratamento simplificado (quando necessário), fornecendo água de boa qualidade para utilizações menos nobres, que não necessitam de potabilidade. A sua utilização é relatada pela literatura especializada, indicando a sua aplicação há milhares de anos e entre várias civilizações. Entre os principais usos incluem-se: uso doméstico, dessedentação de animais e usos na agricultura. Esta técnica foi criada e desenvolvida de forma independente e simultânea, em diversas regiões de diferentes continentes, em períodos simultâneos ou não, sem que houvesse transferência de conhecimento, sendo possível supor que tenha sido de forma instintiva e oriunda da necessi-

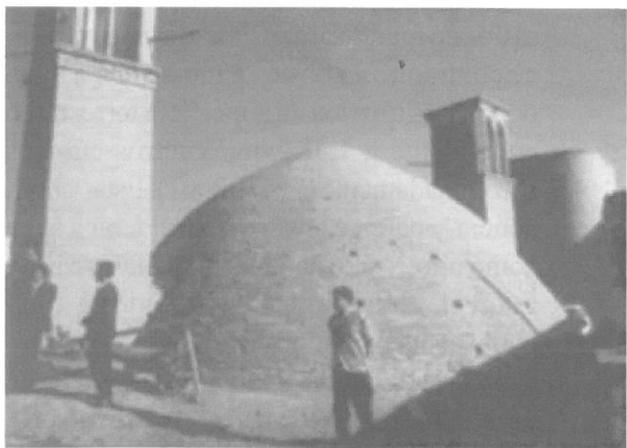
dade de sobrevivência e desejo de fixar residência (Lima, 2007).

Diversos autores apresentam registros históricos do uso da água de chuva, como apresentados por Oliveira (2007), May (2004), Villiers (2002); Gnadlinger (2000), destacando-se entre estes: a) Planalto de Loess na China (Província Ganzu) – utilização de cisternas e tanques para captação da água de chuva com registros de mais de dois mil anos, ainda usados na atualidade; b) Índia – projeto denominado “Sabedoria Prestes a Desaparecer” (Dying Wisdom), enumerando várias experiências tradicionais de captação de água de chuva em 15 diferentes zonas ambientais do país; c) Irã – presença dos Abanbars, sistema comunitário tradicional de captação de água de chuva. As figuras 1a e 1b apresentam exemplos dessas aplicações.

a)



b)



**Figuras 1.** a) Esquema do projeto de captação de águas pluviais, denominado “121”; b) Imagem de um Abanbar, utilizado no Irã.

**Fonte:** Gnadlinger, 2000, disponível em <http://www.irpaa.org/colheita/fl.htm>, acessada em 05/2010.

Outros exemplos podem ser observados no Deserto de Negev (atual território de Israel e Jordânia); no México, como as aplicações de tecnologias de captação de água de chuva, datadas da época dos Astecas e Maias, e na Roma Ocidental, onde residências eram construídas com cisternas individuais e pátios pavimentados para captar água de chuva e complementar os aquedutos da cidade (Gerston, 1997).

Atualmente, apesar de muitas das técnicas apresentadas terem sido abandonadas ao longo do tempo, a conscientização ambiental e a necessidade de minimização dos impactos provocados por enchentes, notadamente em áreas urbanas e densamente povoadas, fez com que a captação e aproveitamento da água de chuva tenha-se tornado uma boa alternativa. Diversos exemplos, em diferentes países, podem ser observados, destacando-se: Austrália, Estados Unidos, Alemanha e Japão, descritos em Coscarelli (2010).

No Brasil, decorrente principalmente da sua grande disponibilidade de água doce, a prática da captação e aproveitamento das águas de chuva não foi priorizada ao longo do tempo. Algumas aplicações encontram-se localizadas na região do semi-árido, no nordeste brasileiro, região que apresenta chuvas irregulares e altas taxas de evaporação potencial. Nestas regiões, o sistema de coleta e aproveitamento de água de chuva é considerado uma técnica popular. Além disso, 80% da área geográfica do subsolo destas localidades apresentam formação cristalina, sem lençol freático. Sendo assim, a coleta de água de chuva tem-se mostrado uma opção eficaz, visando disponibilizar água para consumo humano (May, 2004).

Face aos avanços dos conceitos ambientais, outras aplicações são observadas ao longo de todo território brasileiro. Exemplos mais atuais podem ser vistos, destacando-se aqui algumas aplicações na Cidade do Rio de Janeiro: a) Cidade do Samba, no bairro da Gamboa (figura 2a); e b) Estádio João Havelange – Engenhão, no bairro do Engenho de Dentro (figura 2b); entre outros.

Neste trabalho, avalia-se a instalação de um sistema de aproveitamento de água de chuva para fins não potáveis, no Complexo Naval da Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, RJ. Este complexo é formado por um conjunto de Organizações Militares (OM) da Marinha do Brasil (MB), com atividades diversas (administrativas, industriais, treinamento, saúde e apoio de ranchos), em área de 332.551,70 m<sup>2</sup>.

a)



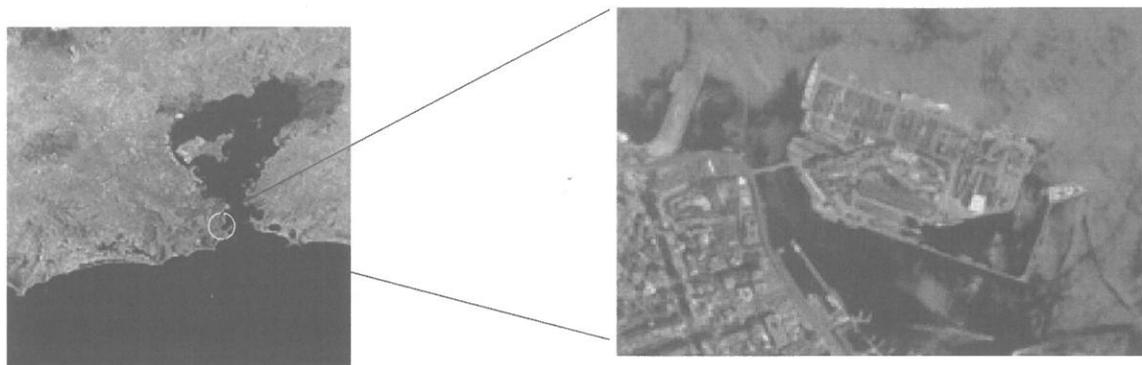
b)



**Figuras 2.** Exemplos de instalações com captação de água de chuva no Rio de Janeiro. a) Cidade do Samba; b) Estádio João Havelange (Engenhão); c) Arena Poliesportiva de Jacarepaguá  
**Fonte:** Bella Calha, 2008.

A Ilha das Cobras localiza-se no interior da Baía de Guanabara. É uma ilha de forma irregular, ligada ao continente pelo lado oeste, através da ponte Arnaldo Luz (**figura 3, na próxima página**). É circundada por cais acostável e possui na parte central uma elevação em pedra, com área construída de 278.077,22 m<sup>2</sup> (DAAdM, 2009). A população fixa é estimada em torno de 10.000 pessoas, com população flutuante de 1.500 pessoas/semana (AMRJ-083, 2009).

Em termos de consumo de água, o consumo médio mensal medido pela Companhia de Saneamento, no período de janeiro de 2009 a janeiro de 2010, foi de 123.314 m<sup>3</sup>, com valor máximo de 143.140 m<sup>3</sup>/mês. Este consumo envolve os seguintes usos: necessidades dos funcionários para fins sanitários, cozinha dos ranchos, lavagem de pisos e equi-



**Figura 3.** Localização e vista aérea da Ilha das Cobras na Baía de Guanabara.  
**Fonte:** Wikimapia, 2009 *apud* Coscarelli, 2010.

pamentos, irrigação, lavagem de viaturas, refrigeração, geração de vapor e utilização no processo de hidrojateamento (limpeza de casco de embarcações), que apresenta um consumo elevado de água (aproximadamente 20 a 25L/min). Encontra-se ainda incluído o consumo de água nos navios docados/atracados.

No escopo deste trabalho, foi focado apenas o projeto para aproveitamento da água de chuva para usos em descargas sanitárias e mictórios, em uma nova edificação (edifício 71) a ser construída neste complexo naval. Esta edificação tem como propósito alojar a tripulação de navios, quando docados, estimada em cerca de 300 pessoas (210 homens e 90 mulheres). Para efeitos de captação, foram consideradas somente as águas captadas em telhados.

### **Materiais e Métodos**

A metodologia utilizada neste trabalho envolveu levantamento bibliográfico, desenvolvimento de projetos, coleta e análise de dados ambientais e da qualidade da água de chuva. Todos os dados utilizados para o desenvolvimento do projeto foram baseados nas normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): NBR 15.527/

07, NBR 5.626/99; NBR 12.213/92, NBR 12.214/92 e NBR 12.217/94, NBR 10.844/89.

Inicialmente, determinou-se a área de captação/contribuição do telhado que, em conjunto com o índice pluviométrico local, tornou possível o cálculo estimado da disponibilidade hídrica necessária ao projeto de aproveitamento da água pluvial.

Posteriormente, determinaram-se suas potencialidades de utilização, bem como foram realizados estudos analisando as possíveis opções de armazenamento e distribuição, verificando as instalações existentes, suas possíveis adaptações e a necessidade de construção de novos reservatórios e redes de distribuição. Especial destaque é dado às opções de armazenamento, considerando-se ser esta estrutura um dos itens mais onerosos de todo sistema, podendo torná-lo inviável economicamente. Finalmente, analisou-se a viabilidade econômica para implantação do sistema em questão.

### **Resultados**

Para efeito de cálculos, foram utilizados os valores apresentados por Tomaz (2000), sendo o consumo diário de água (bacia sanitária) determinado considerando-se volume de

descarga de 9L/descarga/pessoa e uma frequência de 1 vez/homens e 4 vezes/mulheres, totalizando-se 5.130L/dia. Considerou-se ainda um consumo previsto de 30m<sup>3</sup>/mês referente aos mictórios, totalizando uma demanda mensal de 142 m<sup>3</sup>.

Em termos de disponibilidade, utilizaram-se os dados de precipitação referentes aos índices pluviométricos mensais (em mm) dos últimos dez anos (2000 a 2009) do bairro da Saúde (Centro-RJ), fornecidos pelo ALERTA-RIO, cujos valores médios mensais dos últimos dez anos foram de 97 mm/h.

Análises de qualidade da água de chuva foram realizadas, visando avaliar a necessidade ou não de tratamento prévio. Os resultados indicaram a contaminação por coliformes termotolerantes e totais, não atendendo aos padrões estabelecidos pela Portaria nº 518, do Ministério da Saúde, e da NBR 15.527 de 2007. Segundo Tomaz (2003), após atingir e escoar pelo solo ou pela su-

perfície coletora, a água da chuva pode ser contaminada com matéria orgânica, sólidos e micro-organismos, tendo sua qualidade deteriorada, decorrente principalmente de fezes de aves, poeiras, folhas, revestimento do telhado, tintas, etc. Observou-se assim, a necessidade de tratamento prévio através da simples desinfecção.

Os cálculos da área de captação necessária foram realizados levando-se em consideração a inclinação dos telhados. Foi considerada uma área total de telhado de 3.609m<sup>2</sup>, sendo 482m<sup>2</sup> referentes ao edifício 37, a ser construído, e 3.127 m<sup>2</sup> referentes aos três edifícios vizinhos (Edifícios 3, 35B e 74) (ver figura 4). A inclusão da captação da água de chuva em telhados de edificações vizinhas foi necessária levando-se em consideração que somente a área de telhado da nova edificação não seria suficiente para atender à demanda necessária.

A determinação do volume de água de

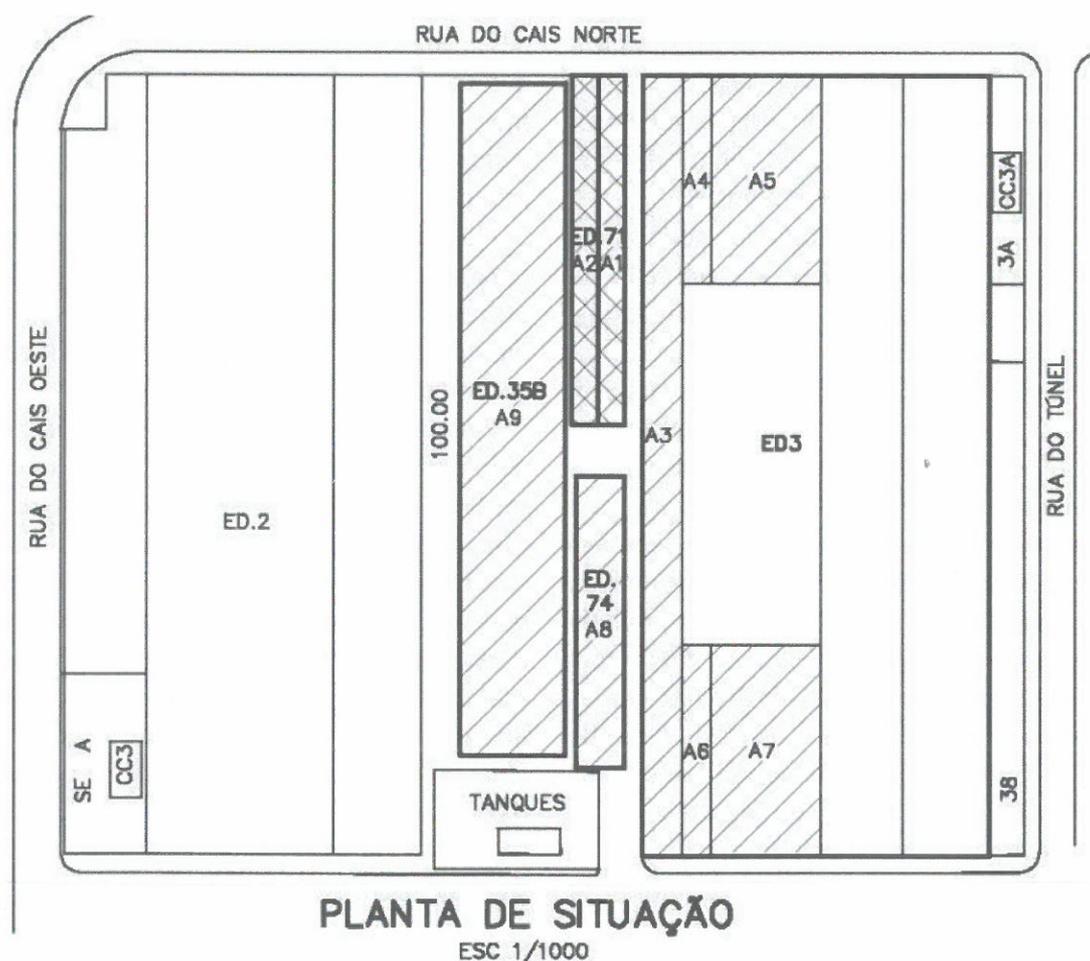


Figura 4. Planta de Situação com a localização dos telhados dos edifícios 3, 35B, 71 e 74.

chuva a ser aproveitado baseou-se nos estudos apresentados por Tomaz (2003) apud May (2004), considerando-se, para efeito de cálculo, que o volume aproveitado não é igual ao volume precipitado. Assim, foram estimadas perdas entre 10% a 33% do volume precipitado. A eficiência do sistema de captação ( $\zeta$ ) foi determinada levando-se em conta o descarte do *first flush* (primeiras chuvas), adotando-se o valor prático  $C \times \zeta = 0,8$ , sendo  $C$  o coeficiente de deflúvio (coeficiente de *runoff*).

Demais detalhes quanto ao dimensionamento de calhas e condutores verticais e horizontais, bem como o dimensionamento do sistema de bombeamento, podem ser observados em Coscarelli (2010).

O volume do reservatório de armazenamento da água foi calculado pelo método analítico de Rippl para demanda constante, obtendo-se o valor de  $28\text{m}^3$  (corresponde a um suprimento de 6 dias de seca). Um sistema de extravasamento foi projetado, visando descartar o excedente do volume de água captado nos meses mais chuvosos.

Para o estudo da viabilidade econômica do sistema, todas as áreas de captação foram consideradas. Nos custos dos materiais incluem-se ainda os custos de mão de obra de instalação, de operação e de manutenção, além do consumo de energia elétrica do bombeamento, adotando-se para tal o percentual de 20% sobre o total dos custos dos materiais. A partir deste estudo, obteve-se uma despesa mensal com consumo de água potável de R\$ 691,54 (seiscentos e noventa e um reais e cinquenta e quatro centavos), para o mês de referência abril/2010. Destaca-se, no entanto, que a partir de maio de 2011, por ocasião da conclusão das obras de interligação da rede de esgoto desta indústria com o tronco coletor da Companhia Estadual de Águas e Esgotos da cidade do

Rio de Janeiro (CEDAE), este valor dobrará - sendo inclusa a parcela de esgoto - para R\$ 1.383,08 (hum mil, trezentos e oitenta reais e oito centavos), valor este que representa a receita mensal gerada pela economia de água potável com o aproveitamento da água de chuva. Assim, a receita anual gerada pela economia de água potável com o aproveitamento da água de chuva, no valor de R\$ 16.596,96 (dezesesseis mil, quinhentos e noventa e seis reais e noventa e seis centavos), proporcionará um período de retorno correspondente a oito anos e onze meses.

### Conclusões e Recomendações

Pelos resultados apresentados, observou-se que a água da chuva é uma importante fonte alternativa de suprimento de água para fins não potáveis. Entre os principais benefícios destacam-se: *a*) redução do consumo de água potável fornecida pela companhia de saneamento, cujos custos são extremamente elevados; *b*) conservação de água; *c*) auxílio na redução do risco de enchentes.

No caso desse trabalho, observou-se que, mesmo considerando-se a necessidade de utilização de captação de água dos telhados das edificações vizinhas, o sistema é viável economicamente.

Para o dimensionamento do reservatório pelo método de Rippl, utilizam-se valores médios mensais de intensidade pluviométrica que, por vezes, acarretam o superdimensionamento da sua capacidade, podendo encarecer o sistema. Isto ocorre em razão dos valores médios mensais não representarem, de forma satisfatória, as variações diárias do balanço hídrico. Sendo assim, o ideal é simular, com dados históricos diários, o comportamento do reservatório com diferentes dimensões, observando-se os volumes de extravasamento e de suprimento comple-

mentar de água potável. Dessa forma, obedecendo-se a critérios estabelecidos no projeto, é possível adotar o volume final otimizado do reservatório.

Por fim, a viabilidade econômica também comprovada mediante a economia anual com água potável, no valor de R\$ 16.596,96 (dezesesseis mil, quinhentos e noventa e seis reais e noventa e seis centavos), proporcionará um período de retorno correspondente a oito anos e onze meses.

Recomenda-se ainda a adoção de equipamentos hidrossanitários mais econômicos, em termos de volume de água, e um programa de conscientização ambiental, visando a redução de consumo junto à população usuária.

Espera-se que os resultados obtidos sejam o ponto de partida para outros estudos, procurando incentivar o uso racional da água, criando, assim, uma consciência ecológica em todos os níveis da empresa, contribuindo dessa forma para a sustentabilidade.

#### Referências Bibliográficas

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. *Água de chuva- Aproveitamento de coberturas em áreas urbanas para fins não potáveis. Requisitos*, setembro de 2007. NBR 15.527/07.

\_\_\_\_\_. *Instalação predial de água fria*. NBR 5.626 de setembro de 1999.

\_\_\_\_\_. *Projeto de reservatório de distribuição de água para abastecimento público*. NBR 12.217 de julho de 1994.

\_\_\_\_\_. *Projeto de captação de água de superfície para abastecimento público*. NBR 12.213 de abril de 1992.

\_\_\_\_\_. *Projeto de sistema de bombeamento de água para abastecimento público*. NBR 12.214 de abril de 1992.

\_\_\_\_\_. *Instalações prediais de águas pluviais*. NBR 10.844 de dezembro de 1989.

ALERTA RIO. Disponível em <http://www2.rio.rj.gov.br/georio/site/alerta/dados/acumuladas.asp>. Consultado em 08/03/2010.

AMRJ - ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO – Relatório Técnico 83. Rio de Janeiro, 2009.

ANA – Agência Nacional de Águas. *Conjuntura dos Recursos hídricos no Brasil: 2009*. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. *Cadernos de Recursos Hídricos – disponibilidade e demandas de recursos hídricos no Brasil*. Volume 2. Brasília, Maio de 2005.

BELLA CALHA (2008). *Obras de referência*. Disponível em: <http://www.bellacalha.com.br/acqua.php3?pg=obras>, acesso em 05/09/2010.

BRASIL. *Portaria nº 518 do Ministério da Saúde (norma de qualidade de água para consumo humano) de 25 de março de 2004*.

COSCARELLI, A. P. F. *Aproveitamento da água de chuva para fins não potáveis em atividades industriais. Estudo de caso de uma edificação a ser construída, RJ*. Dissertação de Mestrado. PEAMB/UERJ, 156 pp. Rio de Janeiro, 2010.

DAdM - Diretoria de Administração da Marinha – *Relatório Técnico*. Rio de Janeiro, 2009.

GERSTON, J. *Rainwater harvesting: a new water source*. Texas Water Savers, V.3, Número 2, 1997.

GNADLINGER, J. *Colheita de água de chuva em áreas rurais*. Haia, 2000. Disponível em <<http://www.abcmac.com.br>. Acesso em 04 de maio de 2010.

LIMA, O.K. *O aproveitamento da água pluvial como fonte de abastecimento para fins não potáveis associado ao uso eficiente da água*. Proposta de Mestrado, 2005.

MAY, S., Dissertação de Mestrado. Estudo da viabilidade do aproveitamento de água de chuva para consumo não potável em edificações, EP/USP, São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, F., M., B. *Aproveitamento de água de chuva para fins não potáveis no campus da Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Eng. Amb. – UFOP, MG, 2008.

TOMAZ, P. *Previsão de Consumo de Água*. São Paulo: Navegar Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. *Aproveitamento de água de chuva*. São Paulo: Navegar Editora, 2003.

TUCCI, C. E. M. *Gestão da água no Brasil*. Brasília: UNESCO, 2001.156p.

VILLIERS, M. *Água: Como o uso deste precioso recurso natural poderá acarretar a mais séria crise do século XXI*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

O USO DE UM FANZINE NO

# ENSINO DE GERONTOLOGIA PARA CRIANÇAS

**NEUSA BATISTA EIRAS**

Psicóloga, Gerontóloga, Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Uerj e Professora Adjunta do Instituto de Psicologia da Uerj.

**LAURA CRISTINA EIRAS COELHO SOARES**

Psicóloga, Mestre em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Uerj e doutoranda em Psicologia Social no Instituto de Psicologia da Uerj.

Nos últimos cem anos, a interpretação do que é ser jovem e do que é ser idoso veio sofrendo alterações paulatinas, levando a um novo delineamento dos lugares sociais da criança, do jovem, do adulto e do idoso. Nos últimos setenta anos, os países desenvolvidos, pressionados pela realidade do envelhecimento de sua população, iniciaram um movimento de resgate da cidadania do idoso, estabelecendo lentamente novas relações da sociedade com esta faixa etária; relações que não são mais baseadas apenas na piedade e na filantropia, mas sim na nova visão do idoso como um ser humano digno de cuidados e de respeito.

Os países em desenvolvimento, como o Brasil, também vêm acompanhando este processo de transição cultural, lançando um novo

olhar sobre a velhice e iniciando um processo de reconhecimento social, embora ainda mesclado com representações sociais da velhice centradas em aspectos preconceituosos, uma vez que os processos de transformação social são complexos e demorados.

Encontramos em Paz (2000) que o conjunto de representações que criam, alimentam e reforçam as atitudes discriminatórias em relação aos idosos, apropriadas e disseminadas pela sociedade, dão-se a partir da oposição entre produtivos/inativos; belos/feios; bons/maus, associada às imagens de jovens/idosos.

Alguns estudos têm mostrado que a representação social que se faz da velhice em nossa sociedade está repleta de atitudes preconceituosas que, algumas vezes, desvalorizam

o indivíduo pertencente a esta faixa etária, enquanto em outras, os transformam em criaturas idealizadas. Este projeto teve a intenção de possibilitar às crianças de hoje a formação de uma representação social da velhice positiva para que em toda a sua trajetória de vida possam respeitar e aceitar as limitações dos idosos, estimulando as suas potencialidades. Além disso, viverem a sua própria velhice sem preconceitos, com consciência de sua cidadania, sendo, segundo Goldmam *et al* (2000), sujeitos de sua história pessoal, na constituição de uma nova imagem.

O Estatuto do Idoso, elaborado a partir da Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências, vem mostrar que esta já é uma preocupação política. A referida lei destaca que constituem diretrizes da política nacional do idoso o “estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento” (art. 1º; parágr. IX). Na área de educação, o artigo 10, referente à implementação da política nacional do idoso, declara como competência dos órgãos e entidades públicas, em seu parágrafo III, letra b, a inserção nos currículos mínimos, de conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto. Acreditamos que este projeto de atuação junto às crianças veio atender o que reza a citada lei e seu consequente Estatuto.

O referencial teórico utilizado foi a “Teoria das Representações Sociais”, de Serge Moscovici, elaborada a partir do conceito de representações coletivas de Durkheim. Segundo Moscovici, a “Teoria das Representações Sociais” pode ser considerada como verdadeira teoria do senso comum, uma vez que se constitui a partir das experiências individuais, em função das informações e mo-

delos de pensamento que são transmitidos aos sujeitos pela educação, pela tradição e pela comunicação.

Jodelet (2002) alerta para a necessidade de estudarmos as representações sociais integrando-se as relações sociais aos conteúdos cognitivos, à linguagem e à comunicação. Segundo a autora, as relações sociais afetam diretamente as representações e a realidade sobre a qual vão intervir. É nessa relação que os sujeitos individuais constroem seus mundos, ambientes e eles próprios, ou seja, constroem coletivamente suas representações sociais acerca dos acontecimentos cotidianos do contexto social, de forma plena e ativa, pois “(...) enquanto mediação social, elas expressam por excelência o espaço do sujeito na sua relação com a alteridade, lutando para interpretar, entender e construir o mundo” (Jovchelovitch, 1995 p.81)

Dentre os estudiosos das representações sociais, Abric (1994) torna-se um grande destaque nessa área, por adequar as abordagens qualitativas e quantitativas às pesquisas de cunho social. Segundo Minayo (2004), o conjunto de seus dados se complementa, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. Utilizamos a Teoria do Núcleo Central de Abric, onde os dados são analisados em bases matemáticas, respeitando-se, porém, as suas características qualitativas.

Este autor ressalta que o núcleo central é o elemento que mais resiste a mudanças e qualquer modificação que ele sofra implica uma transformação completa da representação.

## II – A PESQUISA

Utilizamos o fanzine “Velho... é o Trapo”, fruto de um projeto de extensão realizado no Colégio de Aplicação da UERJ pelo INTERGERA (Programa de Estudos, Eventos e Pesquisas Intergeracionais), que visou produzir um texto com conteúdo de gerontologia, para crianças. No processo de elabo-

ração do fanzine abordamos questões como: preconceitos, evolução, reminiscências, relações intergeracionais, direitos do idoso, linguagem, palavras-chave em gerontologia, poesia, sugestões de leitura, mitos, sexualidade e finitude.

Desse modo, trabalhamos com uma amostra formada por 57 alunos do 4º e 5º anos do ensino fundamental (antigas 3ª e 4ª séries), por considerarmos que estas crianças estão em uma idade em que as representações sociais estão se formando, o que faz com que este grupo seja receptivo à nossa proposta de formação de um cidadão mais preparado para conviver com os outros idosos e com o seu próprio processo de envelhecimento.

O trabalho foi realizado em duas etapas: no primeiro semestre letivo, os professores foram capacitados para trabalhar com o fanzine através de aulas, leituras de textos, trabalhos em grupo e debates sob a coordenação da autora do projeto.

Esta capacitação das 13 professoras da escola escolhida foi feita através de um curso de extensão de 32 horas/aula com o conteúdo de gerontologia. Na parte teórica abordamos os seguintes temas: epidemiologia do envelhecimento; a questão social da velhice; aspectos biopsicológicos do envelhecimento; estereótipos e preconceitos em relação à velhice; estrutura familiar e envelhecimento; redes de suporte à pessoa idosa; sexualidade e envelhecimento; demência e depressão; relações intergeracionais; reminiscências e qualidade de vida; finitude e morte. Na parte prática as professoras planejaram atividades didáticas e extraclasse, sobre a temática do envelhecimento.

No segundo semestre letivo, o fanzine foi lido, estudado e debatido com as duas turmas sob a orientação das professoras já capacitadas.

Para que pudéssemos confirmar se a utilização do fanzine teve influência na atitude das crianças em relação aos idosos, procedemos a um levantamento inicial da representação

social que as crianças vêm estruturando sobre este grupo etário, através da associação ou evocação livre de palavras, de acordo com a Teoria do Núcleo Central.

Em um primeiro momento, a todos os alunos foi pedido que, a partir da evocação da palavra indutora “velhice”, fossem manifestadas através da escrita, de 3 a 5 palavras, expressões ou frases que lhes surgissem à consciência, sem censura prévia.

Ao final de todo o processo de ensino envolvendo o fanzine, repetimos o levantamento da representação social de idoso com as crianças, para compararmos esse resultado com os dados iniciais. Em ambos os momentos as crianças responderam a um pequeno questionário qualitativo.

### III – RESULTADOS E CONCLUSÕES

Na análise dos dados, utilizamos o método de Abric, aprimorado pela técnica de Pierre Vergès, que combina a ordem em que as palavras ou expressões são evocadas com a frequência de sua emissão. A combinação desses dois critérios - frequência de evocação e ordem média de evocação de cada palavra - constitui um indicador da centralidade de cada elemento e possibilita o levantamento daqueles que mais provavelmente pertencem ao núcleo central da representação. Os resultados, passamos a relatar a seguir.

Observamos que 09 categorias semânticas, dentre as 15 evocadas no questionário 1 e 16 evocadas no questionário 2, são comuns aos dois grupos de respostas. São elas: rugas; vida longa; cansaço; dores/doença; legal; inteligência; respeito; tristeza; alegria/felicidade; cuidados/atenção; cabelos brancos e amor/carinho.

Em uma primeira interpretação, se estivéssemos considerando apenas a presença das evocações, poderíamos ser levados a considerar que os possíveis núcleos centrais das duas representações apresentam um eleva-

do grau de superposição, mas a análise correta visa não só a frequência, mas também a ordem em que tais palavras foram evocadas.

Considerando que estamos comparando a representação social da velhice feita por um mesmo grupo, colhida em dois momentos diferentes, não poderíamos esperar encontrar núcleos centrais com diferenças sensíveis, uma vez que o núcleo central de uma representação demora a sofrer alterações. O que podemos verificar é uma tendência a mudanças após o trabalho de intervenção.

Na análise dos dados, verificamos, como era de se esperar, que não há grande alteração no núcleo central onde “rugas e cabelo branco” aparecem como elementos centrais. Considerando o estágio de desenvolvimento dessas crianças, onde o que é visível, descritível e concreto tem maior significância, é perfeitamente compreensível que a aparência física seja mais frequentemente percebida.

Também “vida longa” pode ser assim explicada porque para as crianças, a noção de tempo é ainda difícil de precisar e, portanto, chegar à velhice é alguma coisa extremamente distante, parecendo demorar muito. “Dificuldade/cansaço” aparecem no questionário 1, enquanto “dores/doença” podem ser consideradas como presentes nos dois, se as identificarmos com “problemas de saúde”, que consta no questionário 2. Já “legal” só aparece no núcleo central do questionário 2, após a fase de intervenção. “Idoso” também surge nessa etapa, demonstrando a assimilação do novo termo, mais respeitoso que “velho”.

A maior diferença está entre os elementos periféricos das representações que se referem à maneira como as crianças interagem com os idosos. Enquanto no primeiro momento citam “alegria/felicidade”; “respeito”; “cuidados/atenção” e “mau humor”, no segundo momento da pesquisa apresentam apenas “respeito”, “cansaço” e “morte”, demonstrando, talvez, uma maior reflexão sobre essa etapa da vida.

O levantamento dos dados qualitativos dessa nossa pesquisa nos mostra que 100% das crianças tinham contato com pessoas idosas, enquanto um número pequeno convive com bisavós e outros idosos, como tios avós ou amigos dos seus avós.

Podemos observar que 65% consideram esse relacionamento “muito bom”, 30% o consideram “bom”, enquanto apenas 5% o consideram “regular”. Observamos também que a maioria, 39%, tem convívio diário com seus idosos, enquanto 33% convivem semanalmente, 19% convivem mensalmente e apenas 9% têm contato anual, por morarem em cidades distantes.

Na última pergunta do questionário qualitativo, no primeiro momento da pesquisa, perguntamos como a criança pensava que seria a sua velhice. Observamos que as respostas demonstram pouca reflexão no momento, uma vez que 42% das respostas são “muito boa” e “boa”.

Ao compararmos tais respostas com as respostas dadas à última pergunta do questionário 2, que se refere àquilo que a criança pretende fazer para ter uma velhice com qualidade de vida, observamos que há uma certa reflexão sobre o assunto, em consequência do trabalho de intervenção. Temos 27% que indicam preocupações explícitas em cuidar de sua saúde, enquanto 22% falam em “comer alimentos saudáveis”, 18% em fazer “atividades físicas” e 12% em “ter vida saudável”; ou seja, poderíamos dizer que 46% referem-se à necessidade de ter cuidados com a saúde para ter uma velhice saudável, indicando que já há uma consciência de sua responsabilidade para com a sua própria velhice.

Esperávamos com esse trabalho desenvolver uma metodologia de ensino de gerontologia, adequada a crianças do ensino fundamental; confirmar que a metodologia de ensino utilizada com os alunos contribuiu para a aquisição de conhecimentos e de uma pers-

pectiva mais positiva do processo de envelhecimento e da velhice, prevenindo preconceitos; fazer uma revisão e atualização do texto do fanzine; produzir material didático para que se possa multiplicar a capacitação dos professores da rede de ensino e produzir um artigo a ser publicado em revista das áreas de psicologia e de pedagogia.

Além do esperado, a produção do material didático com as professoras e equipe pedagógica fez surgir a demanda de elaboração de um livro-texto para os professores, que contivesse, numa primeira parte, noções de gerontologia e, numa segunda parte, sugestões de atividades para discussão e fixação de tais noções com os alunos. É este o trabalho que nos propomos a realizar a partir deste momento.

Podemos concluir, após a análise dos resultados, que esta proposta de trabalho de intervenção através do estudo do fanzine "Velho...é o Trapo!" trouxe um reposicionamento positivo por parte das crianças em relação aos idosos, ao envelhecimento em geral e ao seu próprio processo de envelhecimento.

Verificamos uma atitude mais respeitosa e carinhosa em relação ao idoso e uma conscientização do tempo que eles já viveram, suas experiências e os conhecimentos adquiridos. Surgiu também uma consciência da responsabilidade de cada um sobre o seu próprio processo de envelhecimento, os cuidados que deverão ter com a saúde, a educação e o trabalho, para terem uma velhice com qualidade de vida.

Nas dinâmicas de grupo realizadas para avaliação do trabalho, muitas foram as colocações que denotavam a preocupação com os idosos no sentido de "ajudá-los", "tratá-los bem" e "respeitá-los". Também as falas que enfatizam a necessidade de "não ter preconceitos" e reconhecer a velhice como uma "etapa da vida", que deve ser vivida com alegria e amor, demonstraram um amadurecimento como consequência da aquisição de

novos conhecimentos e de todo o processo reflexivo.

Evidentemente que não se poderia esperar que apenas esse processo de intervenção alterasse o núcleo central da representação social da velhice feita pelas crianças, pois este é um processo lento face à estabilidade do núcleo central. Por outro lado, sabemos que crianças dessa idade ainda não têm suas representações sociais consolidadas. Portanto, consideramos o momento adequado para, através do conhecimento, influenciar na formação dessas representações sociais, o que acreditamos, tenha de fato acontecido.

#### IV – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIC, J. C. *Methodologic Recueil des Représentations Sociales*. In: ABRIC, J. C. (Org) *Pratiques Sociales et Représentations*. - P.U. F., Paris, 1994.

GOLDMAM, S. N., PAZ, S. F. et al (Org). *Envelhecer com Cidadania: quem sabe um dia?* CBCISS, ANG/RJ, 2000.

GOLDMAM, S.N. Terceira Idade e Serviço Social. In: REZENDE, I.; CAVALCANTI, L. F. *Serviço Social e Políticas Sociais*. RJ: ed. UFRJ, 2006.

JODELET, D. Representações Sociais: um Domínio em Expansão. In: JODELET, D (org) *As Representações Sociais*. RJ: EdUERJ, 2002.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a Vida com os Outros: Intersubjetividade, Espaço Público e Representações Sociais In: Guareschi, Pedrinho. & Jovtchelovitch, Sandra. (orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: VOZES, 2ª. ed., 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. *Fala Galera: Juventude, Violência e Cidadania*. Rio de Janeiro: GARAMOND, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza – *O Desafio do Conhecimento*, SP – HUCITEC, 2004.

PAZ, S.F. Espelho...espelho meu! Ou das imagens que povoam o imaginário social sobre a velhice e o idoso. In: GOLDMAM, S.N.; PAZ, S.F. et al (orgs). *Envelhecer com cidadania: quem sabe um dia?* RJ: CBCISS; ANG/RJ, 2000.

Quem vem  
ao mundo é para sofrer  
uns fogem da vida  
mais eu quero viver

(Nelson Cavaquinho - "Deus não me esqueceu")

